

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

A IMPORTÂNCIA DO SINDICATO NO CAPITALISMO ATUAL

Vanessa dos Reis Pereira

Belo Horizonte
2006

Vanessa dos Reis Pereira

A IMPORTÂNCIA DO SINDICATO NO CAPITALISMO ATUAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Mestre em Direito.

Área de concentração: Direito do Trabalho

Orientador: Prof. Dr. Maurício Godinho Delgado

Belo Horizonte
2006

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

P436i	Pereira, Vanessa dos Reis A importância do sindicato no capitalismo atual / Vanessa dos Reis Pereira. – Belo Horizonte, 2006. 131f. Orientador : Prof. Dr. Maurício Godinho Delgado Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Direito. Bibliografia. 1. Sindicatos. 2. Capitalismo. 3. Relações trabalhistas. I. Delgado, Maurício Godinho. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito. III. Título. CDU: 331.881
-------	--

Vanessa dos Reis Pereira

A IMPORTÂNCIA DO SINDICATO NO CAPITALISMO ATUAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito do Trabalho da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Mestre em Direito do Trabalho.
Belo Horizonte, 2006.

Professor Doutor Maurício Godinho Delgado (Orientador) - PUC Minas

Professor Doutor Márcio Túlio Viana - PUC Minas

Professor Doutor Juarez da Rocha Guimarães - UFMG

Luiz Otávio Linhares Renault (Suplente) - PUC Minas

*Aos meus amores,
Marciano e Helena.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, professor Maurício Godinho Delgado, sempre em busca da construção de uma sociedade mais digna através do Direito do Trabalho, por sua atenção e pelas discussões enriquecedoras.

Ao Marciano, exemplo de pesquisador que me inspira, grande responsável por esta conquista, todo o meu reconhecimento por sua dedicação incondicional, suas críticas e sugestões. Enfim, pelo carinho e pelo incentivo que me acompanham...

Aos meus professores, Márcio Túlio Viana e Luiz Otávio Linhares Renault, pela amizade e pelo crescimento que vocês nos proporcionam.

RESUMO

A dissertação investiga a importância atual dos sindicatos, no contexto da fase neoliberal do sistema capitalista. Nessa fase, profundas transformações econômicas, políticas e sociais afetaram as relações de trabalho e levaram os sindicatos a um quadro de crise. A pesquisa partiu da compreensão histórica do capitalismo e suas relações com o sindicalismo, relações que se modificam conforme o contexto político-econômico de cada fase do capitalismo. O estudo verificou a importância histórica dos sindicatos na construção de uma sociedade democrática e na redução das desigualdades sociais. Os sindicatos foram essenciais não somente na conquista de melhores condições de trabalho mas também na luta por direitos sociais e políticos como o de livre associação e o sufrágio universal. A pesquisa analisou criticamente os argumentos mais utilizados para explicar a atual crise dos sindicatos e avaliou se os mesmos demonstram capacidade para se adaptarem às transformações sociais e superarem a crise. A dissertação conclui que as causas da crise são de ordem mais conjuntural que estrutural, e portanto a sobrevivência dos sindicatos não se encontra em risco, sendo que permanece a importância central dos sindicatos como defensores dos interesses dos trabalhadores no contexto das contradições sociais decorrentes da relação de trabalho que se mostram inerentes ao sistema capitalista.

Palavras-chave: Importância do sindicato. Capitalismo. Relações de trabalho.

ABSTRACT

The dissertation examined the present importance of trade unions, in the context of the new liberal phase of capitalistic system. In this phase, profound economic, political and social transformations have affected labor relations and led trade unions to a crisis. The study started from a historic comprehension of capitalism and its relations with unionism, relations that modify in accordance with political-economic context of each period of capitalism. The study verified the historic importance of unions in the construction of a democratic society and in the reduction of social inequalities. Unions have been essential not only to achieve better work conditions but to fight for social and political rights such as the freedom of association and the universal suffrage. The dissertation analyzed critically the most usual arguments that have been employed to explain union's present crisis in order to verify if unions demonstrate ability to adapt to social transformations and to overcome crisis. The study concluded that crisis' causes are not structural ones and therefore the unions' survival are not in risk. Unions still play an essential role as supporters of workers and their interests in the context of social contradictions that flow from labor relations and are intrinsic to capitalistic system.

Key-words: Trade unions importance. Capitalism. Labor relations.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 SURGIMENTO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL E EVOLUÇÃO DOS MOVIMENTOS TRABALHISTAS NOS SÉCULOS XVIII E XIX.....	4
2.1 Superação do feudalismo e formação dos elementos do sistema econômico capitalista.....	4
2.2 Revolução Industrial - transformação econômica e novas relações sociais de produção.....	9
2.2.1. <i>Conjuntura histórica que propiciou a Revolução Industrial.....</i>	<i>9</i>
2.3 As bases das transformações ideológicas e políticas.....	13
2.3.1. <i>O liberalismo.....</i>	<i>13</i>
2.3.2 <i>Classe e consciência de classe.....</i>	<i>16</i>
2.4 Movimento organizado dos trabalhadores nos séculos XVIII E XIX.....	19
2.4.1 <i>Condições de trabalho durante a Revolução Industrial: organização dos primeiros movimentos de trabalhadores.....</i>	<i>19</i>
<u>2.4.1.2 Sistema ambulante: a mobilidade do trabalhador como enfrentamento do desemprego.....</u>	<u>23</u>
<u>2.4.1.3 Contradições sociais nas relações de trabalho.....</u>	<u>24</u>
<u>2.4.1.4 Movimentos incipientes de manifestação dos trabalhadores.....</u>	<u>27</u>
2.4.2 <i>Condições de trabalho na segunda metade do século XIX e movimento dos trabalhadores.....</i>	<i>30</i>
2.4.2.1 <i>Ação organizada dos trabalhadores na segunda metade do século XIX.....</i>	<i>32</i>
<u>2.4.2.2 O novo sindicalismo.....</u>	<u>39</u>
3 O CAPITALISMO NO SÉCULO XX E A EVOLUÇÃO DOS SINDICATOS.....	43
3.1 Os novos paradigmas da economia e da política.....	43
3.1.1 <i>A evolução da economia na virada dos séculos XIX/XX.....</i>	<i>43</i>
3.1.2 <i>O Estado, o desemprego e a proposta econômica de John Maynard Keynes.....</i>	<i>49</i>
3.2 A gerência na organização produtiva e o novo mercado de trabalho.....	52
3.2.1 <i>O taylorismo e a gerência científica.....</i>	<i>57</i>
3.2.2 <i>Racionalização fordista e o mercado de trabalho.....</i>	<i>61</i>

3.3 O Estado como ator social- o Estado de Estado de Bem-Estar Social.....	66
3.4 A organização dos trabalhadores no século XX e a institucionalização das relações de trabalho.....	73
3.4.1 O movimento revolucionário dos trabalhadores.....	73
3.4.2 O movimento dos trabalhadores depois das guerras.....	77
 4 O CAPITALISMO E OS SINDICATOS CONTEMPORÂNEOS.....	80
4.1 As mudanças do capitalismo na virada dos séculos XX/XXI.....	80
4.1.1 A hegemonia política, econômica e cultural do neoliberalismo.....	80
4.1.2 A globalização econômica.....	84
4.1.3 O Estado de Bem-Estar Social: crise ou readaptação?.....	88
<u>4.1.3.1 O desempenho de competitividade dos países que adotam o modelo de Estado de Bem-Estar Social na economia mundial.....</u>	91
<u>4.1.3.2 O papel das instituições na condução dos Estados de Bem-Estar Social.....</u>	97
4.2 O sindicato no capitalismo atual: crise ou declínio?.....	99
4.2.1 Teses que defendem o declínio dos sindicatos.....	101
<u>4.2.1.1 Tese da mobilidade do capital.....</u>	101
<u>4.2.1.2 Tese das transformações recentes na organização da produção e do processo de trabalho.....</u>	104
<u>4.2.1.3 Desmistificando as teses de declínio do sindicalismo.....</u>	109
<u>4.2.1.4 Sinais de recuperação do movimento sindical.....</u>	117
 5 CONCLUSÃO.....	122
 6 REFERÊNCIAS.....	128

1 INTRODUÇÃO

O Direito do Trabalho tem seus contornos definidos pela dinâmica econômica, social e política. Nasceu da necessidade do sistema capitalista em solucionar de forma pacífica os conflitos sociais decorrentes da relação entre capital e trabalho. Foi, sem dúvida, conquista de centenas de anos de lutas de milhares de trabalhadores organizados. E, ao mesmo tempo em que a eles assegurou direitos, garantiu também a continuidade do sistema econômico.

Atualmente, quando se discute qualquer aspecto decorrente da relação de trabalho, as maiores indagações são relativas aos impactos causados pelo neoliberalismo e pela globalização. A flexibilização dos direitos trabalhistas, o fim ou não da centralidade do trabalho na sociedade, o papel do Direito do Trabalho e o futuro dos sindicatos estimulam as discussões acadêmicas.

Foram, então, a linha de pesquisa do mestrado em Direito do Trabalho, "relações de trabalho, modernidade e democracia", e as propostas de uma visão crítica e interdisciplinar do Direito do Trabalho que nos despertaram o interesse científico em desenvolver a presente dissertação.

O objetivo da nossa pesquisa é analisar o papel do sindicato na história do capitalismo de forma a esclarecer se, em decorrência das propaladas mudanças econômicas, políticas e sociais e seus efeitos no mercado de trabalho, o sindicato ainda é um ator social relevante que tenha sua existência justificada. O sindicato ainda é um instrumento eficaz de conquista e manutenção de direitos trabalhistas?

Entendemos que para uma visão crítica e abrangente do Direito, este não deve ser analisado apenas juridicamente, mas inserido no contexto da sociedade que vivencia as manifestações sociais, políticas e econômicas.

Para isso, privilegiou-se a abordagem histórica tanto do surgimento e do desenvolvimento do capitalismo, quanto do movimento organizado dos trabalhadores.

No primeiro capítulo analisaremos o surgimento do sistema econômico capitalista e suas características principais, bem como sua expansão nos séculos XVIII e XIX. Faremos uma abordagem da Revolução Industrial na Inglaterra, enfatizando a dinâmica do sistema econômico e a formação de uma classe de trabalhadores juridicamente livres e assalariados que iria se generalizar como modelo de contratação da força de trabalho ao longo dos séculos seguintes. Abordaremos as influências do liberalismo na sociedade capitalista e, em especial, nas relações de trabalho. Depois, resgataremos como eram as condições de trabalho do período e as contradições sociais surgidas num contexto de bonança para os capitalistas e de exploração e miséria dos trabalhadores. Por fim, descreveremos as primeiras manifestações da ação coletiva, as origens e o desenvolvimento do movimento dos trabalhadores até o final do século XIX.

No segundo capítulo examinaremos como o sistema capitalista, no início do século XX, superou os períodos de recessão decorrentes da economia baseada na doutrina liberal de livre-mercado. Veremos como a crise econômica dos anos de 1930, que aprofundou a recessão e o desemprego, afetou não só os trabalhadores, mas os empregadores e o Estado. A busca de alternativas à economia liberal que incorporassem aspectos da proteção social: o socialismo, o *New Deal* americano e o facismo. Analisaremos a inovação da teoria econômica de John Maynard Keynes e as medidas por ele propostas para equilibrar a economia, entre elas a política de pleno emprego e a intervenção do Estado na economia. Depois verificaremos as mudanças introduzidas na organização produtiva por Frederick Winslow Taylor e Henry Ford que, além de alcançarem o objetivo de redução de custos, aumento de produtividade e maior controle dos trabalhadores, expandiram o mercado consumidor. Veremos também o desenvolvimento social e econômico alcançado pelos países que adotaram

o Estado de Bem-Estar Social. Ao final, abordaremos a aproximação do movimento trabalhista com a ideologia revolucionária socialista, o reconhecimento oficial dos sindicatos, sua expansão e a incorporação de suas conquistas de direitos individuais e coletivos pela normatização heterônoma.

No terceiro capítulo serão abordadas as transformações introduzidas no sistema capitalista pelo neoliberalismo e pela globalização depois da crise econômica dos anos de 1970 e seus efeitos nas relações de trabalho e na organização sindical. Analisaremos a posição que o Estado ocupa atualmente no contexto de livre-circulação de capitais e mercadorias e verificaremos se os modelos de Estado de Bem-Estar Social estão em crise ou se ainda são competitivos e apenas estão se readaptando às novas condições sociais e econômicas. Veremos também a importância do papel das instituições, em especial dos sindicatos, para a manutenção e condução de políticas sociais do Estado. Serão também analisadas as teses que explicam a crise atual do sindicalismo e os argumentos que as desmistificam para se verificar a extensão daquela: se é terminal ou provisória. Por fim, dentro da visão mais otimista, veremos alguns argumentos e sinais que apontam para a recuperação do movimento sindical.

2 SURGIMENTO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL E EVOLUÇÃO DOS MOVIMENTOS TRABALHISTAS NOS SÉCULOS XVIII E XIX

2.1 Superação do feudalismo e formação dos elementos do sistema econômico capitalista

A Revolução Industrial traduz de forma ímpar como a Europa ocidental, no final do século XVIII, foi marcada por mudanças que resultaram numa transformação radical das relações sociais, econômicas e políticas, no rompimento com a sociedade feudal e na conformação de uma nova sociedade que iria se expandir geograficamente através dos séculos seguintes.

A superação da sociedade feudal foi determinante para o surgimento de características próprias e antagônicas ao antigo paradigma que, reunidas, levaram à formação do sistema capitalista.

Para a compreensão dos sistemas econômicos a serem abordados, em especial do sistema capitalista, seguiremos a metodologia utilizada por E. K. Hunt, que define "sistema econômico" a partir do modo de produção no qual ele se baseia. "Modo de produção" é compreendido pelas "forças produtivas", ou seja, a tecnologia produtiva de determinada sociedade refletida no nível de conhecimento técnico, organizacional, nas ferramentas, nas máquinas, nos prédios usados na produção; e pelas "relações sociais de produção", caracterizadas na maioria das sociedades pela relação entre duas classes: a primeira formada por uma maioria que *"trabalha exaustivamente de forma a produzir o necessário para sustentar e perpetuar o modo de produção, bem como o excedente social"* e a segunda composta por uma minoria que *"se apropria deste excedente e o controla"*.¹

¹ HUNT, E.K. **História do pensamento econômico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p.25/26.

O que determina a perpetuação do sistema econômico é a capacidade do modo de produção de produzir o suficiente para cobrir as necessidades mínimas, ou seja, os custos das forças produtivas (matéria-prima, instrumentos, trabalhadores) e ainda produzir um excedente social².

A sociedade feudal era predominantemente agrária e dispersa geograficamente. As relações sociais de produção eram estabelecidas dentro de uma hierarquia rígida entre a classe dos servos e a dos senhores. Estes formavam uma minoria privilegiada que garantia a posição em função da propriedade de terras, do direito hereditário a títulos de nobreza, da Igreja católica e, por fim, da monarquia absolutista. Os servos eram a grande maioria da população que trabalhava para produzir o necessário para a sua sobrevivência, além do excedente destinado aos senhores feudais³.

A relação entre o senhor e o servo era baseada nos costumes e tradições, não havia "lei" tal como a conhecemos hoje nem tampouco uma autoridade centralizadora e forte o bastante para garantir o cumprimento das mesmas. Assim, o suserano garantia ao vassalo seu direito hereditário ao uso da terra e exercia a proteção bélica dos feudos, além de dirimir os conflitos locais. Em troca, o vassalo devia cultivar os campos do senhor e lhe pagar impostos. O servo era formalmente livre, não era considerado uma mercadoria como o escravo, mas estava vinculado a diversas obrigações que compunham uma relação de forte exploração⁴.

Como não havia um poder institucional forte e centralizado, era praticamente impossível padronizar as normas de conduta, a solução de conflitos, as moedas, as medidas, os impostos, o que inviabilizava a racionalização da produção, da distribuição e dos mercados.

² Segundo Hunt, excedente social é "*aquela parte da produção material da sociedade que sobra, após serem deduzidos os custos materiais necessários para a produção*", *ibidem*, p. 26.

³ Sobre o feudalismo em transição para o capitalismo, cf. HOBSEBAWM, Eric J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.23/42 e HUNT, *op.cit.*, p.29/32.

⁴ Cf. HUNT, *op.cit.*, p. 29/31.

As técnicas agrícolas e de transporte eram rudimentares e se limitavam à manutenção das relações de vassalagem. Não havia planejamento ou mesmo qualquer estímulo de forma a produzir um excedente social para se comercializar.

Os poucos e pequenos centros urbanos tinham como atividade principal a produção manufatureira. O artesão era detentor de conhecimentos técnicos específicos que possibilitavam o desenvolvimento de sua atividade, além das ferramentas, do prédio (geralmente sua própria casa), da matéria prima, ou seja, de todo o processo produtivo, incluindo também a comercialização das manufaturas.

As atividades profissionais medievais eram organizadas pelas "corporações de ofício". Estas eram as instituições econômicas dominantes nas cidades, baseadas na *“transmissão familiar da atividade profissional e uma relação hierárquica paternalista entre o ‘mestre’, ou seja, o chefe da empresa, e o aprendiz, ou seja, o dependente.”*⁵

As corporações de ofício eram instituições fechadas, controlavam a produção e a venda dos produtos de sua atividade visando proteger os interesses dos mestres. Para manterem o *status* e a renda dos profissionais, o ofício era monopolizado e poucos aprendizes poderiam alçar ao cargo de mestre⁶.

Durante muitos séculos, o sistema feudal passou por transformações que iriam se intensificar e torná-lo incompatível com a realidade. As mudanças das forças produtivas e das relações sociais de produção, bem como o destino que se passou a dar ao excedente social, confrontaram o sistema feudal com o capitalista.

O progresso tecnológico obtido na agricultura pelo sistema de três campos, e o transporte que passou a ser feito por cavalos trouxeram um brutal aumento de produtividade que foi responsável por um dinamismo altamente transformador daquela sociedade. O crescimento populacional, inclusive urbano, o incremento das atividades artesanais e o

⁵ Cf. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. vol.1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. p.287.

⁶ Cf. HUNT, *op.cit.*, p.49.

comércio do excedente da produção agrícola propiciaram o intercâmbio comercial de longa distância entre regiões antes dispersas, incentivando a produção e o comércio. Daí por diante, formou-se um ciclo que se alimentou a si mesmo. O estado em que se encontrava o conhecimento técnico aplicado tornou possível a produção de um excedente social cada vez maior, que foi orientado para o comércio.

A expansão comercial foi um alento que conduziu a atrasada e estática sociedade feudal à reunião de instituições e comportamentos sociais que formaram o sistema capitalista de produção. O primeiro fenômeno representativo desse quadro surgiu quando a produção de mercadorias passou a ter como o principal objetivo a comercialização⁷.

Em consequência do aumento do comércio, a produção manufatureira, em especial a têxtil, deu um contorno diferenciado ao processo produtivo. O trabalho isolado do artesão, que originalmente consistia em produzir de forma independente e entregar um produto pronto e acabado ao mercador, passou a ser substituído pelo chamado "sistema doméstico"⁸.

Com o sistema doméstico, um terceiro passou a intervir no processo produtivo – o capitalista comerciante – que fornecia a matéria-prima e pagava uma quantia ao artesão para transformá-la em produto acabado. Posteriormente, a intervenção do capitalista foi maior: além da matéria-prima, fornecia as ferramentas e até mesmo o prédio para se realizar a produção⁹.

Vejamos então as posições que iriam ocupar os atores do novo modo de produção capitalista: o artesão, que antes vendia seu produto, passou a vender sua força de trabalho. O controle do processo produtivo, antes pertencente a quem o realizava, passou para o capitalista. O capitalista passou portanto a ser detentor da propriedade dos meios de produção e a controlar o próprio processo produtivo.

⁷ Cf. HUNT. *op.cit.*, p.32/35.

⁸ Cf. HOBSEBAWM. *A era das revoluções...*, p.53.

⁹ Hobsbawm ressalta que o sistema doméstico “*é um estágio universal do desenvolvimento da produção caseira para a indústria moderna*” e, tanto na Grã-Bretanha como nos países que posteriormente se industrializaram, foi o predominante na expansão do início da Revolução Industrial. HOBSEBAWM. *A era das revoluções...*, p.53.

Hunt destaca que o surgimento do sistema econômico capitalista ocorre precisamente quando *"o controle do capitalista foi, então, estendido ao processo de produção"* e *"ao mesmo tempo, foi criada uma força de trabalho que possuía pouco ou nenhum capital e nada tinha a vender, a não ser a sua força de trabalho"* ¹⁰.

A produção voltada ao pequeno comércio feudal tinha como fim a satisfação das obrigações da vassalagem e não se mostrava mais capaz de produzir excedentes sociais suficientes para manter a nobreza parasitária, estática e improdutivo. A expansão do comércio e da produção manufatureira, principalmente têxtil, incentivou a prosperidade produtiva sob dois interesses antagônicos: o do capitalista de aumentar o lucro e o do trabalhador de ter melhor remuneração por sua força de trabalho.

Assim, a classe trabalhadora começa a surgir dentro de um sistema que desde o seu início priva os trabalhadores do controle do processo produtivo e ao mesmo tempo os impõe a venda da força de trabalho como única forma de sobreviver.

O movimento dos cercamentos ou *enclosures* na Inglaterra expulsou vários camponeses da terra para cultivar ovelhas e fornecer lã às manufaturas têxteis, e o único destino possível era a busca de trabalho nas cidades. A crise da economia feudal também fez migrar para os centros urbanos camponeses e pequenos nobres, o que aumentou a população e criou a mão-de-obra disponível para se empregar na manufatura ¹¹.

Em algumas atividades, as corporações de ofício transformaram-se em verdadeiras associações de comerciantes capitalistas empregadores; os mestres deixaram de trabalhar junto aos artífices e aprendizes para controlar o processo produtivo, empregando-os. A prerrogativa para exercer determinado ofício era a qualificação através do aprendizado, de competência exclusiva das corporações de ofício. Para monopolizar o mercado de trabalho,

¹⁰ HUNT. *op. cit.*, p.35.

¹¹ Cf. HUNT. *op. cit.*, p.38/39.

algumas barreiras, como o custo elevado para o aprendizado, impediam que artesãos pobres se qualificassem, restando-lhes apenas trabalhar por conta alheia.

Além da evolução do processo produtivo que fez do capitalista seu único controlador e do trabalhador um vendedor da sua força de trabalho, o capitalismo contou em sua etapa inicial com uma vultuosa acumulação de capital graças às grandes descobertas marítimas que garantiram à Europa, principalmente à Inglaterra, além de metais preciosos como ouro e prata das Américas, o fornecimento de matéria-prima e de um mercado consumidor colonial monopolizado. Além dos lucros obtidos do tráfico negreiro.

Podemos já entender melhor as principais características do sistema econômico capitalista a ser estudado:

produção de mercadorias, orientada para o mercado; propriedade privada dos meios de produção; um grande segmento da população que não pode existir, a não ser que venda a sua força de trabalho ao mercado; e comportamento individualista, aquisitivo, maximizador, da maioria dos indivíduos dentro do sistema econômico .¹²

2.2 Revolução Industrial - transformação econômica e novas relações sociais de produção

2.2.1. Conjuntura histórica que propiciou a Revolução Industrial

O impulso para que o modo de produção capitalista se tornasse predominante foram grandes transformações que envolveram não só o aspecto tecnológico, mas principalmente a preparação política, econômica e social que conduziram à Revolução Industrial.

¹² HUNT. *op.cit.*, p.26.

A burguesia inglesa, para desenvolver o modo de produção capitalista, precisava de um Estado unificado que garantisse a proteção por um exército nacional, a elaboração e o cumprimento de normas uniformes disciplinadoras das práticas comerciais e protetoras do direito de propriedade. Os burgueses buscavam ainda o fim do Estado absolutista e um parlamento que permitisse a participação não só dos nobres, mas dos próprios burgueses interessados no poder político.¹³

A singularidade da história da Inglaterra a tornou uma nação preparada para desenvolver a Revolução Industrial e expandir para o espaço e o tempo o sistema capitalista. A precoce unificação do Estado, a limitação do poder do rei e a submissão do mesmo ao parlamento já no século XVII, graças às Revoluções Puritana e Gloriosa, com a passagem da monarquia absolutista para a parlamentarista, fizeram o parlamento mais forte e permeável ao poder burguês, notadamente na composição da Câmara dos Comuns.¹⁴

Os Decretos de Cercamentos (*Enclosures Acts*) das terras comunais na Inglaterra (século XV e XVI) expulsaram os camponeses que produziam por subsistência e monopolizaram a propriedade da terra cuja produção agrícola foi planejada para fins comerciais. Eis as bases iniciais da Revolução Industrial: acumulação de capital para investimentos (grandes descobrimentos ultramarinhos), fornecimento de alimentos a uma população urbana cada vez mais crescente e disponibilidade de mão-de-obra para as atividades industriais urbanas¹⁵.

¹³ Cf. HUNT. *op.cit.*, p.41.

¹⁴ O *Bill of Rights*, de 1689, reconhece a supremacia da lei em relação ao rei, a soberania do Parlamento, o direito de petição e de voto, a liberdade individual e as garantias judiciárias. O *Habeas corpus*, de 1679, garante a liberdade e a 'segurança' individual contra as prisões e as penas arbitrárias, o que constituía uma garantia do cidadão frente aos abusos do governo. Cf. HOBBSAWM. *A era das revoluções...*, p. 38/39.

¹⁵ Os Decretos de Cercamentos expropriaram dos aldeões ingleses o direito consuetudinário do uso da terra, acarretando naturalmente um rápido empobrecimento dos mesmos. Os poucos aldeões que continuaram no campo tiveram os soldos reduzidos, e os que foram para a cidade enfrentaram a exploração do trabalho e a miséria. A antiga noção do "preço do salário justo" foi substituída pela noção da demanda de trabalho. Há, porém, que se ressaltar que houve uma forte reação dos camponeses, que provocaram violentos motins e quebra de máquinas agrícolas em atos de protesto e reivindicação que culminaram no pagamento de indenizações pelo Estado, na assistência aos necessitados com a Lei dos Pobres e a *Speenhamland*. Contudo, isso de nada adiantou para os expropriados, que passariam a engrossar o número de explorados e miseráveis. Sobre os Cercamentos e

A Inglaterra monopolizava o comércio colonial no século XVIII e seus produtos manufaturados, em especial os tecidos de algodão, dominavam os mercados à custa de guerras e do que viria logo a se consolidar como imperialismo. O protecionismo inglês garantiu o monopólio de seu mercado interno e, ao mesmo tempo, a demanda do mercado externo crescia de forma descomunal. A Inglaterra destruiu a nascente manufatura têxtil da Índia e passou a importar o seu algodão em estado bruto, o que também fez com o algodão cultivado de forma escravista no sul das colônias inglesas da América do Norte.¹⁶

A ideologia de progresso e de prosperidade material já fazia parte da sociedade inglesa, o Estado reconhecia e propalava o poder e as vantagens da iniciativa privada. As reivindicações dos capitalistas eram consideradas e atendidas pelo governo desde que seus interesses não fossem confrontados. O Parlamento, com o poder cada vez maior dos *Whigs*¹⁷, atuava de forma protecionista em relação ao mercado interno e garantia o monopólio inglês em todas as fases da produção fabril, além de prover a força bélica necessária para a conquista de mercados¹⁸.

A indústria têxtil foi aquela que impulsionou a primeira fase da Revolução Industrial, que se iniciou em 1780 com a “partida para o crescimento auto-sustentável” e foi até 1840 com a introdução da indústria pesada e das estradas de ferro¹⁹. A enorme procura pelos produtos ingleses implicou no crescimento do consumo que garantiu enormes lucros, acumulação de capital e estimulou o desenvolvimento de inúmeros avanços tecnológicos e científicos em busca de maior produtividade e menores custos.

seu impacto na sociedade inglesa, cf. THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. vol. II. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 39/69.

¹⁶ Cf. HOBSEBAWM. A era das revoluções..., p.50/53.

¹⁷ Os Whigs eram o grupo mais progressista, formado por comerciantes capitalistas que defendiam a monarquia parlamentarista, enquanto seus rivais eram os Tories, conservadores, formados por proprietários de terras e pela Igreja anglicana, defensores da monarquia absolutista.

¹⁸ Cf. HOBSEBAWM, E.J. **Os trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 29.

¹⁹ Cf. HOBSEBAWM. A era das revoluções..., p. 44/45.

No processo de fiação, a antiga roda de fiar foi substituída, em 1730, pela lançadeira móvel; na tecelagem, o tear manual deu lugar a invenções como a *sppinning jenny* (1769), a armação hidráulica (1775) e o fuso (fim da década de 1770) que aproveitava a emergente energia a vapor²⁰.

No entanto, a maior invenção foi o desenvolvimento do motor a vapor, em 1769, por James Watt que, associado a um capitalista chamado Boulton, tornou possível a produção fabril em larga escala. Antes dessa invenção, as indústrias tinham sua localização dependente da energia hidráulica, por isso ficavam espalhadas às margens dos principais rios no interior da Grã-Bretanha. Com o motor a vapor, as indústrias passaram a se localizar estrategicamente em função do mercado, da mão-de-obra e das vias de transporte. O carvão, combustível intensamente utilizado, era abundante e barato na Inglaterra. O motor a vapor transformou a economia e a sociedade inglesa, ao criar os centros industriais urbanos, concentrar a população e produzir aquela que passou a fazer parte da ilustração típica da época: a cortina de fumaça escura e de mau cheiro.²¹

O crescimento da indústria fabril fez da Inglaterra a maior potência econômica do século XIX. A década de 1830 e o início de 1840 foram marcados por sérios problemas de crescimento na economia, com a queda na taxa de lucros e a deflação dos preços, o que afetou os salários dos trabalhadores e acelerou a mecanização para reduzir os custos de produção²².

A crise foi superada pelo ímpeto de uma expansão econômica decorrente da segunda fase da Revolução Industrial, de 1848 a 1870, baseada no desenvolvimento das indústrias de bens de capital, em especial das estradas de ferro, e na adoção de políticas liberais.²³

²⁰ Cf. HUNT, *op.cit.*, p. 61.

²¹ Cf. HUNT, *op.cit.*, p. 61/62.

²² O Parlamento inglês dessa época era composto por proprietários de terras que adotavam medidas, como as Leis do Trigo, que proibiam importação de produtos agrícolas, o que prejudicava as exportações de produtos industrializados. Cf. HOBSEAWM. *A era das revoluções...*, p. 55/58.

²³ Cf. HOBSEAWM, E.J. **A era do capital**, 1848-1875. 10ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p.58/66.

A estrada de ferro proporcionou meios de comunicação mais rápidos e adequados à nova expansão produtiva. A expansão geográfica dos mercados foi incrementada com a produção de bens para construção de novas indústrias ampliando o comércio e os investimentos internacionais²⁴.

O progresso da industrialização a esta época já não estava mais restrito à Inglaterra, expandindo-se para países como a França, a Bélgica, a Alemanha e os Estados Unidos.

A Revolução Industrial modificou profundamente as forças produtivas até então conhecidas pela humanidade e consolidou de forma contundente um novo sistema econômico que se expandiu e se tornou predominante desde então. Na síntese de Hobsbawm:

*pela primeira vez na história da humanidade, foram tirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços.*²⁵

2.3 As bases das transformações ideológicas e políticas

2.3.1. O liberalismo

A passagem da sociedade europeia ocidental da Idade Média para a Moderna, além das mudanças nas forças produtivas através da Revolução Industrial, sentiu a nova proposta advinda das novas relações sociais de produção, na qual a burguesia²⁶ emerge como classe dominante. A ascendência da burguesia sobre a nobreza significou também uma nova

²⁴ Cf. HOBBSAWM. A era do capital..., p. 58/60.

²⁵ HOBBSAWM. A era das revoluções..., p. 44.

²⁶ O termo burguesia aqui empregado refere-se ao sinônimo de classe capitalista.

perspectiva do homem perante o mundo, afirmando novos valores que afastavam a justificação da dominação feudal e afirmavam a burguesa.

A ruptura com a Idade Média foi iniciada com a renascença, que elevou o homem ao centro do universo e trouxe uma *“percepção orgulhosa e otimista de um mundo a ser inteiramente conquistado”*. A sociedade de privilégios foi questionada ao se redescobrir o *“valor universal e criador da liberdade”*²⁷.

O iluminismo, plenitude política desta revolução cultural, incorporou o racionalismo em reação ao dogmatismo, à tirania do Estado, da Igreja, dos mitos e das tradições, e adotou o espírito científico e a visão crítica como domínio da natureza e fundamentos de uma nova sociedade²⁸.

A Revolução Francesa em 1789 foi certamente o ícone da ruptura com o Antigo Regime e da vitória da concepção burguesa de ordem política. A classe burguesa formulou seus próprios princípios: igualdade, liberdade e fraternidade, e os generalizou como pertencentes a um corpo social que ainda não havia alcançado a consciência de suas liberdades políticas. Com a ênfase de Paulo Bonavides: *“Fez pretensiosamente da doutrina de uma classe a doutrina de todas as classes”*²⁹.

O liberalismo surge como a doutrina adotada para justificar de forma racional a nova sociedade burguesa. A noção de liberdade surge em hostilidade aos privilégios de classe em função de nascimento e crença, e apresenta valores como a liberdade formal, o racionalismo, o constitucionalismo e a secularização das formas de vida. Mostra-se como o sustentáculo da sociedade em formação que pretende expandir os mercados e se desenvolver culturalmente, e para isso *“extiende su campo de acción lógicamente a todos los ámbitos de la vida y quehacer humanos”*³⁰.

²⁷ BOBBIO;MATTEUCI; PASQUINO. *op.cit.*, p. 695.

²⁸ Cf. BOBBIO;MATTEUCI; PASQUINO. *op.cit.*, p. 695.

²⁹ BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 5ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1993, p. 30.

³⁰ PALOMEQUE LOPEZ, Manuel- Carlos. **Derecho del trabajo e ideología**. 5ª ed. Madrid: Tecnos, 1995, p. 6.

No âmbito político, o liberalismo significou o reconhecimento jurídico dos direitos individuais consagrados na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América em 1776 e na Declaração Universal dos Direitos do Homem da Revolução Francesa de 1789. Ao mesmo tempo, representaria a negativa de qualquer instituição que intermediasse o indivíduo e o Estado, traduzida na francesa lei *Le Chapelier* de 1791 e nos Decretos sobre as Associações (*Combination Acts*) de 1799 e 1800.³¹ O princípio da representação também foi eleito pela burguesia, que substituiu a monarquia absolutista pela parlamentar, ainda que conduzida por privilégios e discriminações para incluírem somente a mesma³².

O liberalismo jurídico consagrou o princípio da autonomia da vontade, que atribui às partes contratantes a faculdade de elaborar o conteúdo dos contratos de acordo com sua vontade, inclusive dos contratos de trabalho. Essa nova concepção de negócio jurídico atribui à sociedade um paradigma contratual que é reforçado pelo processo codificador do século XIX³³.

O liberalismo econômico preconizou a abstenção do Estado nas atividades econômicas, uma reação ao protecionismo típico da fase anterior mercantilista. Adam Smith, o principal teórico do capitalismo liberal, reconhecia neste a maior evolução da civilização e o seu auge seria alcançado quando o Estado adotasse a política do *laissez-faire*, ou seja, a economia seria regulada naturalmente pelas forças de mercado como a livre-concorrência, a lei da oferta e da procura e a não restrição ou intervenção do governo.

Através de sua teoria, Smith objetivava “*identificar as forças sociais e econômicas que mais promoviam o bem-estar humano e, com base nisso, recomendar políticas que melhor promovessem a felicidade humana*”³⁴. Segundo Hunt, no livro *A Riqueza das Nações*,

³¹ A lei *Le Chapelier* proibia as corporações e greves e os *Combination Acts* eram decretos que proibiam e punham na ilegalidade as associações de trabalhadores, somente na segunda metade do século XIX a doutrina liberal irá suspender a proibição das associações, sindicatos e greves.

³² Cf. BONAVIDES. *op.cit.*, p.31.

³³ Cf. PALOMEQUE LOPEZ. *op.cit.*, p.7.

³⁴ HUNT. *op.cit.*, p.77.

Smith conclui que o sistema que maximiza o bem-estar econômico é o capitalismo *laissez-faire*, “o sistema óbvio e simples da liberdade natural”³⁵.

Porém, a liberdade preconizada nesta fase incipiente do Estado capitalista, apesar de nominalmente ser atribuída a todas as classes, era a concepção burguesa de liberdade que se impunha como condição para a manutenção do poder político. A burguesia não via seu poder ameaçado pela propagação dos princípios de liberdade, uma vez que o povo não tinha condições materiais de impor os seus direitos.³⁶

Não obstante o liberalismo traduzir a ideologia e a articulação de uma classe para sustentar um sistema econômico no qual ela detém o poder de dominação, não se pode deixar de reconhecer os avanços político- econômicos e sociais dele decorrentes. Com a conclusão de Bonavides, “*A burguesia acordava o povo, que então despertou para a consciência de suas liberdades políticas*”.³⁷

Assim, esse espírito revolucionário que exaltou o humanismo, o racionalismo e a liberdade, ao mesmo tempo em que doutrinou os ideais da sociedade capitalista burguesa, foi determinante para despertar nos trabalhadores e seus simpatizantes a consciência e a reação frente à exploração do trabalho pelo capital.

2.3.2 Classe e consciência de classe

E. P. Thompson, um dos maiores estudiosos da classe operária inglesa do século XIX, sobre o título de sua obra *The Making of the English Working Class*³⁸, explica que a análise sobre a classe operária deve ser feita como um fenômeno histórico, um “*processo ativo, que se deve tanto à ação humana quanto aos condicionamentos*”. Deve-se compreender como

³⁵ Cf. HUNT. *op.cit.*, p. 78.

³⁶ Cf. BONAVIDES. *op.cit.*, p. 31.

³⁷ BONAVIDES. *op.cit.*, p. 30.

³⁸ Traduzida para o português como **A Formação da Classe Operária Inglesa**. v. I. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

determinada organização social foi formada, sua estrutura de poder, os direitos de propriedade e como os indivíduos vieram a ocupar o seu papel social. Ressalta ainda que a classe deve ser vista como uma relação, uma formação social e cultural, e não como uma coisa, uma estrutura ou uma categoria, evitando-se distorções culturais de um partido, uma seita ou um teórico que impõem à classe o que ela deveria ser e não percebe como ela realmente é. Para Thompson:

*A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente.*³⁹

Hobsbawm esclarece que Marx não tratou de forma sistemática do conceito de classe, mas que mesmo assim é possível inferir de sua obra uma definição objetiva de classe que seriam os conjuntos humanos que podem ser reunidos,

*por manterem relações similares com os meios de produção – e mais especificamente, os agrupamentos de exploradores e explorados que por razões puramente econômicas, são encontrados em todas as sociedades humanas que ultrapassem a fase primitiva comunal (...) até o triunfo da revolução proletária.*⁴⁰

A outra definição marxista de classe incorpora um elemento subjetivo que é a *consciência de classe*. Para Hobsbawm, “*uma classe, em sua acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias como tal*”⁴¹.

Hobsbawm analisa o fato de a consciência de classe haver surgido como fenômeno social na sociedade industrial moderna, e não anteriormente. Para ele, isso ocorreu em função

³⁹ THOMPSON. A Formação da Classe Operária Inglesa. v. I..., p.10.

⁴⁰ HOBBSBAWM. E.J. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.34.

⁴¹ HOBBSBAWM. Mundos..., p.34.

do grau de coesão e interdependência que nas sociedades pré-capitalistas é menor e nas capitalistas maior, tendo em vista que nesta a troca de mercadorias exerce um papel de expressiva dependência econômica recíproca. Ressalta que nas sociedades pré-capitalistas ou não havia consciência de classe, ou esta era baixíssima.⁴²

Outra questão para nós relevante é a abordagem sobre o grau de consciência de classe da burguesia e do operariado e suas respectivas organizações. Para Hobsbawm, “*os movimentos burgueses se basearam em uma poderosíssima consciência de classe*” e enquanto estes não explicitam claramente a posição classista, os movimentos proletários se “*basearam na explícita consciência e coesão de classe*”.⁴³

O mesmo autor sustenta ainda que a diferenciação entre ambas as classes deve ser vista em razão da experiência social das mesmas, da sua composição e da função social que exercem. O fato de a elite política ser composta por membros da burguesia não se dá em razão de seleção por habilidade dos mesmos, mas

*porque esta classe consiste essencialmente em pessoas que estão, ao menos potencialmente, em posições de comando ou influência, por mais localizadas que sejam; de pessoas que, individualmente ou em pequenos grupos, podem provocar acontecimentos*⁴⁴

Diferentemente,

*a classe operária, como o campesinato, é constituída quase que por definição de pessoas que não podem fazer coisas acontecerem exceto coletivamente, embora, ao contrário dos camponeses, sua experiência de trabalho demonstre todos os dias que eles devem agir coletivamente ou não agir de forma alguma.*⁴⁵

⁴² HOBBSAWM. Mundos..., p. 36/41.

⁴³ HOBBSAWM. Mundos..., p. 44.

⁴⁴ HOBBSAWM. Mundos..., p. 45. Maurício Godinho Delgado, em função dessa característica do empregador, o define como *ser coletivo*. Cf. DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2004, p.91.

⁴⁵ HOBBSAWM. Mundos..., p. 45.

As aspirações das classes implicam em exigências específicas, que são aquelas do trato cotidiano, e em exigências gerais, que seriam aquelas comprometidas com a construção de um tipo de sociedade que lhes convêm. Para Hobsbawm, quanto à burguesia *“ambos os níveis de aspirações podem ser perseguidos através de organizações de tipos relativamente elásticos ou ad hoc, embora não sem uma ideologia geral que mantenha a classe coesa como o liberalismo econômico”*.⁴⁶

Quanto à classe trabalhadora, Hobsbawm esclarece que não basta que essa aja coletivamente, mas é essencial que tenha uma organização formal com estrutura e lideranças para tornarem suas ações eficazes⁴⁷:

*a consciência da classe operária, em ambos os níveis implica a organização formal; e uma organização que seja ela mesma portadora da ideologia de classe, que sem ela seria pouco mais que um complexo de hábitos e práticas informais. A organização (o ‘sindicato’, o ‘partido’ ou ‘movimento’) torna-se assim uma extensão da personalidade do trabalhador individual, que ela contempla e completa.*⁴⁸

2.4 Movimento organizado dos trabalhadores nos séculos XVIII E XIX

2.4.1 Condições de trabalho durante a Revolução Industrial: organização dos primeiros movimentos de trabalhadores

As relações sociais de produção do sistema econômico capitalista tinham em sua composição uma classe fornecedora da força de trabalho com características bem distintas

⁴⁶Uma demonstração dessa assertiva é o fato de que os partidos defensores do liberalismo no século XIX não foram partidos de massa, mas de coalizão de alguns indivíduos influentes. HOBBSAWM. Mundos..., p. 46.

⁴⁷ HOBBSAWM. Mundos..., p. 45.

⁴⁸ HOBBSAWM. Mundos..., p. 46.

daquela largamente utilizada no sistema feudal. A utilização de mão-de-obra formalmente livre e dependente da venda de seu trabalho para sobreviver, além de abundante e barata, era condição de existência do capitalismo.

O sistema capitalista, então, através da Revolução Industrial, generalizou a produção de bens e serviços em função de uma relação básica, assim descrita por Palomeque Lopes:

*Mediante la prestación de trabajo asalariado o por cuenta ajena, los trabajadores aportan al sistema productivo la fuerza de trabajo necesaria para la realización de los bienes con destino al mercado. En tanto que el empresario o titular de los medios de producción retribuye consiguientemente, a través de la prestación salarial, la incorporación de la mano de obra precisa para el funcionamiento de la empresa.*⁴⁹

O período de 1780 a 1840 marca o nascimento da moderna classe trabalhadora⁵⁰, e a indústria têxtil ainda era em grande parte doméstica: trabalhava-se em pequenas oficinas ou nas casas. Havia uma diferenciação hierárquica entre os ofícios e entre os próprios trabalhadores. Inicialmente os salários, assim como os preços, eram definidos de forma costumeira. As corporações de ofício seguiam as tradicionais noções de “preço adequado” e “salário justo”. Thompson explica que ainda:

*Os critérios morais e sociais – a subsistência, a auto-estima, o orgulho (em certos níveis de qualificação), os prêmios costumeiros para os diferentes graus de habilidade – destacam-se tanto como os argumentos estritamente “econômicos” nas primeiras disputas sindicais.*⁵¹

Cada ofício adquiria *status* de acordo com a força com que ele se construía. A manutenção da tradição com as restrições ao aprendizado, a conservação do grau de

⁴⁹ PALOMEQUE LOPES. *op.cit.*, p.3.

⁵⁰ Cf. HOBBSBAWM. Os trabalhadores..., p. 320.

⁵¹ THOMPSON. A formação da classe operária. vol II..., p. 71/74.

qualificação e de especialização e as práticas associativas determinavam a prosperidade ou não dos trabalhadores envolvidos.⁵²

Os trabalhadores mais bem sucedidos eram os artesãos qualificados, especializados e, sobretudo, que tinham poder de organização. Dentro do ofício, os mais valorizados eram os mestres de ofício que contratavam mão-de-obra por conta própria e os artesãos autônomos. Eles se destacavam por aspectos morais e intelectuais, tinham um certo grau de educação e usavam do sentimento de auto-estima e independência para agir politicamente.⁵³

A organização era fundamental para que os trabalhadores de um determinado ofício garantissem os melhores salários. Thompson cita uma visita dos tecelões de malhas, que não eram associados, ao sindicato dos carpinteiros, sendo que estes ficaram escandalizados pelo fato daqueles não serem associados e não possuírem um fundo permanente: "[...] *O que seria do nosso ofício se não nos associássemos? Talvez ficássemos tão pobres quanto vocês, hoje! Vejam os outros ofícios! Todos se organizaram (à exceção dos tecelões de Spitalfields, e vejam em que condições miseráveis se encontram).* [...]"⁵⁴

Na própria luta política liberal pela instituição da democracia burguesa e de liberdades individuais, o movimento obreiro iria se inspirar para as futuras reivindicações. A organização associativa obreira incipiente ocorria em torno dos Clubes de Ofício, de Cooperativas e Sociedades de Auxílio Mútuo e representava apenas a aristocracia obreira, trabalhadores especializados e estáveis com certo nível técnico e econômico, e com objetivos exclusivos de manutenção do *status* interno.⁵⁵

No entanto, as revoluções sociais ocorridas na França e na América do Norte deixaram burguesia inglesa temerosa de que os jacobinos, grupos de trabalhadores democráticos,

⁵² Cf. THOMPSON A formação da classe operária. vol II..., p. 75.

⁵³ Os ofícios mais valorizados eram os de alfaiates, sapateiros, tipógrafos, encadernadores e as novas especialidades surgidas com as indústrias de ferro, maquinarias e manufaturas, como os mineiros, os fiandeiros, os metalúrgicos e os cargos de gerência. Cf. THOMPSON. *op.cit.*, p. 80.

⁵⁴ THOMPSON. A formação da classe operária. vol II..., p. 76/77.

⁵⁵ Cf. OJEDA AVILÉS, Antonio. **Derecho Sindical**. 8ª ed. Madrid: Tecnos, 2003, p. 31/32.

ganhassem força e trouxessem o espírito revolucionário para a Inglaterra. A Sociedade Londrina de Correspondência, representante do radicalismo inglês, lutava pelo sufrágio universal e pela igualdade de representação parlamentar.⁵⁶

Com o intuito de proibir qualquer forma de associação, o governo inglês se utilizava de uma antiga jurisprudência que entendia como contrária ao interesse social qualquer tipo de limitação à liberdade de comércio individual. Essa jurisprudência serviu de base para os Decretos sobre Associações de 1799 e 1800, que proibiam reuniões ou associação de trabalhadores com finalidades de obter melhoria salarial ou influir sobre as condições de trabalho.⁵⁷

Na França, a tradição do Antigo Regime de proibir as associações de ofício, os *compagnonnages*, também foi incorporada pela nova Constituição francesa que repelia qualquer corporação de cidadãos da mesma posição ou profissão. A lei *Le Chapelier* de 1791 proibia, em seus artigos 1º e 4º, as associações e declarava inconstitucionais e contrários à liberdade e à Declaração de Direitos do Homem acordos de cidadãos da mesma profissão sobre o exercício da mesma.⁵⁸

Os membros se associavam em função do ofício, controlavam a entrada de novos trabalhadores no mercado de trabalho e a qualidade do produto para manterem elevados seus salários e garantir melhores condições de trabalho. O Estatuto Elisabetano de Artífices permitia esse controle através do requisito do aprendizado para exercer o ofício.⁵⁹

Outra estratégia utilizada pelos Clubes de Ofícios e Sindicatos, para protegerem seus associados do desemprego e do subemprego que ameaçavam seus salários e garantias, foi o

⁵⁶ Cf. AVILÉS *op.cit.*, p.32. Sobre a LDC, cf. THOMPSON. A formação da classe operária I..., p. 167/173.

⁵⁷ Cf. AVILÉS. *op.cit.*, p. 39.

⁵⁸ Cf. AVILÉS. *op.cit.*, p. 38/39.

⁵⁹ Trata-se de um resqúício das Corporações de Ofício, que ainda restringiam a entrada de aprendizes com altas taxas e com privilégios a filhos de artesãos através de regulamentações corporativas. Cf. THOMPSON. A formação da classe operária inglesa II..., p. 79.

chamado “sistema ambulante” que para Hobsbawm é a “*própria espinha dorsal do sindicato*”⁶⁰.

2.4.1.2 Sistema ambulante: a mobilidade do trabalhador como enfrentamento do desemprego

No século XIX, o mundo do trabalho foi caracterizado pela mobilidade, e em alguns ofícios era uma tradição. Esse tipo de itinerância tinha uma característica importante: a organização. O homem que fosse procurar emprego em outra cidade levava consigo uma licença identificando-o como membro da associação, recebia uma ajuda de custo e se apresentava ao sindicato da cidade que o recebia e lhe dava alojamento, jantar, cerveja e, se possível, encaminhava-o a um emprego. Era uma espécie de auxílio-desemprego da época.⁶¹

Os sindicatos adaptaram os tradicionais sistemas de itinerância, preocupados em proteger o monopólio local e seus associados aprendizes e artesãos dos desafios impostos pelo novo sistema econômico como o desemprego, o subemprego, o achatamento dos salários e a deterioração das condições de vida e trabalho. As vantagens do “sistema itinerante” na reação ao desemprego eram que, quanto antes o artesão encontrasse emprego, menos sobrecarregaria os fundos do sindicato, evitando a vitimização e mantendo limitada a oferta no mercado de trabalho.⁶²

No entanto, esse sistema não estava preparado para enfrentar o capitalismo industrial, principalmente com a crise e o forte desemprego dos anos de 1830 e 1840, sendo substituído por outras práticas sindicais mais eficazes que encaravam o capitalismo como algo que deveria ser enfrentado, conforme se verá adiante.

⁶⁰ Sobre o sistema ambulante consulte HOBBSAWM. Os trabalhadores..., p. 51/82.

⁶¹ Cf. HOBBSAWM. Os trabalhadores..., p. 51/52.

⁶² Cf. HOBBSAWM. Os trabalhadores..., p. 58.

É inevitável, porém, reconhecer a herança deixada pelo sistema ambulante ao movimento trabalhista: com as viagens, foi possível a disseminação do sindicalismo, a fundação de filiais, a divulgação de informações sobre os níveis de salários e sobre os melhores momentos de se iniciar um movimento salarial, a tentativa de padronização de jornada de trabalho, do pagamento de horas extras e de trabalho noturno, além é claro, da construção dos sentimentos de solidariedade e união.⁶³

2.4.1.3 Contradições sociais nas relações de trabalho

A disputa entre os artesãos e os empregadores estava marcada por todo o contexto de exploração. O sistema de trabalho doméstico foi substituído pelas grandes manufaturas. Com o fim da exigência de aprendizado, os trabalhadores qualificados passaram a concorrer com a mão-de-obra desqualificada, o que acarretou o aumento da jornada e a queda dos salários.⁶⁴

Henry Mayhew, um grande investigador social do século XIX, sobre o desemprego da época assim se manifestou: *“É óbvio que a razão pela qual não há trabalho para a metade do nosso povo é a de que a outra metade trabalha o dobro do que deveria”*.⁶⁵

Além do declínio da posição dos artesãos, a ausência de direitos políticos e a perseguição dos sindicatos pelo Estado levaram à radicalização política dos artesãos e dos trabalhadores domésticos. Para Thompson, *“Eles conseguiram manter seu status somente*

⁶³ Cf. HOBSBAWM. Os trabalhadores..., p. 72/75.

⁶⁴ Cf. THOMPSON. A formação da classe operária inglesa II..., p. 102/105.

⁶⁵ MAYHEW, Henry. **London labour and the London poor** vol.II, p.364/365, (s.l.),1862 *apud* THOMPSON. A formação da classe operária inglesa II..., p.92, pé-de-página.

*graças à militância sindical; o seu meio de vida lhes permitiu instruir-se sobre os vícios da competição e as virtudes da ação coletiva.”*⁶⁶

Os tecelões, representantes do maior grupo de trabalhadores ingleses, tiveram a mesma sorte que os artesãos. A perda na qualidade de vida e nas condições de trabalho contrastava com o progresso da industrialização.

A redução salarial, lucrativa para os patrões, era acompanhada da tese, também sustentada pelo clero e por magistrados, de que a pobreza estimula a indústria, como nos mostra o escrito de J. Smith citado por Thompson: *“É um fato bem conhecido... que a escassez, até um certo grau, estimula a diligência, e que o trabalhador que puder subsistir labutando apenas três dias por semana ficará ocioso e bêbado nos dias restantes.”*⁶⁷

Assim os tecelões elegeram como a principal reivindicação a legalização do salário-mínimo, apoiados por alguns empresários que pretendiam estabelecer uma competição mais leal. A Câmara dos Comuns rejeitou a proposta, o que provocou greves e diversas manifestações duramente reprimidas. O sentimento de oposição entre os trabalhadores e os patrões se aprofundou.⁶⁸

O grande golpe para os trabalhadores foi o sistema de redução de salários⁶⁹ já iniciado, mas que foi reforçado com a introdução do tear mecânico e com o fluxo de imigrantes irlandeses. Muitas vezes, apesar de possuírem o próprio tear, tinham que arrendar o sistema de engrenagens e pentes do patrão, o que causava um eterno endividamento com este e os faziam aceitar qualquer salário. Eram também comuns as atividades avulsas sem remuneração, em troca de um trago ou pedaços de pão.⁷⁰

⁶⁶ THOMPSON. A formação da classe operária inglesa II..., p. 107.

⁶⁷ SMITH, J. **Memoirs of Wool**. vol.II (s.l),1747, p.308 *apud* THOMPSON. A formação da classe operária inglesa II..., p. 127/128.

⁶⁸ Cf. THOMPSON. A formação da classe operária inglesa II..., p. 129.

⁶⁹ THOMPSON. A formação da classe operária inglesa II..., p. 137.

⁷⁰ Cf. THOMPSON. A formação da classe operária inglesa II..., p.140/142.

Numa época de crescimento econômico, fruto do trabalho, os tecelões não gozaram dos benefícios do progresso. Ao contrário, tiveram um declínio no padrão de vida: suas casas não tinham mobílias; o pão, a aveia e a eventual carne foram substituídos pela batata; a cerveja pelo chá; tinham alguns trapos de algodão para vestir, sabão e velas.⁷¹

A decadência dos tecelões, segundo Thompson, foi acarretada pelo fim da proteção promovida pelos costumes e pelos sindicatos, pela ausência de proteção contra as reduções salariais e pelo aumento da concorrência em função do enorme número de desempregados e dos teares mecânicos que reduziam postos de trabalho. Os costumes e os sindicatos foram enfraquecidos pela ação do Estado imbuído da ideologia dominante do *laissez-faire* na determinação dos salários.⁷²

No entanto, os tecelões perceberam que “*o capital e a propriedade estão protegidos, enquanto o seu trabalho é abandonado ao acaso*”.⁷³

O ressentimento dos tecelões manuais com o sistema fabril era corporificado pelas fábricas: a disciplina intensa, as sirenes e o controle do tempo que os impedia de fazer outra coisa senão trabalhar. O efeito vinha também sobre as relações familiares, tanto no sistema doméstico quanto nas fábricas, todos os membros da família trabalhavam.⁷⁴

Thompson expõe a sorte miserável dos tecelões:

*A história dos tecelões consiste num caso paradigmático do efeito de um sistema repressivo e explorador sobre um grupo destituído de defesas sindicais. O governo não só interviu (sic) intensamente contra suas organizações políticas e seus sindicatos, mas também lhes impôs os custos do dogma da liberdade do capital com a mesma intransigência usada contra os irlandeses vitimados pela fome.*⁷⁵

⁷¹ Cf. THOMPSON. A formação da classe operária inglesa II..., p.179/184.

⁷² THOMPSON. A formação da classe operária inglesa II..., p.154.

⁷³ THOMPSON. A formação da classe operária inglesa II..., p.155 e 160.

⁷⁴ Grande parte da mão-de-obra era formada por crianças (de um terço à metade) e por mulheres (mais da metade dos adultos), por serem mais baratas e dóceis. Cf. THOMPSON. A formação da classe operária inglesa II..., p.167/170.

⁷⁵ THOMPSON. A formação da classe operária inglesa II..., p.174/175.

2.4.1.4 Movimentos incipientes de manifestação dos trabalhadores

Conforme já abordamos anteriormente, o conceito de consciência de classe que adotamos consiste numa relação entre as classes numa dinâmica histórica com determinantes sociais, culturais, econômicos e políticos. Assim, a introdução da máquina no processo produtivo não pode ser vista como um fator isolado da exploração e da conseqüente insurgência dos trabalhadores. Thompson defende que *“tanto o contexto político quanto a máquina a vapor tiveram a maior influência sobre a formação da consciência e das instituições da classe operária”*⁷⁶.

Para Palomeque Lopes o movimento trabalhista é identificado através de três elementos: a formação a partir das relações de produção capitalista com a separação do trabalhador dos instrumentos de produção, a tomada de consciência de classe como núcleo solidário de interesses comuns entre os trabalhadores e contrários à burguesia e, por fim, a consciência de que são um grupo desprovido de instrumentos legais e políticos que modifiquem a sua situação social e econômica, a não ser através de organizações políticas e sindicais.⁷⁷

Para entendermos quais tradições políticas e culturais influenciaram os movimentos trabalhistas, é preciso identificar qual foi o núcleo de formação dos mesmos: os trabalhadores manuais domésticos ou os operários industriais?

Até 1830, no período inicial da Revolução Industrial, a indústria têxtil era formada em grande parte de trabalhadores domésticos manuais.⁷⁸ Para Thompson, as idéias e as formas de

⁷⁶ THOMPSON. A formação da classe operária inglesa II..., p.21.

⁷⁷ PALOMEQUE LOPEZ. *op.cit.*, p.10.

⁷⁸ HOBBSBAWM. A era das revoluções..., p.228 e THOMPSON. A formação da classe operária inglesa II..., p.15.

organização do movimento trabalhista foram constituídas já com os artesãos, artífices e trabalhadores domésticos: *“Em muitas cidades, o verdadeiro núcleo de onde o movimento trabalhista tirou as suas idéias, organização e liderança era constituído por sapateiros, tecelões, seleiros e fabricante de arreios, livreiros, impressores, pedreiros, pequenos comerciantes e similares”*.⁷⁹

Sob a influência dos ideais revolucionários franceses e norte-americanos, artesãos, lojistas e artífices radicais jacobinos uniram-se na Sociedade Londrina de Correspondência, em 1792. Com objetivos políticos que extrapolavam seus interesses econômicos e corporativos, reivindicavam o sufrágio universal e a igualdade de representação parlamentar. A SLC *“voltava as costas à identificação secular entre direitos políticos e direitos de propriedade”*, buscava uma democracia que implicasse na auto-organização das pessoas.⁸⁰

Em tempos de industrialização incipiente, as reações populares eram feitas através das turbas e dos motins. Eram de certa forma organizadas e exigiam autodisciplina para um modelo de intimidação pelas massas.

Tradicionalmente a economia era organizada por pressupostos morais paternalistas nos quais o preço do pão, mais que do salário, era um indicativo de injustiça. Thompson esclarece que *“Tanto nas comunidades rurais como nas urbanas, uma consciência de consumidor precedeu outras formas de antagonismo político ou industrial”*⁸¹. Com a introdução da economia de mercado e o abandono do direito costumeiro, os motins eram ocasionados pela alta do preço do pão, pelos pedágios e pelas maquinarias novas.

A quebra de máquinas, ou luddismo, também foi um modelo de reação utilizado, mas que se difere das turbas ou motins pelos objetivos a serem alcançados. Hobsbawm combate as

⁷⁹ THOMPSON. A formação da classe inglesa I..., p.16.

⁸⁰ Os traços de um novo tipo de organização operária são indicados nas discussões envolvendo temas políticos e econômicos, as baixas subscrições, a formalidade de procedimentos e o trabalhador na qualidade de secretário. Com a acusação de alta traição, o secretário foi preso e a SLC proibida pelo governo inglês. Cf. THOMPSON. A formação da classe operária inglesa I..., p.15/23 e AVILÉS. *op.cit.*, p.31.

⁸¹ THOMPSON. A formação da classe operária inglesa I..., p.62/71.

teses de que o movimento luddista era desorganizado e impulsionado pela simples reação de ódio dos trabalhadores às máquinas.⁸² Segundo ele, a destruição de máquinas foi um instrumento utilizado pelos trabalhadores - e que não se resumia às máquinas, mas à matéria-prima e aos produtos acabados – como meio de pressão contra os empregadores na redução de salários e na contratação de trabalhadores externos. Era uma forma de “*negociação coletiva através da arruaça*” que muitas vezes “*terminou em algo parecido com o contrato coletivo*”.⁸³

Essa técnica adotada pelo sindicalismo do período anterior e no início da era industrial, além de pressionar os empregadores, foi essencial para formar a solidariedade essencial ao movimento trabalhista, além de evitar o trabalho dos fura-greves.⁸⁴

A quebra de máquinas também representou a hostilidade dos trabalhadores à introdução da maquinaria que economizasse mão-de-obra. No entanto, essa hostilidade não era em relação à máquina em si, mas às mudanças das relações de produção que ameaçavam o controle do mercado de trabalho pelos trabalhadores e seu nível de vida.⁸⁵

É interessante mencionar que a quebra de máquinas não foi uma reação somente dos trabalhadores, mas também de parte da opinião pública e de pequenos industriais que não pretendiam se enveredar pela expansão e acumulação ilimitadas, mas viver confortável e tranqüilamente sem as preocupações da concorrência com grandes industriais.⁸⁶

Outra influência foi a prática religiosa da população inglesa na transição do século XVIII para o XIX, que representava a única força ideológica. Apesar de a Igreja anglicana ser a oficial, as regiões manufatureiras e agrícolas no interior do país, os trabalhadores e os chamados “pobres de Cristo” (pecadores, assassinos, bêbados e ladrões) eram cooptados pelas

⁸² HOBBSAWM. Trabalhadores..., p.18. Posição contrária é a de Palomeque Lopes que ao classificar este período como a fase incipiente de organização obreira espontânea, entende que a quebra de máquinas era a identificação das mesmas como a causa da exploração capitalista. Cf. PALOMEQUE LOPES, *op.cit.*, p.10.

⁸³ Cf.HOBBSAWM. Trabalhadores..., p.19/20.

⁸⁴ Cf.HOBBSAWM. Trabalhadores..., p.22.

⁸⁵ Cf.HOBBSAWM. Trabalhadores..., p.24.

⁸⁶ Cf.HOBBSAWM. Trabalhadores..., p.26/28.

seitas dissidentes que, impedidas de participar da vida pública, ansiavam por liberdades civis e religiosas.⁸⁷ O metodismo era a seita mais influente e, apesar da influência regressiva ao pregar a subserviência, a “*lealdade sincera ao rei e adesão sincera à Constituição*”, Thompson reconhece que a grande contribuição do metodismo foi o aumento da autoconfiança dos trabalhadores e o conhecimento necessário para capacitar a organização.⁸⁸

2.4.2 Condições de trabalho na segunda metade do século XIX e movimento dos trabalhadores

Na segunda metade do século XIX, o capitalismo se expandiu de forma extraordinária. A industrialização através do sistema doméstico e de pequenas fábricas têxteis, base da primeira fase da industrialização, foi superada pela grande produção de bens de capital. O crescimento exigiu a adoção de formas mais amplas de organização capitalista, como a companhia, e maiores mobilizações de financiamentos, envolvendo bancos e subscrição de ações.⁸⁹

Um grande desafio para as novas grandes organizações industriais foi a direção do ambiente produtivo, ou seja, a gerência. Os únicos modelos conhecidos de organização eram o militar e o burocrático: uniformes, disciplina e promoção. No entanto, tais modelos não satisfaziam a preocupação dos empregadores em manter produtivo um trabalhador diligente, disciplinado e que aceitasse os modestos salários.⁹⁰

⁸⁷ THOMPSON. A formação da classe inglesa I..., p.22.

⁸⁸ Os metodistas se reuniam em associações, elaboravam suas próprias regras, levantavam fundos, organizavam-se de forma centralizada, educavam na escola dominical e tinham uma rede de comunicações territorial. THOMPSON. A formação da classe inglesa I..., p. 42/44.

⁸⁹ Cf. HOBBSAWM. A era do capital..., p. 298/299.

⁹⁰ Cf. HOBBSAWM. A era do capital..., p. 302/303.

Nesta época, os empregadores ainda pensavam que o valor do salário deveria ser mantido o mais baixo possível como questão de segurança para que os trabalhadores não almejassem uma vida como a deles e comesçassem a lutar por isso. Ao mesmo tempo, o mercado era cada vez mais a referência para o valor do salário.⁹¹

A doutrina de livre comércio e iniciativa estabeleceu a livre contratação e igual tratamento entre patrões e empregados, o que fez abolir alguns modelos de contratação. Dentre eles o Código Britânico de Patrões e Empregados de 1823, o qual estabelecia, em caso de quebra de contrato: a prisão, se a causa fosse do empregado, ou pequenas multas para a causa do empregador. A duração dos contratos foi diminuída e o período de pagamento reduzido para a semana, o dia ou a hora, como meio de facilitar a barganha.⁹²

O trabalho por produção, como por peça ou empreitada, era a melhor forma para o capitalista incentivar a intensificação do trabalho, afastar a negligência, reduzir os custos do salário, além de dividir os trabalhadores entre si, uma vez que cada um ganhava diferente do outro. Contra esse tipo de pagamento, os trabalhadores propuseram a introdução do “salário-padrão” que fosse definido mediante o sindicato ou práticas usuais, idéia logo removida pelos empregadores.⁹³

Um fator determinante que impelia os trabalhadores a aceitarem tais condições de trabalho era a insegurança inerente à sociedade liberal. Eles não sabiam quanto ganhariam, por quanto tempo teriam aquele trabalho e, caso ficassem desempregados, não sabiam se teriam outra oportunidade. Hobsbawm enfatiza o temor imposto pelos empregadores naquele período em que “*os trabalhadores deviam agradecer por ter afinal algum trabalho, já que havia um grande exército industrial de reserva do lado de fora esperando por aqueles empregos*”.⁹⁴

⁹¹ Cf. HOBBSAWM. A era do capital..., p. 304.

⁹² Cf. HOBBSAWM. A era do capital..., p. 63/64.

⁹³ Cf. HOBBSAWM. A era do capital..., p. 305.

⁹⁴ HOBBSAWM. A era do capital..., p. 305/308.

Por outro lado, a adversidade imposta pelo sistema capitalista liberal que explora o trabalhador foi o elo de união da classe trabalhadora. O fato comum de viverem de salário e de perceberem que a prosperidade, fruto do crescimento econômico, a eles não alcançava e os afastava socialmente cada vez mais da burguesia, fez com que encontrassem na ação coletiva organizada o único meio de se defenderem.

Os trabalhadores mais qualificados e diligentes eram também os que articulavam o movimento operário. Apesar de haver algumas diferenças de origem, de formação e na situação econômica em relação aos trabalhadores pobres, aqueles sabiam que sem a ação coletiva conjunta, o liberalismo não lhes iria garantir uma vida mais digna e materialmente melhor.

A associação passou a ser “*a formação livre e consciente de sociedades democráticas voluntárias para melhorias e defesa social*”, na qual os movimentos trabalhistas iriam se reunir como forças sociais e políticas para reagir ao sistema capitalista liberal.⁹⁵

Nos anos de 1867 e 1875, a legislação inglesa que proibia o funcionamento de sindicatos e as greves foi suspensa, o que não significou um fortalecimento imediato dos mesmos tendo em vista a adversidade do mercado de trabalho com baixos salários e grande oferta de mão-de-obra.⁹⁶

2.4.2.1 Ação organizada dos trabalhadores na segunda metade do século XIX

Conforme visto anteriormente, a organização inicial dos trabalhadores enquanto classe se deu em função de seus ofícios e era restrita a artesãos qualificados, especializados e com

⁹⁵ Cf. HOBSEBAWM. A era do capital..., p.316.

⁹⁶ Cf. HOBSEBAWM. A era do capital..., p.64/65.

um certo grau de instrução e de condição econômica. Era o "sindicalismo de ofício" que significa a "*organização para graus e seções individuais de trabalhadores (ou grupos de graus intimamente aliados) que negociam independente e separadamente.*"⁹⁷

Eles se uniam para proteger o conhecimento do ofício, garantir proteção contra a concorrência de mão-de-obra não-qualificada e força nas negociações das condições de trabalho com os patrões. Esse poder vinha do fato de que eles controlavam o processo produtivo e os tempos de produção.⁹⁸

Em reação à pressão dos sindicatos para influir nas condições de trabalho e à atividade política radical e reformista do movimento trabalhista, o governo inglês reagiu proibindo os sindicatos através dos Decretos sobre as Associações e o governo francês fez o mesmo com a lei *Le Chapelier*.

No entanto, a proibição da atividade sindical não conseguiu impedir a expansão dos sindicatos, as greves e as negociações coletivas. Ao mesmo tempo, a opinião pública começava a compreender as razões que levavam os trabalhadores a se unirem e a reivindicarem. Assim, governos de países como a Inglaterra (1824), a França (1864), a Confederação Alemã do Norte (1869) e a Itália (1890) derrogaram as leis que consideravam o sindicalismo como um delito. No entanto, ainda não havia um reconhecimento institucional dos sindicatos e algumas de suas ações eram consideradas delitivas.⁹⁹

Cada vez mais o movimento trabalhista deixava de se restringir à questão da exploração como um problema do ambiente de trabalho, mas como a ação contextualizada política e socialmente num sistema econômico determinado. De forma que a luta por melhores condições de trabalho e de vida passava a estar intimamente relacionada com a

⁹⁷ HOBBSBAWM. *Trabalhadores...*, p.235.

⁹⁸ KÖLER, Holm-Detlev; MÁRTIN, Antonio. **Manual de la sociología del trabajo y de las relaciones laborales**. Madrid: Delta, 2005, p. 423.

⁹⁹ AVILÉS. *op.cit.*, p.39/40.

conquista de instrumentos políticos que garantissem aos trabalhadores maior participação e possibilitassem uma transformação social.

A partir do momento em que a consciência de classe aflorou no movimento trabalhista, a atividade política a ele se torna cada vez mais entranhada. As reivindicações por reforma parlamentar e sufrágio universal na reforma de 1932 e do movimento Cartista¹⁰⁰ de 1838 são amostras de que a pretensão era influir cada vez mais no cenário político institucional.

Para isso, o movimento trabalhista reivindicava o reconhecimento de direitos básicos como o direito de associação, de ação coletiva, de greve, de negociação, enfim, os direitos de cidadania.¹⁰¹

No entanto, essa luta pelo reconhecimento institucional dos sindicatos ganhava, em meados do século, uma carga ideológica revolucionária de radicalização da transformação social com a substituição do sistema capitalista como única forma de libertação para os trabalhadores.

Em 1848, a publicação do Manifesto Comunista por Karl Marx e Friedrich Engels explicita a luta de classes, divulga o pensamento comunista e identifica seus objetivos como os dos partidos operários: "*formação do proletariado em classe, derrubamento do domínio da burguesia, conquista do poder político pelo proletariado.*"¹⁰² Pretende também a abolição da propriedade privada dos meios de produção, vista como responsável pelo antagonismo de classe, e da apropriação do excedente de trabalho pela burguesia.¹⁰³ Para isso ao final conclamava: "*Trabalhadores de todos os países, uni-vos!*"

¹⁰⁰ O Cartismo foi o primeiro movimento trabalhista de âmbito nacional, a Carta do Povo reivindicava: sufrágio universal, igualdade dos distritos eleitorais, voto secreto, eleição anual do parlamento, pagamentos aos parlamentares e abolição da qualificação de proprietário para os candidatos. Cf. HOBBSAWM. A era do capital..., p.35, pé-de-página.

¹⁰¹ Cf. KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p. 423.

¹⁰² MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. URSS: Progresso, 1987, p.47.

¹⁰³ MARX; ENGELS. *op.cit.*, p.48/49.

No mesmo ano, uma onda revolucionária atingiu governos em vários países da Europa ocidental que ainda carregavam vestígios do Antigo Regime. Numa insurreição, a França teve a monarquia derrubada e proclamada a República. A Confederação Alemã, o Império Austro-Húngaro e a Itália também foram atingidos e a forma de governo e a unificação territorial colocadas em questão. No entanto, as conquistas revolucionárias não duraram muito, em pouco tempo foram derrotadas.¹⁰⁴

Cada região teve suas peculiaridades e lutas, mas a razão da derrota foi a mesma. A massa revolucionária era formada por trabalhadores pobres e marcada pelo radicalismo político. Os liberais moderados em meio àquele conflito tomaram consciência de que a revolução era perigosa e de que a burguesia já não era mais a força revolucionária, e sim conservadora. Os conservadores estavam dispostos a se unirem ao liberalismo econômico, desde que isso não significasse um recuo político e os moderados liberais perceberam que as suas pretensões econômicas poderiam ser atingidas sem a revolução, que se mostrava contrária a seus interesses.¹⁰⁵

Já os trabalhadores pobres que impulsionaram essas ações revolucionárias não tiveram êxito pelo fato de ainda não terem desenvolvido uma ideologia política e nem possuírem *"organização, maturidade, liderança e, talvez acima de tudo, a conjuntura histórica para fornecer uma alternativa política"*. Além disso, apesar de alguns elementos do sindicalismo terem sido aplicados, este estava restrito a uma parcela pequena de trabalhadores.¹⁰⁶

As inovações das revoluções de 1848 consistiram no fim dos resquícios do poder monárquico, na aparição política dos socialistas e comunistas, na adequação da política defensora da "ordem social" à opinião pública e na instauração do medo de que outras revoluções mais eficientes pudessem ocorrer.

¹⁰⁴ Cf.HOBSBAWM. A era do capital..., p.28/29.

¹⁰⁵ Cf.HOBSBAWM. A era do capital..., p.35 e 42.

¹⁰⁶ Cf.HOBSBAWM. A era do capital..., p.44.

A partir de então, o sindicalismo ganharia novo impulso e novas características. A expansão capitalista dos anos de 1849 a 1873 torna a relação com os empregadores mais amena e permite uma modernização dos sindicatos. Na Inglaterra são instaurados jurados mistos industriais de representação paritária e subcomitês de fábrica para soluções de conflitos. Modelos similares são implantados na França, Alemanha, Bélgica e Espanha. São os antecedentes da negociação coletiva moderna. Os empresários passam a enxergar nas organizações obreiras, mediante as negociações, um instrumento para evitar transtornos e conflitos.¹⁰⁷

O sindicalismo alcança também reconhecimento e proteção da ordem jurídica em vários países. Na Inglaterra, em 1871, com a publicação do *Trade Union Act*, são reconhecidas as organizações trabalhistas como entidades civis lícitas e os acordos por elas celebrados, afastando seu anterior caráter delitivo e a qualificação de seus membros de conspiradores. No entanto, tais acordos não são reclamáveis judicialmente, são apenas "acordos de cavalheiros" nos quais o empregador se compromete a individualizar as normas no contrato individual de trabalho. Na França, em 1884, a lei *Waldeck-Rousseau* permite que os trabalhadores se associem livremente sem autorização do governo, para fins de defesa dos interesses econômicos, industriais, comerciais ou agrícolas.¹⁰⁸

Enquanto na Inglaterra e nos Estados Unidos o sindicalismo se direcionava para o reformismo moderado, na Europa as teorias anarquista e socialista influenciaram um movimento de caráter revolucionário propagado pela Primeira Internacional de Trabalhadores (1864) e pela Comuna de Paris (1871). Para Avilés, a grande depressão econômica do final do século XIX marca o início da história do movimento trabalhista, que difere vivamente do período anterior, no qual haviam apenas núcleos organizativos isolados.¹⁰⁹

¹⁰⁷ Cf. AVILÉS. *op.cit.*, p.33.

¹⁰⁸ Cf. AVILÉS. *op.cit.*, p.40/41.

¹⁰⁹ Cf. AVILÉS. *op.cit.*, p.32/33.

O final do século XIX se caracterizou pela concentração de poder¹¹⁰ e pela padronização internacional¹¹¹ que se refletem nos movimentos trabalhistas através das centrais sindicais, dos partidos trabalhistas, da greve geral e de uma possível organização global apregoada pela Primeira Internacional.

O pioneirismo das centrais coordenando organizações sindicais data de 1870 com o *Trade Unions Congress* britânico. Nos Estados Unidos, onde a organização sindical ainda era incipiente, é fundada a central Cavaleiros do Trabalho que teve um rápido crescimento. As centrais também são adotadas pela França (1884), Alemanha (1892), Noruega (1883) e Suécia (1898).

A irresistível vocação política dos sindicatos se manifesta em uma atmosfera ideológica. Em 1864, a primeira Associação Internacional de Trabalhadores em Londres reúne grupos de esquerda de várias tendências ideológicas, principalmente ingleses e franceses, cujo objetivo comum era organizar os trabalhadores¹¹². Dentre as disputas ideológicas para conduzir a Internacional (vencida a corrente socialista), foi estabelecido o consenso de que a criação de partidos trabalhistas era instrumento primordial para o enfrentamento da luta de classes¹¹³.

Os grandes sindicatos ingleses resolveram apoiar o Partido Liberal retirando o apoio da Internacional. Apesar disso, esta fortaleceu o movimento sindical e propagou a criação do trabalhismo: na Alemanha, o Partido Social Democrata (fusão dos partidos lassalliano e marxista) em 1875; na França, a Federação do Partido dos Trabalhadores Socialistas em 1879; também seguiram no mesmo caminho a Bélgica, Dinamarca, Noruega, Suécia e Holanda. Na Inglaterra, o Partido Trabalhista Independente surge em 1893.¹¹⁴

¹¹⁰ Cf. AVILÉS. *op.cit.*, p.33.

¹¹¹ HOBSEBAWM. A era do capital..., p.101/102.

¹¹² HOBSEBAWM. A era do capital..., p.162/163.

¹¹³ Cf. AVILÉS. *op.cit.*, p.33.

¹¹⁴ Cf. AVILÉS. *op.cit.*, p.33 e pé-de-página.

O trabalhismo congregava correntes que em comum se preocupavam com a reforma social, o que conseqüentemente acarretou seu crescimento na década de 1860. Os liberais, então, cientes de que alguma reforma social era necessária para amenizar os ânimos e de que o apoio do proletariado seria importante, já que representavam um potencial eleitoral, inclinaram-se, em toda a Europa, a modificar a legislação permitindo uma limitada organização sindical e greves. Essas reformas pretendiam controlar o movimento operário para que o trabalhismo não se tornasse independente e mais revolucionário. Afinal, *“estavam agora convencidos de que as atividades e organizações trabalhistas deveriam ser reconhecidas para que fossem domesticadas.”*¹¹⁵

Isso retardou o aparecimento de partidos trabalhistas independentes em países onde o movimento trabalhista já tinha se estabelecido de forma liberal-radical como na Inglaterra e na Austrália. No entanto, no restante da Europa, o movimento sindical se emergiu e o trabalhismo se tornou independente e socialista graças à Internacional e à liderança dos socialistas, em especial marxistas.

O trabalhismo, porém, não surge como uma força revolucionária. Na Inglaterra, o Partido Trabalhista Independente continuara com os liberais e, na França, a derrota da Comuna de Paris enfraquecera o movimento trabalhista neste país. A Primeira Internacional também logo se dissipou para novamente em 1880 renascer com o apoio dos partidos de massa. Apesar desse recuo do movimento trabalhista, houve um grande avanço porque este se tornou organizado, independente, socialista e de massa, passando a fazer parte da política institucional.¹¹⁶

O reconhecimento dos sindicatos por parte do Estado e dos empregadores e a melhora nas condições materiais dos trabalhadores na grande depressão econômica¹¹⁷ favoreceram um

¹¹⁵ Cf. HOBSEBAWM. A era do capital..., p.166/167.

¹¹⁶ Cf. HOBSEBAWM. A era do capital..., p.169.

¹¹⁷ Essa melhora nas condições materiais de trabalhadores que ganhavam relativamente bem ou com regularidade se deu com a queda do custo de vida na Grande Depressão de 1873/96, com a introdução dessa parcela no

período de tolerância entre as classes, no qual emergiu o chamado "sindicalismo de colaboração". Na Alemanha e na Inglaterra, os sindicatos pregavam que a greve era economicamente prejudicial para o empregador e para o trabalhador, por isso a onda de greves do final do século fora organizada pelos trabalhadores à margem dos sindicatos.¹¹⁸

Ao mesmo tempo, com o advento do sufrágio universal, o governo tentava se mostrar neutro nas disputas trabalhistas para conquistar o voto do operariado. Os empregadores, destituídos do apoio da força pública, através de suas associações fizeram milhares de locautes com o objetivo de quebrar financeiramente os sindicatos dos trabalhadores.

A falta de sintonia entre as entidades sindicais e a base de trabalhadores preocupava os líderes marxistas mais conscientes. Estes viam na estrutura sindical organizada em função dos ofícios uma separação que distanciava os trabalhadores especializados estáveis da massa de trabalhadores eventuais e não-qualificados, quando os primeiros, por exemplo, evitavam as greves.

Assim, mostrava-se premente a necessidade de um sindicalismo que *“fosse capaz de organizar a toda a classe trabalhadora para lhe facilitar a luta por reivindicações de classe, como a jornada de oito horas.”*¹¹⁹

2.4.2.2 O novo sindicalismo

consumo em massa de produtos industrializados e na regulamentação de moradias padronizadas. Ver HOBSBAWM. Mundos do trabalho... p. 286/89.

¹¹⁸ Cf. AVILÉS. *op.cit.*, p.34.

¹¹⁹ Cf. AVILÉS. *op.cit.*, p.35.

O surgimento do chamado “novo sindicalismo” ou *new unionism*, na década de 1880, é marcado por uma onda de greves¹²⁰ de trabalhadores não-qualificados e não-organizados resultando em um alto índice de filiações. Era a expansão da década de 1880.¹²¹

Hobsbawm identifica no novo sindicalismo um novo paradigma ao propor novas estratégias políticas e formas de organização, ao estabelecer um posicionamento político e social mais radical no surgimento do movimento operário socialista e ao incluir em sindicatos trabalhadores até então não-organizados, o que resultou na expansão da organização e da associação sindical.¹²²

Em relação ao novo sindicalismo, o que diferenciava a Inglaterra de outros países da Europa é que aquela já possuía uma velha estrutura sindical enraizada que precisava ser transformada e ampliada, enquanto nos outros os sindicatos já se estabeleciam como uma força respeitada e cresciam simultaneamente com os movimentos políticos de massa operários e seus partidos.¹²³

A estratégia adotada para ampliar a atuação sindical foi a criação de Sindicatos Gerais e de Sindicatos Industriais ou Únicos. Aqueles se expandiram por volta de 1889 e estes na segunda fase em 1900.

Os Sindicatos Gerais “*admitiam a qualquer trabalhador sem consideração de ofício ou atividade, dirigido às áreas de difícil organização gremial*”, no caso: peões agrícolas, trabalhadores não-qualificados, indústria de ocupação majoritariamente feminina, trabalhadores eventuais ou temporários. Para organizar a variedade de ofícios, centralizavam em um ofício o núcleo de filiação e nele se agregavam vários ofícios (Sindicato dos

¹²⁰ A mais emblemática foi a greve nacional dos portuários ingleses com grande contra-ofensiva de locautes, no período de 1889/90. Os trabalhadores portuários abrangiam um bom número de diferentes ofícios não-qualificados e praticamente não possuíam organização sindical, o exército de reserva de mão-de-obra baixava ainda mais o valor de seus salários e a contratação era feita por subempreiteiros. Sindicatos Nacionais Portuários fortes foram estabelecidos e na maioria das vezes reconhecidos. Cf. HOBSEBWM. Os trabalhadores..., p.241/270.

¹²¹ Cf. AVILÉS. *op.cit.*, p.35. Sobre o novo sindicalismo, cf. HOBSEBWM. *Mundos...*, p.225/55.

¹²² HOBSEBWM. *Mundos...*, p.225, 228/229.

¹²³ HOBSEBWM. *Mundos...*, p.226.

Trabalhadores Gerais em Transportes, Sindicato dos Trabalhadores Gerais e Municipais, Federação Nacional de Trabalhadores).¹²⁴

Os Sindicatos Gerais eram a forma mais expressiva do novo sindicalismo e segundo Hobsbawm sua lógica era a seguinte:

*O “trabalhador”, móvel, indefeso, mudando de um ofício para outro, era incapaz de usar as táticas ortodoxas do sindicalismo dos ofícios. Possuindo “simplesmente o valor geral do trabalho” ele não podia, como “homem habilitado”, reforçar um certo valor de carência por vários métodos restritivos, assim “mantendo seu alto preço”. Sua única chance portanto era recrutar para um sindicato gigantesco todos aqueles que possivelmente podiam furar suas greves – em última análise todo homem, mulher ou adolescente “não-habilitado” do país, e assim criar uma vasta profissão fechada.*¹²⁵

Assim, foi muito conveniente a aliança entre os grupos de trabalhadores mais enfraquecidos (estivadores, trabalhadores do gás), interessados na pressão política e legislativa, e os socialistas revolucionários que formavam e forneciam líderes sindicais. Tanto na Inglaterra como nos outros países europeus, o movimento operário teve suas idéias e iniciativas conduzidas pela esquerda radical ou revolucionária. A expansão dos partidos operários acompanhava o movimento sindical, apesar de muitas vezes a política dos líderes sindicais diferir da dos líderes do partido.¹²⁶

As relações de trabalho inglesas daquela época sofreram mudanças em todos os âmbitos. Além da modernização do sindicalismo operário, os empregadores se organizaram em escala nacional, os acordos coletivos e as greves passaram a ter a mesma abrangência.¹²⁷ A organização empresarial surge tanto com caráter reativo para fazer frente aos sindicatos de

¹²⁴ Cf. AVILÉS. *op.cit.*, p.35 e pé-de-página. Sobre os Sindicatos Gerais, veja HOBBSAWM. Os trabalhadores..., p.213/39.

¹²⁵ HOBBSAWM. Os trabalhadores..., p.216.

¹²⁶ Cf. HOBBSAWM. *Mundos...*, p.226.

¹²⁷ Cf. HOBBSAWM. *Mundos...*, p. 229.

trabalhadores, mas inclusive como pressão econômica frente à concorrência com outros países.

O governo se mostra interessado nas disputas trabalhistas, uma vez que as greves e os sindicatos influem na competitividade da economia inglesa e o Partido Trabalhista representa basicamente trabalhadores sindicalizados. Esse novo papel do Estado reflete o processo de institucionalização das relações de trabalho, que se dá graças ao fortalecimento da ação sindical e à ação associativa empresarial no contexto de industrialização.¹²⁸

Para Hobsbawm,

*Iniciava-se claramente uma nova era nas relações trabalhistas (ou nos conflitos de classe). O choque de 1889 foi temporário, mas precipitou mudanças permanentes de atitude não só entre os sindicatos, mas entre empregadores, políticos e administradores governamentais, e encorajou, ou mesmo forçou todos eles a reconhecer a existência de transformações que já haviam ocorrido abaixo do horizonte de visibilidade coletiva.*¹²⁹

¹²⁸ Cf. KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p.424.

¹²⁹ HOBBSAWM. *Mundos...*, p. 230.

3 O CAPITALISMO NO SÉCULO XX E A EVOLUÇÃO DOS SINDICATOS

3.1 Os novos paradigmas da economia e da política

3.1.1 A evolução da economia na virada dos séculos XIX/XX

A sociedade capitalista ocidental iniciou o século XX buscando mecanismos políticos e econômicos para que o capitalismo superasse suas crises.

Karl Polanyi sustenta a tese de que as grandes transformações do século XX são fruto do desmoronamento das instituições que sustentaram o século XIX: o mercado auto-regulável, o equilíbrio de poder, o padrão-ouro e o Estado liberal.¹³⁰

A Revolução Industrial introduziu uma mudança básica na dinâmica da sociedade que foi o estabelecimento da economia de mercado. Polanyi a define como *“um sistema auto-regulável de mercados, em termos ligeiramente técnicos, é uma economia dirigida pelos preços do mercado, e nada além dos preços do mercado.”*¹³¹

O sistema de mercados foi possível em função das máquinas e da organização das fábricas que modificaram a relação do homem com a produção – a busca pela subsistência passou a ser pelo lucro. O autor combate as teses de que a economia de mercado é imanente à sociedade humanas e de que a tendência natural do homem é para ocupações lucrativas. Ressalta que a sociedade do século XIX, fruto da auto-regulação dos mercados, foi revolucionada pela devastação social consequência do credo materialista que a justificava.

¹³⁰ Cf. POLANYI, Karl. **A grande transformação** - as origens de nossa época. 11ª tiragem. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000, p.17.

¹³¹ POLANYI. *op.cit.*, p.62 .

Nas palavras de Polanyi, o sistema de livre-mercado “acreditava que todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos com o dado de uma quantidade ilimitada de bens”.¹³²

O sistema de mercados não surgiu de forma natural como consequência da expansão dos mesmos, mas através de mecanismos artificiais que asseguraram o controle e a regulação da economia pelo mercado. Para isso, era necessário que na base da organização da sociedade a economia estivesse submetida ao controle do mercado: “[...] significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico”.¹³³

Na economia de mercado, o comportamento do homem deve se direcionar para garantir o máximo de ganho monetário, sendo que seus rendimentos são resultados da venda de mercadorias. Então, além dos bens e serviços produzidos pela indústria foram, de forma fictícia, transformados também em mercadorias aspectos do homem e da natureza, como o trabalho – cujo preço é o salário, a terra – cujo preço é a renda, além do dinheiro- cujo preço são os juros, para estarem disponíveis para a compra e para o lucro.¹³⁴

No entanto, como bem ressalta o autor:

*a idéia de um mercado auto-regulável implicava uma rematada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto.*¹³⁵

Qualquer ação no sentido de amenizar o impacto social do livre mercado seria contraditória à lógica do mesmo e ameaçaria aquela organização social.

O século XIX também foi caracterizado pelo equilíbrio de poder entre os Estados capitalistas ocidentais, correspondendo a um prolongado período de paz. Isso se deu através

¹³² POLANYI. *op.cit.*, p.58/60.

¹³³ POLANYI. *op.cit.*, p.77/78.

¹³⁴ Cf. POLANYI. *op.cit.*, p.89/98.

¹³⁵ POLANYI. *op.cit.*, p.18.

do interesse e atuação direta da *haute finance*, uma espécie de agência que representava o poder financeiro mundial. Sempre com o objetivo de lucro, a *haute finance* fazia a junção entre a organização política e a econômica e seu êxito residia na organização e na posição do poder financeiro internacional. Ela organizava a economia mundial que estava baseada na estrutura nacional dos Estados-nação. A ordem monetária internacional era assentada tendo como fundamento o padrão internacional do ouro e o sucesso do comércio internacional dependia da não deflagração de guerras entre os países capitalistas.¹³⁶

Apesar do constante crescimento produtivo e do comércio mundial que então também experimentavam a Alemanha e os Estados Unidos, nos anos de 1873 a 1894 vivenciou-se o colapso da lucratividade. A deflação traduzida na queda nos preços, e assim, na redução dos juros e dos lucros, levou a economia mundial à depressão que novamente iria se manifestar nos anos de 1930.¹³⁷

Se o sistema de equilíbrio de poder entre as nações estava condicionado ao vigor da economia mundial, o colapso desta ameaçava aquele. O abandono do padrão ouro, representante da economia tradicional, estava fora de cogitação. Nele os economistas enxergavam uma instituição econômica exterior ao mecanismo social.¹³⁸

A saída para alguns países como a Alemanha e a Itália foi adotar medidas protecionistas para amparar tanto a matéria-prima como a crescente produção industrial. Dos principais países industrializados, somente a Inglaterra permaneceu fiel ao liberalismo econômico com medidas irrestritas de livre-comércio. Mesmo porque, antes da Primeira Guerra Mundial, ainda era a maior exportadora de produtos industrializados, capitais, serviços financeiros, comerciais e de transporte e a maior importadora de matérias-primas, estas praticamente já esgotadas em seu território.¹³⁹

¹³⁶ Cf. POLANYI. *op.cit.*, p.17/35.

¹³⁷ Cf. HOBSEBAWM, E.J. **A era dos impérios**: 1875-1914. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, p. 58/62.

¹³⁸ Cf. POLANYI. *A era dos impérios...*, p.36.

¹³⁹ HOBSEBAWM. *A era dos impérios...*, p. 63/64.

A economia mundial, cada vez mais com feições globais por causa da expansão dos mercados, estava vinculada à economia dos Estados-nações. Enquanto os países periféricos tinham a sua economia dependente e submissa àquelas dos países desenvolvidos, estes acirravam, através do protecionismo comercial, a concorrência que se dava não só entre as empresas, mas entre as economias nacionais.

No entanto, as medidas mais significativas do capitalismo em reação à depressão econômica foram a concentração econômica, a racionalização empresarial e o imperialismo. Tais mecanismos visavam aumentar a lucratividade para afastar a crise econômica. A concentração econômica se fez através do controle de mercado com a eliminação da concorrência e com a nacionalização da produção. Empresarialmente, a tendência ao monopólio se deu através dos trustes e dos cartéis, com mudanças na estrutura das empresas que as tornaram “grandes empresas”, além da adoção da gerência científica, com destaque ao *taylorismo*. E, por fim, o imperialismo se estabelece com a conquista e colonização de territórios fora da Europa para ampliação de mercados.¹⁴⁰

A depressão econômica também afetou o preço dos salários. Inicialmente a queda dos preços beneficiou os trabalhadores, mas logo em seguida houve uma queda brusca dos salários, o que agravou a tensão social.

Assim, a Primeira Guerra Mundial foi resultado da tensão política gerada com o fim do equilíbrio de poder entre os principais países capitalistas, gerado pela crise econômica mundial que acirrou a concorrência entre os mesmos. Foi o fim da civilização do século XIX e de suas instituições.¹⁴¹

No entanto, a guerra e os tratados posteriores não foram capazes de conter o ciclo de depressão que afetava a economia dos países capitalistas. A crise atingiu profundidade e dimensões que afetaram praticamente o mundo inteiro. As experiências econômicas, políticas

¹⁴⁰ HOBBSBAWM. A era dos impérios..., p. 69/85.

¹⁴¹ Cf. POLANYI. *op.cit.*, p.37.

e sociais do século XX partiram da experiência comum da grande depressão econômica de 1929¹⁴², que foi uma continuidade da crise das instituições do final do século anterior.

A globalização da economia se estagnou e as moedas nacionais se desvalorizaram. Como descreve Polanyi,

*ninguém podia deixar de experimentar, diariamente, o encolhimento ou a expansão do bastão financeiro; as populações tornaram-se conscientes do que significava o dinheiro; o efeito da inflação na renda real era descontado adiantadamente pelas massas; em todos os lugares, homens e mulheres pareciam ver o dinheiro estável como a necessidade suprema da sociedade humana.*¹⁴³

Os países capitalistas, temerosos em relação à conturbação da economia mundial pós-guerra, intensificaram as medidas protecionistas, o que agravou ainda mais a crise. Até mesmo a Inglaterra, defensora do liberalismo ortodoxo, tomou medidas de auto-proteção. Em função da crise monetária e das imposições pela derrota da guerra, a Alemanha e a então URSS agonizaram. Maior economia do mundo no pós-guerra, os EUA entraram em brutal recessão econômica que culminou na quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929.¹⁴⁴

Para o homem e a mulher que dependiam do trabalho para viver, a grande depressão da década de 1930 significou a mais alta e duradoura onda de desemprego já vista. O desemprego em massa afetou a política dos países industrializados e não se vislumbrava solução para a crise. Hobsbawm relata que “*As pessoas acostumadas às flutuações de emprego ou a passar temporadas cíclicas de desemprego ficaram desesperadas quando não surgiu emprego em parte alguma, depois que suas economias e seu crédito nas mercearias*

¹⁴² Sobre a Depressão dos anos 30 veja HOBBSAWM, E.J. **A era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991.2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 90/112.

¹⁴³ POLANYI. *op.cit.*, p.41.

¹⁴⁴ Cf. HOBBSAWM. A era dos extremos..., p. 93/96.

*locais se exauriram.” E continua “A imagem predominante na época era a das filas de sopa, “de Marchas de Fome” saindo de comunidades industriais sem fumaça nas chaminés(...)”.*¹⁴⁵

As consequências políticas vieram nas formas possíveis de superação da crise econômica. A sociedade capitalista se deparou com o que Polanyi chamou de duplo movimento: a *“ação de dois princípios organizadores da sociedade, cada um deles determinando seus objetivos institucionais específicos, com o apoio de forças sociais definidas e utilizando diferentes métodos próprios.”*¹⁴⁶

São eles o liberalismo econômico e a proteção social. Aquele objetiva o mercado auto-regulável, conta com a ação da classe capitalista e se utiliza dos métodos do *laissez-faire* e do livre comércio. Já a proteção social visa a preservação do homem, da natureza e do processo produtivo e, para isso, agem como forças sociais as classes trabalhadora e agrária através da conquista de uma legislação protetora e de instrumentos de intervenção.¹⁴⁷

Esse duplo movimento paradoxal se percebe quando os países capitalistas, e entre eles a Inglaterra, abandonaram práticas centrais do liberalismo econômico como o padrão-ouro e o livre-comércio. E, ao mesmo tempo, políticas sociais foram postas como prioridade de governos ocidentais ameaçados pelo risco de verem seu espaço e poder tomados pela esquerda, através do socialismo ou pela extrema direita, com o fascismo.¹⁴⁸

A opção por um sistema comunista se tornou mais real com a Revolução Russa de 1917. A alternativa econômica e política para o capitalismo através da revolução proletária inspirava os partidos socialistas que se multiplicavam pelo mundo. Para sair da crise econômica do pós-guerra, Stálin, através dos Planos Quinquenais, organizou a economia, o

¹⁴⁵ HOBBSAWM. A era dos extremos..., p. 98.

¹⁴⁶ POLANYI. *op.cit.*, p.163/164.

¹⁴⁷ Cf. POLANYI. *op.cit.*, p.164.

¹⁴⁸ Cf. HOBBSAWM. A era dos extremos..., p. 99.

que resultou no crescimento industrial e agrícola e afastou o desemprego na mesma época em que os países capitalistas sofriam com a depressão econômica.¹⁴⁹

O nacional-socialismo de inspiração totalitária se apresentava como uma força contrária tanto aos conservadores liberais quanto aos revolucionários socialistas. Com propostas de planejamento para recuperação econômica e solução dos problemas nacionais com ênfase ao desemprego, ele alcançou várias partes do mundo. Nos anos de 1917 a 1923 foi utilizado para conter revoluções socialistas e a influência política crescente dos trabalhadores com a destruição dos sindicatos. Mas foi nos anos de 1930, com os resquícios da guerra e com a depressão econômica, que ele emergiu com força na Alemanha, humilhada pelas imposições da derrota, Itália e países da América Latina.¹⁵⁰

Nos Estados Unidos, o alarmante desemprego involuntário tomou dimensões dramáticas, aprofundando não só a crise econômica, mas a social. O governo Roosevelt, com o propósito de preservar a democracia e o capitalismo, posicionou o Estado como agente de diversas medidas sociais e econômicas através do *New Deal*. Foram reconhecidos direitos de sindicalização e de negociação coletiva (Lei Wagner de 1935), o seguro social (Lei de Seguridade Social de 1935) e o seguro desemprego, financiaram-se moradias e a agricultura foi protegida contra os efeitos do livre mercado.¹⁵¹

3.1.2 O Estado, o desemprego e a proposta econômica de John Maynard Keynes

Hunt explica que, enquanto o Estado, no início da industrialização, era um entrave à busca ilimitada do lucro pelos capitalistas, estes brandiam a ideologia do *laissez-faire* como

¹⁴⁹ Cf. HOBBSBAWM. A era dos extremos..., p. 100.

¹⁵⁰ Cf. POLANYI. *op.cit.*, p.276/286.

¹⁵¹ KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p. 434.

instrumento de liberdade contra os governos tirânicos. Assim, “*O argumento em favor dos mercados auto-ajustáveis (Lei de Say) era um argumento eficaz para a limitação das funções dos governos da época.*” Quanto ao emprego, em razão da relação de instabilidade econômica intrínseca ao capitalismo, o autor ressalta que “*o sistema capitalista de mercado nunca se ajustou tranqüila e automaticamente ao equilíbrio com o pleno emprego.*”¹⁵²

Com o avanço do liberalismo de livre mercado, as concentrações industriais intensificaram as depressões em função da concorrência não regulamentada e da redução de flexibilidade do mercado. O governo, agora parceiro dos capitalistas, interveio de forma a regulamentar a concorrência, mas sempre com o pretexto de assegurar a ação da “mão invisível”.

Contudo, a instabilidade das moedas e o alarmante índice de desemprego acusaram uma falta de confiança generalizada na economia. Observa Hunt que “*A anarquia desregrada do mercado se estava transformando em uma ameaça ao próprio capitalismo.*”¹⁵³

Ortega, em estudo sobre o desemprego, relata a mudança na identidade dos desempregados do final do século XIX, em contraste com a dos desempregados na década de 1930. Enquanto naqueles o desemprego ressaltava a potencialidade revolucionária, nestes produzia a apatia, a desmotivação e a frustração. Segundo o autor, “*de monstruo revolucionario a ciudadano frustrado, impotente contra el paro: algo está cambiando en la concepción y en las representaciones sobre el trabajo por parte de la población trabajadora.*”¹⁵⁴

Os economistas neoclássicos explicavam que o funcionamento normal do capitalismo dependia da correspondência entre o que sai da empresa sob a forma de dinheiro (salários, ordenados, aluguéis, juros e lucros) e o que retorna (compra de bens e serviços). Segundo

¹⁵² HUNT. *op.cit.*, p.426.

¹⁵³ HUNT. *op.cit.*, p.429.

¹⁵⁴ ORTEGA, Antonio Santos; OCAÑA, Carmen Montalbá; FARELO, Rocio Moldes. **Paro, exclusión y políticas de empleo:** aspectos sociológicos. Valencia: Tirant lo blanch, p.155.

eles, para manter a lógica desse chamado “fluxo circular”, a oferta de trabalho determinaria o valor do salário. Ou seja, para que mais trabalhadores sejam empregados, o nível dos salários teria que abaixar e os lucros teriam que aumentar. Assim, a explicação dos neoclássicos a respeito do desemprego durante a depressão econômica da década de 1930 era de que os trabalhadores se recusavam a receber menor salário. O desemprego era um fenômeno temporário, e se persistisse a culpa seria das autoridades que interviessem e dos sindicatos.¹⁵⁵

Em 1936, Keynes publica a obra “Teoria geral do emprego, dos juros e da moeda” na qual estuda as crises do capitalismo e propõe medidas a serem adotadas com a finalidade de auxiliar os governos na preservação do sistema capitalista.

Apesar de concordar em parte com a teoria anterior, Keynes afirma que a economia de mercado não garante o pleno emprego, mas sim uma situação de equilíbrio com baixo nível de empregos e propõe um novo papel ao Estado, que abandona as políticas de *laissez-faire*. Ele analisa que, numa situação econômica desfavorável, um investidor particular, cuja motivação é o lucro, omite-se em investir. Assim, o investimento público, através dos gastos do Estado, poderia movimentar a economia corrigindo o desequilíbrio entre poupança e investimento privado.¹⁵⁶

Hunt explica:

*A resposta de Keynes era mais realista. O Governo poderia interferir quando a poupança superasse o investimento, tomar emprestado o excesso de poupança e gastar o dinheiro em projetos socialmente úteis que não aumentassem a capacidade produtiva da economia nem diminuíssem as oportunidades de investimento no futuro. Estes gastos do governo aumentariam as injeções de recursos na corrente de gastos e criariam o equilíbrio a pleno emprego.*¹⁵⁷

¹⁵⁵ HUNT. *op.cit.*,p.431/434.

¹⁵⁶ DESAI. *op.cit.*, 238/239.

¹⁵⁷ HUNT. *op.cit.*,p.442.

Keynes expõe que os gastos do governo determinariam um nível inicial satisfatório de renda e de emprego que tenderia a crescer num processo de efeito multiplicativo. Ele sugeria que esses gastos do governo fossem feitos em obras públicas úteis socialmente. Mas foi na Segunda Guerra com o investimento maciço dos países envolvidos na produção bélica que as idéias de Keynes pareciam demonstrar que estavam certas. O governo americano, no uso de suas atribuições de tributar, emprestar e gastar, movimentou a economia de uma tal forma que houve um salto do patamar de desemprego involuntário para o de escassez de mão-de-obra.¹⁵⁸

O propósito da teoria de Keynes sempre foi preservar o sistema capitalista. Para isso, o caminho que ele encontrou foi atribuir ao Estado funções de atuação na economia através de gastos públicos e estimular, nos âmbitos público e privado, a colocação de postos de trabalho para distribuir renda e movimentar a absorção de produtos e serviços. O fato é que, por caminhos transversos, ela reforçou algumas reivindicações históricas do movimento operário como a valorização do trabalho e os seguros sociais, que passaram a ser centralizados pelo Estado.¹⁵⁹

3.2 A gerência na organização produtiva e o novo mercado de trabalho

A compreensão da organização produtiva se mostra necessária uma vez que através de sua estrutura e das mudanças sofridas ao longo da história nas sociedades, é possível avaliar o modo como o trabalhador se integra ao processo produtivo e também as diferentes formas de organização sindical.

¹⁵⁸ Cf. HUNT. *op.cit.*, p.443/444 e DESAI, Meghinad. A vingança de Marx- a ressurgência do capitalismo e a morte do socialismo estatal, p. 239.

¹⁵⁹ Cf. BRUNHOFF, Suzane de. **A hora do mercado**: crítica do liberalismo. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991, p.25/26.

Em qualquer tipo de sociedade existe divisão do trabalho. Marx usa o termo “divisão social do trabalho” para denominar a relação do trabalho humano com a sociedade. Essa relação é feita através dos ofícios em cada ramo de produção. Harry Braverman explica:

*A aranha tece, o urso pesca, o castor constrói diques e casas, mas o homem é simultaneamente tecelão, pescador, construtor e mil outras coisas combinadas de um modo que, devido a que ocorre na sociedade e só é possível através da sociedade, logo compele a divisão social de acordo com o ofício. Cada indivíduo da espécie humana não pode sozinho “produzir de acordo com o padrão de todas as espécies” e inventar padrões desconhecidos do animal, mas a espécie como um todo acha possível fazer isso, em parte através da divisão do trabalho.*¹⁶⁰

O modo de produção capitalista alterou profundamente o conceito de divisão do trabalho, ao introduzir e generalizar a chamada “divisão manufatureira do trabalho”. Enquanto a divisão social do trabalho diferencia as ocupações por ofícios na sociedade, aquela consiste no “*parcelamento dos processos implicados na feitura do produto em numerosas operações executadas por diferentes trabalhadores.*”¹⁶¹

A produção artesanal fixa a sua identidade através da valorização do homem enquanto possuidor de capacidade e qualidades individuais. Todo o processo, da concepção à execução, é de domínio e controle daquele que trabalha. Isso foi possível enquanto o trabalhador era possuidor dos meios de produção de seu ofício. A partir do instante em que o capitalista se insere no processo produtivo como dele detentor e o trabalhador fornece apenas a força de trabalho, muda-se radicalmente não só o controle da organização produtiva mas a forma de inserção do trabalhador.

A crítica de Braverman a essa divisão capitalista do trabalho nos dá a dimensão de como o trabalhador foi afetado:

¹⁶⁰ BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p.70/71.

¹⁶¹ BRAVERMAN. *op.cit.*, p. 72.

No capitalismo, a divisão social do trabalho é forçada caótica e anarquicamente pelo mercado, enquanto a organização do trabalho na oficina é imposta pelo planejamento e controle. Ainda no capitalismo, os produtos da divisão social do trabalho são trocados como mercadorias, enquanto os resultados da operação do trabalhador parcelados não são trocados dentro da fábrica como no mercado, mas são todos possuídos pelo mesmo capital. Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a sociedade, a divisão parcelada do trabalho subdivide o homem, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, enquanto efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e a humanidade.¹⁶²

O modo de produção capitalista até o final do século XIX era dependente de um tipo de trabalhador que tivesse qualificação, habilidade e, se possível, disciplina. Este trabalhador se formava com o aprendizado do ofício que era fornecido e controlado pelas corporações de ofício e os grêmios. Esse segredo e monopólio que detinha o trabalhador em função da aprendizagem sobre o saber fazer produtivo deu a ele uma importante forma de resistência em seu poder, pois controlava tanto a técnica quanto os tempos da produção.

Benjamin Coriat atribui a esse domínio do ofício pelo trabalhador e à escassez de mão-de-obra qualificada a direção que tomou a organização dos trabalhadores ao longo do século XIX:

No sólo por su escasez -relativa, por lo demás- sino también y sobre todo porque permite y hace posible el dominio de un oficio, de un saber de fabricación. Pues si bien la conservación de los “secretos” en el seno de la estirpe del maestro es la excepción, el “oficio” constituirá de manera sistemática y general -durante todo el siglo XIX- la piedra angular sobre la cual será construida la organización obrera, su capacidad de resistencia, su fuerza.¹⁶³

¹⁶² BRAVERMAN. *op.cit.*, p. 72.

¹⁶³ CORIAT. *op.cit.*

O domínio do ofício pelo trabalhador qualificado, a escassez de mão-de-obra (principalmente a qualificada) nos Estados Unidos, bem como a organização eficaz dos trabalhadores em torno dos ofícios se apresentavam, então, como obstáculos à acumulação capitalista.

Nos Estados Unidos, a organização trabalhista foi concebida pelos trabalhadores qualificados imigrantes e sua força e eficácia vinham do controle que os sindicatos exerciam sobre o mercado de trabalho. A *American Federation of Labor* se estruturava em função dos ofícios e permitia a filiação apenas de trabalhadores qualificados. Exercia o monopólio sobre o fornecimento de mão-de-obra para as empresas restrito apenas a trabalhadores a ela filiados e utilizava o boicote para condenar socialmente as empresas que não contratavam através dela.¹⁶⁴

Para quebrar a resistência dos trabalhadores em torno dos ofícios ao longo da Revolução Industrial, várias táticas foram adotadas pelos capitalistas. A introdução da máquina no processo produtivo pretendeu reduzir os custos com a adoção de trabalhadores não-qualificados. Poderia então aumentar o ritmo da produção submetendo os trabalhadores a seu controle. A utilização de mão-de-obra infantil, mais barata e mais dócil, bem como as práticas de subcontratação também retiravam o monopólio do ofício das mãos dos trabalhadores qualificados e enfraquecia a organização sindical.¹⁶⁵

A necessidade de controle do processo produtivo pelos empregadores também se evidenciou quando os trabalhadores foram reunidos em um mesmo local e a produção aumentava cada vez mais. Surgiu, então, a necessidade de se organizar a concepção e a coordenação dos diversos processos no interior da unidade produtiva.¹⁶⁶

O próprio capitalista naquela época é quem àquela época assumia as funções de gerência. Para exercer o controle sobre o processo produtivo e sobre o trabalhador, além das

¹⁶⁴ Cf. CORIAT. *op.cit.*

¹⁶⁵ Cf. CORIAT. *op.cit.*

¹⁶⁶ Cf. BRAVERMAN. *op.cit.*, p. 61/62.

táticas acima descritas, era preciso eliminar o controle da aprendizagem e da colocação da mão-de-obra das corporações de ofício e dos sindicatos, as normas baseadas nos costumes feudais e os sistemas de proteção do Estado ao trabalhador como as inglesas: Estatuto dos Artífices, a Lei dos Pobres e a Lei Speenhamland. Foi, então, através do contrato “livre”, ou o contrato de trabalho feito entre o comprador e o vendedor da força de trabalho, que o capitalista adquiriu poderes para dirigir os modos técnicos de realização do trabalho.¹⁶⁷

Sendo o tempo do trabalhador propriedade do capitalista, este utilizará naturalmente dos melhores recursos para aumentar seu lucro. A gerência, então, parte do ponto de vista do capitalista sobre a organização produtiva e visa adaptar o trabalho às suas necessidades.¹⁶⁸

A forma mais incipiente de controle era a reunião dos trabalhadores em um mesmo local, a fixação de horários regulares de trabalho e a supervisão com normas contra distração. A partir do momento em que se parcelou o trabalho, com a análise do processo produtivo e da separação de seus elementos constituintes, o verdadeiro controle do capitalista sobre o processo produtivo emergiu, implicando em mudanças radicais tanto para o empregador como para o trabalhador.¹⁶⁹

As vantagens que o empregador vislumbrava eram o aumento da produtividade, o barateamento da mão-de-obra e a desarticulação dos trabalhadores qualificados e organizados em sindicatos. Quanto à produtividade, vejamos a análise de Adam Smith:

*Este grande aumento na quantidade de trabalho que, em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de executar, deve-se a três diferentes circunstâncias: primeira, ao aumento da destreza de cada trabalhador individualmente; segunda, à economia de tempo que em geral se perde passando de uma espécie de trabalho à outra; e, finalmente, à invenção de grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, e permitem que um homem faça o trabalho de muitos.*¹⁷⁰

¹⁶⁷ Cf. BRAVERMAN. *op.cit.*, p. 62. Sobre o sistema de proteção do Estado veja: POLANYI. *op.cit.*, p.99/108.

¹⁶⁸ Cf. BRAVERMAN. *op.cit.*, p. 83.

¹⁶⁹ Cf. BRAVERMAN. *op.cit.*, p. 66 e 74/75-86.

¹⁷⁰ SMITH, Adam. **The wealth of nations**. Nova York, 1937, p.7. *Apud* BRAVERMAN. *op.cit.*, p. 75.

O barateamento da mão-de-obra foi demonstrado pelo princípio de Babbage. Ele provou que *“dividir os ofícios barateia suas partes individuais, numa sociedade baseada na compra e na venda da força de trabalho”*. Ou seja, comprar a força de trabalho parcelada na forma mais simples, dissociada de todos seus elementos constituintes, é mais barato que comprar a capacidade integral do trabalhador.¹⁷¹

Ocorre, então, uma inversão do processo produtivo que antes se voltava às necessidades do trabalhador e agora valoriza as necessidades do comprador da força de trabalho. O reflexo disso é a radicalização da concepção da força de trabalho como mercadoria e a desvinculação do conhecimento produtivo do trabalhador. Braverman ressalta que:

*O modo de produção capitalista destrói sistematicamente todas as perícias à sua volta, e dá nascimento a qualificações e ocupações que correspondem às suas necessidades. As capacidades técnicas são dali por diante distribuídas com base estritamente na “qualificação”. A distribuição generalizada do conhecimento no processo produtivo entre todos os participantes torna-se desse ponto em diante, não meramente “desnecessária”, mas uma barreira concreta ao funcionamento do modo capitalista de produção.*¹⁷²

3.2.1 O taylorismo e a gerência científica

A idéia da gerência científica surge em finais do século XIX e no início do século XX quando a industrialização já acontecia em grandes fábricas, colocando o sistema doméstico na obsolescência, e que, devido à complexidade da produção e à concentração de trabalhadores, inclusive imigrantes, exigia uma organização produtiva correspondente. Além disso, as

¹⁷¹ Cf. BRAVERMAN. *op.cit.*, p. 77/79.

¹⁷² BRAVERMAN. *op.cit.*, p. 79.

oscilações do mercado, principalmente a depressão da década de 1930, que culminaram no aumento da concorrência e na queda dos preços, levaram os capitalistas a vislumbrar na gerência científica um instrumento para aumentar a pressão sobre o lucro.¹⁷³

Coriat observa que a gerência científica de Taylor cumpriu outro propósito que foi *“acabar con el “oficio” para acabar con el control obrero de los tiempos de producción”*. O conhecimento e o controle do processo produtivo exclusivo dos trabalhadores garantiam a eles resistência à intensificação do trabalho e controle do tempo de produção, colocando os empregadores à margem desse processo. O autor esclarece a equação de Taylor: *“quien domina y dicta los modos operatorios se hace también dueño de los tiempos de producción.”*

174

Frederick Winslow Taylor, em 1911, com a publicação do artigo “Gerência científica” introduz um novo conceito em oposição à chamada “gerência ordinária” ou de “iniciativa e incentivo”. A gerência científica, segundo Braverman, *“significa um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão.”*¹⁷⁵

Taylor experimentou trabalhar como funcionário e depois como chefe de turma em uma siderúrgica e, assim, foi capaz de visualizar o lado de quem executa a tarefa e o de quem a gerencia. Ele se propôs a fazer com que os trabalhadores atingissem um “ótimo dia de trabalho”, que seria o maior ritmo que eles pudessem alcançar sem danos à saúde. Porém, ele identificou obstáculos ao seu objetivo, que ele chamou de “preguiça ou marca-passo natural” dos trabalhadores e “preguiça ou marca-passo sistemático”.¹⁷⁶

O primeiro é *“a tendência dos homens de ficar à vontade”* e o segundo *“resulta de um cuidadoso estudo por parte dos operários do que eles pensam atender aos seus melhores*

¹⁷³ Cf. KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p.434.

¹⁷⁴ CORIAT. *op.cit.*

¹⁷⁵ BRAVERMAN. *op.cit.*, p. 83.

¹⁷⁶ BRAVERMAN. *op.cit.*, p. 91/92.

*interesses.” E ainda “é feita pelos homens com o deliberado propósito de manter seus empregadores ignorantes de como o trabalho pode ser feito rápido.”*¹⁷⁷

O problema que Taylor identificou para desenvolver sua teoria da gerência científica foi que *“o conhecimento e o controle combinados dos operários, que estavam sob suas ordens, eram certamente dez vezes maiores que os seus próprios.”*¹⁷⁸

A tese era, então, que aquele que detivesse o controle das decisões a serem tomadas ao longo do trabalho deteria o controle sobre o processo produtivo. Assim, Taylor desenvolveu como eixo da gerência científica três princípios.

O primeiro consiste na transferência do conhecimento do ofício do trabalhador para a gerência: *“O administrador assume... o cargo de reunir todo o conhecimento tradicional que no passado foi possuído pelos trabalhadores e ainda de classificar, tabular e reduzir esse conhecimento a regras, leis e fórmulas.”*¹⁷⁹

O segundo princípio determina a separação, no processo de trabalho, da concepção e da execução: *“todo possível trabalho cerebral deve ser banido da oficina e centrado no departamento de planejamento ou projeto.”*¹⁸⁰ A crítica de Braverman a esse propósito da nova gerência é a *“desumanização do processo de trabalho, na qual os trabalhadores ficam reduzidos quase que ao nível de trabalho em sua forma animal.”*¹⁸¹

O terceiro princípio é o uso do monopólio do conhecimento por parte da gerência.¹⁸²

No artigo "Gerência científica", Taylor demonstra os métodos a serem usados pela gerência para que esta não fique dependente da iniciativa dos trabalhadores. A responsabilidade da gerência é parcelar a produção em tarefas mais simples, a serem desenvolvidas por trabalhadores selecionados de acordo com sua aptidão. A realização da

¹⁷⁷ TAYLOR, Frederick Winslow. **Shop management**. Nova York, 1947, p. 32/33. *Apud* BRAVERMAN. *op.cit.*, p. 91/92.

¹⁷⁸ TAYLOR, Frederick Winslow. **The principles of scientific management**. p. 48/49,53. *Apud* BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX, p. 95.

¹⁷⁹ TAYLOR. *op.cit.*, p. 36. *Apud* BRAVERMAN. *op.cit.*, p. 103.

¹⁸⁰ TAYLOR. *Shop management...*, p. 98/99. *Apud* BRAVERMAN. *op.cit.*, p. 103.

¹⁸¹ BRAVERMAN. *op.cit.*, p. 104.

¹⁸² BRAVERMAN. *op.cit.*, p. 108.

tarefa será dividida entre o trabalhador e a gerência, sendo que cabe a esta ditar a forma de executá-la. Deve-se também cronometrar o menor tempo para realizar cada tarefa e eliminar os movimentos inúteis. Taylor também propõe o pagamento de uma taxa extra por incentivo ou recompensa para aqueles que cumprem a tarefa corretamente: *“Y siempre que el trabajador logra hacer su tarea correctamente y dentro del lote de tiempo especificado, recibe un incremento de su salario ordinario que oscila entre el 30 y el 100%.”*¹⁸³

Coriat ressalta o impacto que teve a fragmentação do trabalho e a espoliação do conhecimento do trabalho de quem labora que, a partir daquela época, iriam afetar tanto o trabalho em geral como a forma de organização dos trabalhadores:

*Al acabar con el control obrero sobre los modos operatorios, al sustituir los “secretos” profesionales por un trabajo reducido a la repetición de gestos parcelarios – en pocas palabras, al asegurar la expropiación del saber obrero y su confiscación por la, dirección de la empresa- el cronómetro es, ante todo, un instrumento político de dominación sobre el trabajo.*¹⁸⁴

Ocorre, na verdade, uma alteração na correlação de forças entre as classes. Os trabalhadores qualificados e organizados em sindicatos tinham poder de barganha para controlar o ritmo da produção de mercadorias e exigir melhores salários. Com a redução do trabalho para tarefas mais simples, foi possível introduzir na produção trabalhadores sem qualquer qualificação. Naquela época, os Estados Unidos viviam um intenso fluxo imigratório deste tipo de trabalhador, facilitando a substituição do chamado trabalhador-profissional pelo trabalhador-massa, ou não-qualificado e não organizado. A grande oferta deste acabava por enfraquecer os sindicatos e os próprios trabalhadores.

Há também mudanças na concepção de produção de mercadorias, que passa a desenvolver a produção em massa, e na atuação do Estado que fornece meios de incrementar

¹⁸³ TAYLOR. Management científico... Apud KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p. 373/375.

¹⁸⁴ CORIAT. *op.cit.*

a produção taylorista com mecanismos de reprodução do trabalho assalariado favorecendo o consumo em massa das mercadorias produzidas.¹⁸⁵

3.2.2 Racionalização fordista e o mercado de trabalho

O fordismo, além de significar um modelo de racionalização industrial e de ter os mesmos propósitos do taylorismo quanto ao auxílio na acumulação de capital, introduziu um novo paradigma para o funcionamento do mercado de trabalho.

A experiência da Segunda Guerra Mundial favoreceu e exigiu a formação de um modelo de organização produtiva que fosse eficaz na elevação da produtividade e que permitisse um alto crescimento econômico para os países de capitalismo avançado. Para os europeus significaria a reconstrução e para os Estados Unidos a afirmação de sua hegemonia econômica. Ao mesmo tempo, o abalo bélico nas instituições políticas e sociais exigiu do Estado um papel de regulação na vida sócio-econômica tanto como instrumento de sustentação do capitalismo como de resposta às demandas sociais.¹⁸⁶

A resposta a essa reestruturação produtiva e social foi o incrível crescimento econômico nos 30 anos posteriores à Segunda Guerra que fez o período ficar conhecido como “os trinta gloriosos”, só interrompido pela crise do petróleo de 1973. Antonio Santos Ortega retrata que:

Estas tres décadas están marcadas por la extensión del modelo de desarrollo fordista, que se caracteriza por un papel muy activo del Estado en la regulación de la vida socioeconómica; por un crecimiento económico sostenido, basado en la producción y el

¹⁸⁵ CORIAT. *op.cit.*

¹⁸⁶ Cf. ORTEGA; OCAÑA; FARELO. *op.cit.*, p. 24/25.

*consumo de masas y, finalmente, por una mejora en el nivel de vida de amplias franjas de la población.*¹⁸⁷

O salto produtivo daquele período marcou a Segunda Revolução Industrial caracterizada pela introdução do uso da eletricidade e a adoção de novos procedimentos técnicos. O modelo de produção que Ford adotou em sua fábrica de carros representava o que havia de mais avançado na economia americana em planejamento industrial, era o *American System of Manufactures*. Distinguia-se por ser um sistema integral de produção em grande volume de produtos padronizados, de utilização de mão-de-obra pouco qualificada e de organização taylorista incrementada pela linha de montagem móvel.¹⁸⁸

Na organização produtiva, a grande contribuição para o capitalismo de Henry Ford foi o desenvolvimento da cadeia contínua de montagem, das técnicas de intercambialidade de peças, das máquinas de precisão, do aprofundamento do controle do trabalho com a maior decomposição do mesmo e da produção em série de mercadorias padronizadas.¹⁸⁹

O modelo de produção fordista centralizou o planejamento de toda a produção nos domínios de uma mesma fábrica verticalizada para que houvesse controle da qualidade e eliminação dos atrasos na produção. Outra inovação de Ford foi estabelecer uma relação entre qualidade dos produtos e preços reduzidos. Köller observa que

*Ford, por primera vez, estableció una relación sistemática entre la maximización de la producción y la minimización de costes produciendo el producto más barato del mercado y abriendo nuevas dimensiones de economías de escala. (...) Fabricar el producto más barato para “las masas como estrategia de diseño del producto y del proceso productivo”, aumentando así la demanda mediante la constante reducción de costes y precios, fue una auténtica innovación en la historia industrial.*¹⁹⁰

¹⁸⁷ ORTEGA; OCAÑA; FARELO. *op.cit.*, p. 24.

¹⁸⁸ Cf. KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p. 378.

¹⁸⁹ Cf. ORTEGA, Antonio Santos e ROSA, María Poveda. **Trabajo, empleo y cambio social**. 2ª ed. Valencia: Tirant lo blanch, p. 87.

¹⁹⁰ KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p. p. 379.

A organização produtiva fordista proclamou um alto índice de produção que exigiu, além das inovações tecnológicas, um maior controle da gerência sobre o ritmo de trabalho. No entanto, a intensificação e a repetitividade das tarefas, somadas à atitude inicial de Ford de achatar os salários, levaram a força de trabalho a um nível tal de degradação que os trabalhadores ofereceram forte resistência a essa forma de exploração. Veja-se o relato citado por Braverman de Keith Sward a respeito da reação dos trabalhadores da Ford,

*Em conseqüência, a nova tecnologia da Ford mostrou-se cada vez mais impopular: encontrava cada vez maior oposição. E os homens atingidos por ela começaram a rebelar-se. Manifestavam sua insatisfação vagueando de emprego a emprego. Estavam em condições de escolher e exigir. Havia muitos outros trabalhos na comunidade; era-lhes fácil empregar-se; havia pagamento também; e eles eram menos mecanizados e mais afeitos ao trabalho. Os homens da Ford começaram a abandoná-la em princípios de 1910. Com a chegada da linha de montagem suas seções ficaram desertas; a companhia logo percebeu que seria impossível manter sua força de trabalho intacta, muito menos ampliá-la. Tudo indicava que a Ford Motor Co. tinha chegado ao ponto de possuir uma grande fábrica sem ter os trabalhadores suficientes para mantê-la zumbindo.*¹⁹¹

A reação se deu também com o aumento da sindicalização dos trabalhadores da Ford, o *American Federation of Labour* denunciou a forma desumana em que o trabalho era empregado na Ford com greves e manifestações contrárias ao sistema taylorista-fordista. Os trabalhadores industriais europeus também se mobilizaram contra a nova forma de exploração do trabalho.¹⁹²

A intervenção dos sindicatos contra organização produtiva taylorista-fordista centrava-se não somente na cronometragem dos movimentos e no estudo dos mesmos, mas principalmente na destruição do conhecimento do ofício pertencente aos trabalhadores.¹⁹³

¹⁹¹ SWARD, Keith. **The legend of Henry Ford**. Nova York, 1948, p.32. *Apud* BRAVERMAN. *op.cit.*, p. 131/132.

¹⁹² Cf. KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p. 383/384.

¹⁹³ Cf. BRAVERMAN. *op.cit.*, p. 121.

A estratégia usada por Ford para frear a sindicalização e fixar seus trabalhadores foi o anúncio do pagamento da jornada diária de trabalho de cinco dólares (*five-dollar day*), o que representava em 1914 um altíssimo salário. A reação foi a procura em grande escala dos trabalhadores por um emprego na fábrica de Ford. Braverman cita uma frase de Ford a respeito dos efeitos da jornada de cinco dólares: “*O pagamento de cinco dólares por uma jornada de oito horas era uma das mais refinadas manobras de redução de custo que jamais fizemos.*”¹⁹⁴

Outro aspecto importante do fordismo foi a adequação da identidade da mão-de-obra a um novo processo produtivo. No século XIX, a produção doméstica, em pequenas unidades, descontínua e movida pela lentidão do vapor era caracterizada por uma alta mobilidade da mão-de-obra qualificada, pelo controle do ofício pelo trabalhador que pressionava o valor do salário, pela irregularidade e dificuldade de fixação destes nos postos de trabalho, por várias formas de subcontratação e pelo desemprego.¹⁹⁵

A organização produtiva que caracteriza o século XX, pelo menos até os anos de 1970, é a da grande fábrica movida a eletricidade, da expansão da mecanização, da ampla demanda de produtos, da produção em série e do maior controle sobre o trabalhador. Para ampliar essa dinamização da produção foi preciso, além das inovações industriais, estabilizar a mão-de-obra.¹⁹⁶

A intensificação do controle e a mecanização do trabalho causavam grande resistência aos trabalhadores de forma que os empregadores se viram obrigados a utilizar algumas manobras para habituar o trabalhador à nova condição de trabalho. A experiência de Ford com o *five-dollar day* foi o caminho que outros empregadores utilizaram para manter estável o quadro de empregados e garantir a produção ininterrupta.¹⁹⁷

¹⁹⁴ SWARD. *op.cit.*, p.48/49. *Apud* BRAVERMAN. *op.cit.*, p. 131/132.

¹⁹⁵ Cf. ORTEGA; ROSA. *op.cit.* p. 88.

¹⁹⁶ Cf. ORTEGA; ROSA. *op.cit.* p. 89.

¹⁹⁷ Cf. BRAVERMAN. *op.cit.*, p. 121.

O projeto de eficácia industrial estava intimamente ligado à estabilidade no emprego. A política da nova organização social passava pela condição salarial, ou seja, a expansão do trabalho assalariado nas relações de trabalho. A consequência foi a melhora das condições de trabalho, o acesso da classe trabalhadora aos direitos sociais e de cidadania e a intensificação de políticas de combate ao desemprego como as oficinas de recolocação e o gasto público com seguros sociais e com a assistência social.

Ortega explica que:

*El crecimiento del tamaño de las instalaciones y las nuevas demandas de producción requieren un modelo de empleo asalariado más constante y afianzado. Esta regularidad de la nueva industria traerá tendencialmente seguridad en el empleo y la continuidad de la producción reducirá la estacionalidad y el paro parcial de muchos trabajadores.*¹⁹⁸

A chamada “sociedade salarial”, ao garantir uma aparente segurança e uma relativa distribuição de renda ao trabalhador, ameniza o conflito entre capital e trabalho e introduz o consumo como um elemento diferenciador da classe trabalhadora que se estratifica ao longo do século. Ortega utiliza-se da lição de Robert Castel sobre esse novo eixo da organização social: a sociedade salarial “*no es únicamente un modo de retribución del trabajo sino la condición a partir de la cual los individuos se distribuyen en el espacio social.*”¹⁹⁹

A expansão econômica do modelo de produção fordista, que garantiu o sucesso das economias ocidentais nos “anos gloriosos”, funcionava através da combinação de alguns elementos: pleno emprego, sindicatos fortes, incrementos salariais, consumo em massa, aumento dos benefícios empresariais; cada elemento impulsionava o outro, retroalimentando uma verdadeira cadeia. Era o chamado “círculo virtuoso do fordismo”.

Ortega explica o funcionamento desse círculo:

¹⁹⁸ Cf. ORTEGA; ROSA. *op.cit.* p. 89.

¹⁹⁹ CASTEL, Robert. **Las metamorfosis de la cuestión social**. Buenos Aires: Paidós, 1997. *Apud.* ORTEGA; ROSA. *op.cit.* p. 89.

*Su funcionamiento se basaba en aprovechar la alta productividad del sistema y la elevada necesidad de mano de obra, lo cual conduce al pleno empleo estable y a la existencia de un reducido paro friccional, “de baja intensidad”. Los sindicatos organizan con eficacia las reivindicaciones de los trabajadores y consiguen alzas salariales considerables. Todo ello garantiza que amplias franjas de la clase obrera entren en el proceso de salarización y dispongan de la posibilidad de consumir los productos que invaden el mercado. Así, los beneficios empresariales acrecientan y con ello la inversión. Esta permite que se creen nuevos puestos de trabajo y que se reproduzca el ciclo de nuevo, reforzándose todos los eslabones de este esquema económico.*²⁰⁰

Assim, a denominação "fordismo" se refere não só às inovações na organização produtiva industrial, mas à conformação de uma sociedade econômica que se estrutura, para a sobrevivência do capitalismo, no pleno emprego e no incremento dos salários. Assim, a classe trabalhadora assalariada forma e expande o mercado consumidor das mercadorias produzidas em massa. Este consumo em massa impulsionaria, teoricamente, de forma contínua, a cadeia produtiva com os lucros empresariais das vendas das mercadorias, novos empregos seriam criados e a taxa de desemprego seria reduzida.

3.3 O Estado como ator social- O Estado de Estado de Bem-Estar Social

Os países ocidentais de capitalismo avançado experimentaram ao longo do século XX um modelo de Estado que cada vez mais interveio na regulação do mercado e no âmbito social. O século XIX já tinha demonstrado, e a crise de 1929 conjugada com a Primeira

²⁰⁰ ORTEGA; OCAÑA; FARELO. *op.cit.*, p. 27/28.

Guerra Mundial confirmado, que o livre mercado por si só não garantiria nem a estabilidade econômica, muito menos a social.

Essa função integradora do Estado capitalista foi incorporada pelo chamado Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*. A definição que usaremos para explicá-lo é a de H.L. Wilensky. Segundo ele, o Estado de Bem-Estar Social é aquele que garante “*tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo o cidadão, não como caridade, mas como direito político.*”²⁰¹

Há exemplos no século XIX de intervenção assistencial do Estado, mas sempre desvinculada do reconhecimento dos direitos civis e políticos. Foi o que ocorreu com a Lei dos Pobres na Inglaterra e o Estado de Weimar que, apesar de institucionalizarem alguns direitos de seguridade social ao proletariado, não reconheceram o direito dos mesmos de participação política, de reunião e de sindicalização.

Em 1905, a Inglaterra adotou medidas visando melhorar a condição da classe trabalhadora dentro de um contexto de anterior reconhecimento dos direitos sindicais e políticos da classe trabalhadora. Em 1942, o relatório Beveridge, aprovado pelo Parlamento, amplia o direito do trabalhador a um amplo sistema de seguridade social. Os trabalhistas no governo adotaram a política de participação contributiva de todos para um modelo de *Welfare State* em que “*independentemente da sua renda, todos os cidadãos, como tais, têm direito de ser protegidos – com pagamento de dinheiro ou de serviços – contra situações de dependência de longa duração (velhice, invalidez...) ou de curta (doença, desemprego, maternidade...).*”²⁰²

Entretanto, somente depois da Segunda Guerra Mundial, num contexto de extraordinário crescimento econômico e de democracia, foi possível a generalização do Estado de Bem-Estar que se pautou pela adoção de políticas e de uma legislação social

²⁰¹ Cf. BOBBIO;MATTEUCI; PASQUINO. *op.cit.*vol. 1, p. 416.

²⁰² Cf. BOBBIO;MATTEUCI; PASQUINO. *op.cit.*, p. 417.

garantidoras de estabilidade ao modelo de produção e consumo taylorista-fordista, da reprodução da força de trabalho com crescimento econômico e, conseqüentemente, da legitimidade do sistema capitalista.²⁰³

O Estado de Bem-Estar, ao agir como garantidor da estabilidade social e econômica, ao mesmo tempo em que canaliza o conflito social, fornece bens e serviços públicos e generaliza os direitos sociais e de cidadania.

Esping-Andersen demonstra a mudança na concepção da luta de classes que, então, se torna democrática. Segundo ele, essa “luta de classes democrática” se sustenta em quatro pilares: o Estado de Bem-Estar Social, através da cidadania e da solidariedade; a democracia política e econômica conjugada com a cidadania política e social; o reconhecimento e a consolidação do sindicalismo, bem como a institucionalização das relações de trabalho e o direito à educação em massa que propicia a mobilidade social.²⁰⁴

As interpretações acerca desse modelo de Estado ocupam algumas correntes teóricas e políticas. Alguns consensos foram firmados no sentido de que o Estado de Bem-Estar é fundamental para o funcionamento do capitalismo avançado, representa um grande avanço na conquista da cidadania social e é um instrumento de redistribuição de riqueza.²⁰⁵

Köler nos demonstra os principais modelos sociológicos sobre o Estado de Bem-Estar Social: o estrutural- funcionalista, o neomarxista e o social-democrata.

O modelo estrutural funcionalista, representante do pensamento conservador e liberal dos anos de 1950 e 1960, entende que o Estado de Bem-Estar é fruto da convergência das sociedades industriais. A sociedade capitalista ocidental superou a fase em que o mercado criava um desequilíbrio social até chegar, depois da Segunda Guerra, no estado normal das sociedades que é a ordem, a estabilidade e a harmonia. Köler explica a tese:

²⁰³ KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p. p. 487.

²⁰⁴ ESPING- ANDERSEN, G. **Los tres mundos del Estado de bienestar**. Valencia: Alfons El Magnànim, 2000. *Apud*. KÖLER; MÁRTIN.*op.cit.*, p. 487.

²⁰⁵ KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p. p. 488.

*Así, la institución integradora por excelencia de las sociedades post-industriales sería el Estado de bienestar, este es funcional, neutral y racionalizar del mercado. En este sentido, el Estado de Bienestar corrige las desigualdades sociales derivadas del mercado y permite desarrollar políticas de integración social, de armonía y estabilidad.*²⁰⁶

Thomas H. Marshall sustenta que as intervenções assistenciais do Estado foram possíveis em razão da luta política das sociedades pela conquista de direitos; primeiro os direitos civis, como à liberdade de pensamento e expressão por volta do século XVIII; depois os direitos políticos no século XIX que significou a conquista do sufrágio universal. Essas conquistas atingiram num terceiro momento um patamar em que o exercício da democracia e o direito à instrução escolar conduzem ao exercício mais amplo da cidadania política. Bobbio acrescenta que

*É precisamente o desenvolvimento da democracia e o aumento do poder político das organizações operárias que dão origem à terceira fase, caracterizada pelo problema dos direitos sociais, cujo acatamento é considerado como pré-requisito para a consecução da plena participação política.*²⁰⁷

O sistema inglês de Bem-Estar traduz a concepção intervencionista moderada de garantir as necessidades mínimas a todos os cidadãos, independentemente da posição social, para se evitar a pobreza e manter a disponibilidade para o trabalho. Sua essência, segundo Köler, se apresenta em três pilares: seguros sociais para todos e financiados por impostos, a garantia de renda a todos os cidadãos que mantenha um determinado nível de subsistência e o estabelecimento de um sistema misto que inclua a iniciativa privada de seguridade social, assistência e seguros privados, de forma a aumentar o grau de satisfação das necessidades.²⁰⁸

²⁰⁶ KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p. 488/489.

²⁰⁷ BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO. *op.cit.*, p. 417.

²⁰⁸ KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p. 491/492.

Uma das interpretações neomarxistas foi feita pela corrente francesa dos anos de 1960 e 1970, que via no Estado de Bem-Estar um mecanismo do capitalismo para integrar ideologicamente a classe trabalhadora de modo que o sistema se reproduza de forma harmoniosa. Mas essa corrente não foi muito aceita por não explicar o fenômeno historicamente.²⁰⁹

O modelo neomarxista mais aceito é o de que o Estado de Bem-Estar incorpora o conflito de classes ao exercer duas funções contraditórias. A primeira função resultou da pressão do movimento organizado dos trabalhadores, fortalecidos com o auge do sindicalismo vinculado ao modelo keynesiano-fordista. Os sindicatos, então reconhecidos e revestidos de poder, pressionaram por políticas e instituições que garantissem maior distribuição de renda e melhores condições de vida aos trabalhadores. A segunda função seria a integração de forma a legitimar o modo de produção capitalista taylorista-fordista.²¹⁰

Então, ao mesmo tempo em que legitima e garante estabilidade para a reprodução do sistema capitalista, estende aos trabalhadores e aos mais desprotegidos alguma proteção através de gastos sociais em bens e serviços públicos e consolida direitos sociais e de cidadania para mitigar as desigualdades provocadas pelo mercado.

O modelo social-democrata ou neoinstitucionalista de Estado de Bem-Estar Social, segundo Sotelo, possui três elementos principais. O primeiro é a intervenção do Estado na economia como forma de garantir tanto a livre concorrência entre os mercados, como a distribuição equitativa da renda com a finalidade de realizar a justiça e a paz social.²¹¹

O segundo elemento é o fortalecimento do movimento dos trabalhadores organizados através de sindicatos e de partidos políticos de massa para se viabilizar uma reforma contínua do capitalismo. Sotero explica:

²⁰⁹ KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p. 488/489.

²¹⁰ KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p. 488/489.

²¹¹ SOTELO, I, **El modelo socialdemócrata y Estado Social**. El País. 27 julio 2004, p. 11. *Apud.* KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p. 493/494.

*El modelo socialdemócrata precisa de un partido de masas enraizado en la sociedad, con sus instituciones culturales, deportivas benéficas propias, vinculado a un movimiento sindical con amplia representación en los lugares de trabajo. Sin una presencia fuerte del partido y el sindicato en la sociedad, además de muchas otras organizaciones adheridas, la relación de fuerzas no permite actuar como corrector del capitalismo.*²¹²

Por fim, o objetivo do Estado de Bem-Estar social-democrata é assegurar condições materiais e sociais que levem à construção de uma sociedade mais igualitária e solidária, com melhores condições de vida, viabilizando, assim, uma crescente liberdade para os trabalhadores.²¹³

Neste modelo, o ordenamento jurídico trabalhista, construído nas bases keynesianas e fordistas, determina a intervenção do Estado como racionalizador do conflito trabalhista e a adoção de um sistema de relações de trabalho contratual. A negociação coletiva traduz o diálogo entre os trabalhadores e empregadores e o Direito do Trabalho se torna um instrumento eficaz na solução dos conflitos sociais.²¹⁴

Superadas as diferenças apresentadas pelos referidos modelos, é necessário ressaltar a importância que o Estado de Bem-Estar exerceu na viabilização da organização produtiva fordista e na recuperação dos países europeus depois da Segunda Guerra. A intervenção do Estado na economia foi o mecanismo de proteção do interesse geral em face dos desequilíbrios do mercado. A busca pela estabilidade foi trilhada com a regulação política e econômica do capitalismo. Os bens e serviços públicos que o Estado passou a fornecer significavam salários indiretos aos trabalhadores, assegurando-lhes melhores condições materiais de vida.²¹⁵

²¹² SOTELO. *op.cit.*, Apud. KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p. 493/494.

²¹³ SOTELO. *op.cit.*, Apud. KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p. 493/494.

²¹⁴ KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p. 494/495.

²¹⁵ ORTEGA; OCAÑA; FARELO. *op.cit.*, p.25.

Muito além da ampliação dos gastos públicos com saúde, educação e proteção social, o Estado de Bem-Estar estabelece direitos sociais e de cidadania como o direito à educação e ao trabalho e incorpora as idéias de Keynes e Ford a respeito da generalização do emprego como forma de crescimento econômico. Delgado ressalta o primado do trabalho como um dos pilares deste modelo de Estado,

*A centralidade do trabalho- e, em especial, sua forma mais articulada e comum no capitalismo, o emprego- torna-se o epicentro de organização da vida social e da economia. Percebe tal matriz a essencialidade da conduta laborativa como um dos instrumentos mais relevantes de afirmação do ser humano, quer no plano de sua própria individualidade, quer no plano de sua inserção familiar, social e econômica. A centralidade do trabalho em todos os níveis da vida da ampla maioria das pessoas é percebida por esta matriz cultural, com notável sensibilidade social e ética, erigindo como um dos pilares principais de estruturação da ordem econômica, social e cultural de qualquer sociedade capitalista que se queira minimamente democrática.*²¹⁶

Essa “desmercantilização”²¹⁷ através das políticas de bem-estar social também é percebida quando o Estado assume a mediação dos conflitos entre capital e trabalho. A teoria econômica keynesiana defendia que o crescimento econômico estava ligado ao aumento de emprego e das rendas salariais. Assim, para assegurar o crescimento era necessário institucionalizar os sistemas de solução dos conflitos que, por fim, trouxe benefício tanto para os empregadores – a estabilidade e o aumento dos lucros, quanto para os trabalhadores- o fortalecimento e o reconhecimento institucional dos sindicatos.²¹⁸

²¹⁶ DELGADO, Maurício Godinho. **Capitalismo, trabalho e emprego:** entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução. São Paulo: LTr, 2006, p.29.

²¹⁷ Expressão de Esping-Andersen, *Apud* ORTEGA; OCAÑA; FARELO. *op.cit.*, p.25.

²¹⁸ ORTEGA; OCAÑA; FARELO. *op.cit.*, p.26.

3.4 A organização dos trabalhadores no século XX e a institucionalização das relações de trabalho

3.4.1 O movimento revolucionário dos trabalhadores

No início do século XX, os trabalhadores manuais, aqueles artesãos de ofício típicos dos séculos XVIII e XIX, haviam dado lugar cada vez mais a trabalhadores semi-qualificados e não especializados que formavam uma mão-de-obra mais barata para as grandes fábricas. A crescente urbanização e a maquinização do processo produtivo moldavam o ambiente dos proletários que representavam uma massa de pessoas que aumentava de forma impressionante. A grande fábrica centralizou a produção e reuniu um numeroso exército de trabalhadores num mesmo ambiente.²¹⁹

Esse crescente número de proletários representava, nos países com política democrática e eleitoral, uma enorme massa de eleitores a serem conquistados.

A ideologia socialista revolucionária incutiu identidade nos proletários. O número de partidos de massa baseados na classe operária crescia na Europa, e, no início do século XX, mesmo nos Estados Unidos. Os partidos trabalhistas e organizações a eles ligadas tinham elevadas taxas de filiação. Eles representavam uma força nacional respeitável que crescia em toda a parte num ritmo que, na ironia de Hobsbawm, *“dependendo do ponto de vista do observador, seria extremamente alarmante ou maravilhoso.”*²²⁰

A doutrina marxista tinha forte penetração política ao chamar os proletários a se unirem na luta contra os capitalistas e seu sistema econômico, para superar a sociedade capitalista e criar uma nova sociedade na qual os trabalhadores seriam por eles mesmos

²¹⁹ Cf. HOBBSBAWM. A era dos impérios..., p.163/169.

²²⁰ Cf. HOBBSBAWM. A era dos impérios..., p.169/170.

emancipados e libertados da exploração. Para isso, conclamava os trabalhadores a se engajarem na ação política e a se organizarem nos partidos trabalhistas e socialistas.

A heterogeneidade da massa de trabalhadores poderia ser um empecilho à construção de uma identidade de classe e era muito útil ao controle dos empregadores sobre eles. A diferença existia em função da qualificação; da nacionalidade, pois foi uma época de intensa migração; da língua, da cultura ou da religião. A saída foi o apelo marxista ao internacionalismo: os operários deveriam se identificar em função da classe que formavam, não da pátria. Por fim, a experiência de classe superou as diferenças internas na formação de sua identidade proletária.²²¹

A tomada de consciência da classe operária também foi dificultada, no início do século XX, pela estrutura heterogênea da economia industrial. Enquanto na Inglaterra a organização sindical já estava consolidada e forte em função da experiência mais remota, em outros países de industrialização posterior como a França, a Alemanha e os Estados Unidos, os sindicatos eram descentralizados e não acompanhavam a estrutura da grande indústria moderna. Alguns ofícios tradicionalmente se destacavam pela forte e combativa organização sindical, como é o caso de muitos trabalhadores artesanais, dos mineiros, dos metalúrgicos, dos tipógrafos, dos trabalhadores em transportes e dos funcionários públicos.²²²

No entanto, apesar dos possíveis fatores de desagregação, a classe operária se unificou. A ideologia socialista congregava aqueles que trabalhavam e eram pobres, eles se identificavam pelas mesmas condições de vida e de trabalho e pelo distanciamento cada vez maior que tinham da classe capitalista.

Além da ideologia, a organização foi imprescindível para articular os movimentos políticos operários que se espalhavam por vários países industrializados. Em especial, os

²²¹ Cf. HOBBSAWM. A era dos impérios..., p. 172/175.

²²² Cf. HOBBSAWM. A era dos impérios..., p. 175/179.

partidos trabalhistas eram o símbolo de identificação dos trabalhadores com o movimento político e ideológico. Hobsbawm ressalta que a organização é a

*ação coletiva estruturada, sem a qual a classe operária não poderia existir como classe; e, por meio da organização, adquiriam aqueles quadros de porta-vozes que podiam articular os sentimentos e esperanças dos homens e mulheres que não os saberiam enunciar. Eles possuíam ou encontravam palavras para as verdades que todos sentiam. Sem essa coletividade organizada, seriam apenas pobre gente do trabalho.*²²³

Não obstante a doutrina marxista pregar o internacionalismo operário, a organização da economia no âmbito dos Estados-nações fazia com que as intervenções da luta operária se dessem no mesmo âmbito. A anterior organização sindical descentralizada em ofícios foi substituída por uma ação integrada nacionalmente de forma a acompanhar o crescimento das grandes indústrias. Os sindicatos e suas intervenções, como as greves e os acordos coletivos, têm naquela época caráter nacional.²²⁴

O chamado “sindicalismo industrial” representava estruturas mais abrangentes que pudessem articular as negociações coletivas de diversos grupos de trabalhadores, abrangendo aqueles com pouca tradição de organização coletiva.

No início do século XX, a organização dos trabalhadores representava uma força política e social consistente. Os trabalhadores se organizaram em massa e a ideologia socialista revolucionária lhes trouxe esperança e auto-estima, o que foi imprescindível para o avanço do sindicalismo organizado.

²²³ Cf. HOBSEBAWM. A era dos impérios..., p. 181.

²²⁴ Os trabalhadores ingleses do gás foram um dos primeiros a se organizarem nacionalmente entre 1873 a 1914. O Sindicato dos Trabalhadores de Gás e Trabalhadores Gerais era o maior representante daqueles. Lutavam contra a intensificação do trabalho, a mecanização e a sub-contratação e pelo turno de oito horas e aumento de salário, o resultado foi a modernização da indústria do gás. Sobre esse assunto vide HOBSEBAWM. Os trabalhadores..., p. 189/211. Os portuários ingleses também são outro exemplo de organização sindical nacional mais ampla que resultou no Sindicato de Trabalhadores em Transportes Gerais, congregando também os rodoviários. As greves e agitações em âmbito nacional, desencadeando inclusive locautes, levaram o governo, preocupado com o impacto na economia, a intervir nas disputas trabalhistas. Cf. HOBSEBAWM. Os trabalhadores..., p. 241/270.

Deve-se também ressaltar a importância democrática desse movimento fortalecido na conquista do sufrágio universal, reivindicação desde os primórdios do movimento trabalhista inglês, quando da reforma de 1932 e do movimento Cartista de 1848. Antes o voto era condicionado ao valor das propriedades do eleitor, o que deixava de fora a imensa maioria dos trabalhadores.

Na Europa, o movimento trabalhista do início do século, além dos sindicatos, estava organizado e se fortalecia nos partidos políticos socialistas de massa que lutavam por uma revolução social. Mas dentro desse movimento havia divergência entre os que pretendiam uma revolução social direta e os reformistas, que visavam melhorias imediatas nas condições de vida e trabalho. Mas o senso de solidariedade unia a classe trabalhadora e ela estava consciente de que essa união era necessária para a pressão por conquistas de qualquer melhoria social. Assim ressalta Hobsbawm,

*O que mantinha os novos partidos comprometidos com a completa revolução da sociedade, pelo menos teoricamente, e as massas de trabalhadores comuns comprometidos com esses partidos, não era decerto a incapacidade de o capitalismo lhes oferecer melhorias. Era o fato de, até onde a maioria dos trabalhadores que esperavam melhorias podia julgar, todos os aperfeiçoamentos expressivos provinham, em primeiro lugar, da ação e da organização deles próprios, como classe.*²²⁵

Nos Estados Unidos, os poucos trabalhadores de ofício e artesãos, dentre a massa de trabalhadores desqualificados que migraram da Europa para formar o mercado de trabalho daquele país em crescente industrialização, organizaram-se em sindicatos para a defesa de seus interesses. O mais representativo foi o *American Federation of Labor*, organizado em razão dos ofícios e exclusivo de trabalhadores qualificados, exercia sua força ao controlar o mercado de trabalho.²²⁶

²²⁵ HOBBSAWM. A era dos impérios..., p. 195.

²²⁶ CORIAT. *op.cit.*

O AFL exigia que os empregadores contratassem a mão-de-obra através dos sindicatos sob ameaça de uma eficaz propaganda de boicote aos seus produtos. Teriam ainda que pagar os salários e estabelecer os tempos de produção de acordo com o estipulado na negociação coletiva. Esse controle dos sindicatos sobre a contratação, o *closed shop*, fez com que as organizações empresariais se engajassem numa campanha pela liberdade de contratação e impulsionou a pesquisa da gerência científica para minar a organização sindical dos trabalhadores e retirar deles o controle da produção.²²⁷

3.4.2 O movimento dos trabalhadores depois das guerras

Após a Primeira Guerra Mundial, as crises econômicas geradas pelo modelo de autorregulação dos mercados mostraram a imprescindibilidade da intervenção do Estado e da ação conjunta de empresários e de trabalhadores em relação à questão social.

A criação da Organização Internacional do Trabalho em 1919 inaugurou uma era de tripartismo na qual Estado, empregadores e empregados, agindo conjuntamente, iriam dialogar e estabelecer parâmetros de negociação no âmbito internacional em benefício da harmonização da conflituosa relação capital e trabalho.

Com a pressão dos bons resultados da organização econômica e social da Revolução Russa e a ameaça da alternativa comunista em que os trabalhadores viam crescer o seu poder e sua emancipação, o sistema capitalista teve que estabelecer um contraponto e abrir espaço para a participação política e o diálogo nas questões econômicas e sociais. Como consequência, houve nos países democráticos o reconhecimento e a valorização dos sindicatos como atores sociais e de seus instrumentos de ação como a negociação coletiva e a greve.²²⁸

²²⁷ CORIAT. *op.cit.*

²²⁸ KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p. 429/430.

Foi o período histórico em que se deu a institucionalização do Direito do Trabalho. Houve uma onda de incorporação de normas trabalhistas nas constituições, o que representou a consolidação da cidadania pelos trabalhadores. O reconhecimento das normas trabalhistas ocorreu em duas dinâmicas: a produção estatal de normas e a produção negocial autônoma, no âmbito da sociedade civil, entre sindicatos de trabalhadores e empregadores.²²⁹

No período entre as guerras, os Estados que adotaram o corporativismo autoritário intervieram no conflito trabalhista absorvendo-o no seio do aparelho do Estado e produzindo uma extensa legislação reguladora de forma a excluir a participação da sociedade civil e dos sindicatos desvinculados do Estado.

As mudanças introduzidas pela organização produtiva taylorista-fordista comprometeram a organização sindical baseada em ofícios e o sindicalismo revolucionário das décadas anteriores à Primeira Guerra.²³⁰

A forma em que a racionalização taylorista-fordista se estabeleceu, com suas diretrizes científicas de transferência do conhecimento do ofício dos trabalhadores para a gerência, fez acreditar, naquela época, que o sindicalismo estava com seus dias contados.²³¹

No entanto, o que se obteve foi o crescimento do movimento sindical com a concentração de trabalhadores na estrutura verticalizada das empresas e o controle pelos trabalhadores do processo produtivo através da complexa divisão produtiva, fortalecendo o poder de barganha no local de trabalho.²³² Nesse sentido, Köler enfatiza o surgimento do novo sindicalismo geral em resposta à nova estrutura produtiva,

Asimismo, la racionalización del trabajo ha contribuido al gigantismo industrial y a la emergencia de la gran empresa como organización compleja, lo que por su vez ha favorecido la concentración de la

²²⁹ DELGADO. Curso de Direito do Trabalho..., p. 96/97.

²³⁰ KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p. 432/433.

²³¹ SILVER, Beverly J. **Forças do Trabalho**: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 23.

²³² SILVER. *op.cit.*, p. 30/31.

*fuerza de trabajo en un determinado espacio, la emergencia del obrero-masa, la formación de interés colectivos basados en una misma experiencia material y una misma conciencia colectiva como base del sindicalismo general.*²³³

O sindicalismo geral também foi moldado pela forma padronizada de fixação dos salários da organização taylorista. O sistema de divisão de categorias profissionais e a respectiva homogeneização dos procedimentos de remuneração no tratamento empresarial da questão trabalhista fizeram com que os sindicatos cumprissem o papel de interlocutor desse novo sistema através da negociação coletiva. De sindicalismo revolucionário a reformista, segundo Köler, *“En la medida en que han mejorado las condiciones de vida y de trabajo el sindicalismo ha ido adquiriendo una impronta reformista, ya no persigue derrocar al sistema capitalista, sino transformarlo y regularlo.”*²³⁴

O desenvolvimento depois da Segunda Guerra do Estado de Bem-Estar Social, das políticas keynesianas de emprego e a institucionalização do Direito do Trabalho também contribuíram para uma melhora nas condições de vida e de trabalho, bem como na ampliação de direitos sociais e de cidadania, aproximando os movimentos trabalhistas do reformismo.

²³³ KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p. 433.

²³⁴ KÖLER; MÁRTIN. *op.cit.*, p. 433.

4 O CAPITALISMO E OS SINDICATOS CONTEMPORÂNEOS

4.1 As mudanças do capitalismo na virada dos séculos XX/ XXI

4.1.1 A hegemonia política, econômica e cultural do neoliberalismo

A segunda metade do século XX se iniciou com a readaptação do sistema capitalista para superar a crise econômica, o que levou as sociedades do capitalismo avançado a gozarem de um alto crescimento econômico e de uma diminuição das desigualdades sociais inerentes a esse sistema. A solução da crise foi a adoção combinada das teorias keynesianas e fordistas que valorizavam a intervenção do Estado na economia e nas relações de trabalho, bem como as políticas de pleno emprego.

Nesse contexto, o Estado de Bem-Estar Social, com as peculiaridades e graduações que assumiu em cada país, representou um Estado capitalista mais desmercantilizado, ou seja, menos dependente do mercado, e distribuidor de um mínimo de riqueza e poder. Através da elevação do emprego a uma condição de centralidade na sociedade, garantiu, de um lado, a manutenção do equilíbrio do capitalismo e permitiu, de outro, que o capital exercesse uma função social através da afirmação do indivíduo e da democracia. Delgado esclarece:

À medida que a Democracia consiste, em essência, na atribuição de poder também a quem é destituído de riqueza - ao contrário das sociedades estritamente excludentes de antes do século XIX, na História-, o trabalho assume o caráter de ser o mais relevante meio garantidor de um mínimo de poder social à grande massa da população, que é destituída de riqueza e de outros meios lícitos de alcance desta. Percebeu, desse modo, com sabedoria essa matriz

*cultural, a falácia de se instituir Democracia sem um correspondente sistema econômico-social valorizador do trabalho humano.*²³⁵

O trabalho atingiu o seu primado na sociedade capitalista do pós-Segunda Guerra não só em função das políticas estatais de estímulo à criação de empregos para dinamizar o mercado. Mas também quando o Estado se tornou um mediador institucional das relações entre capital e trabalho, e este se revestiu de proteção jurídica com a regulação dos direitos trabalhistas e com a amplitude de legitimidade que adquiriram as ações sindicais, como as negociações coletivas e a greve.²³⁶

No entanto, a prevalência conjuntural dos aspectos econômicos, políticos e sociais guiados pela ideologia capitalista reformista teve seu impulso contido com a crise econômica global do petróleo de 1973, marco inicial de profundas mudanças em todos esses aspectos. A alta do preço do petróleo comprometeu a economia dos países industrializados dependentes dessa fonte energética, conduzindo-os a uma profunda recessão nas décadas seguintes em função do crescimento da inflação e do desemprego.

As explicações para essa depressão econômica que atravessou a década de 1970 e o início de 1980 variaram de acordo com a ideologia de quem argumentava. Enquanto os marxistas atribuíam a crise econômica ao esgotamento do modelo de acumulação capitalista, os economistas neoliberais explicavam que a alta dos preços do petróleo levaram à elevação dos custos da produção que comprometeu a rentabilidade das empresas e criou uma oferta desproporcional à demanda. Além disso, os neoliberais argumentavam que as políticas intervencionistas e de proteção social do Estado de Bem-Estar Social haviam prolongado os efeitos da crise.²³⁷

Durante as décadas de 1970 e 1980 houve um fortalecimento político e ideológico dos partidos que propunham soluções neoliberais à crise econômica e a vitória eleitoral nos

²³⁵ DELGADO. Capitalismo, trabalho e emprego..., p.29.

²³⁶ Cf. DELGADO. Capitalismo, trabalho e emprego..., p. 30 e ORTEGA; OCAÑA; FARELO. *op.cit.*, p. 33.

²³⁷ ORTEGA; OCAÑA; FARELO. *op.cit.*, p. 33/35.

principais países capitalistas sedimentaram a adoção de políticas liberais e monetaristas: na Inglaterra, Margaret Thatcher do Partido Conservador (1979/1990); nos Estados Unidos, Ronald Reagan do Partido Republicano (1980/1988); e, na Alemanha, o conservador Helmut Kohl (1982/1988).²³⁸

Se no período anterior, os Estados que adotavam as políticas de Bem-Estar Social, para combater a crise econômica, intervinham na economia, estimulavam a criação de empregos e o consumo e aplicavam a fórmula tripartite de participação das empresas e dos sindicatos para a recuperação econômica, os governos neoliberais passaram a inverter essa lógica.

O diagnóstico neoliberal foi o de que a estrutura e a dinâmica do Estado intervencionista na forma de Bem-Estar Social haviam sido o principal responsável pelo colapso econômico dos anos de 1970 e 1980. O modelo proposto foi de um "Estado mínimo" ajustado aos interesses empresariais e com suas funções reduzidas à proteção militar e à garantia da ordem pública. Caberia exclusivamente aos mercados e à iniciativa privada a atribuição de gerar riqueza e recuperar o crescimento econômico. Além, é claro, do mecanismo de redução de salários como forma de criar empregos. Para Ortega, o lema que conduziu a força da ideologia neoliberal era: *"Más mercado, iniciativa privada, y menos crecimiento salarial e sindical"*²³⁹

Era, na verdade, um retorno às teorias liberais ortodoxas que dominaram a condução histórica do sistema capitalista e que só foram interrompidas quando a teoria econômica keynesiana surgiu como resposta às crises dos anos de 1930. Ortega assinala que as razões políticas pesaram mais que as econômicas na mudança do paradigma de Estado desmercantilizador (Estado de Bem-Estar Social) para o remercantilizador (Estado mínimo ou neoliberal),

²³⁸ Cf. DELGADO. Capitalismo, trabalho e emprego..., p. 22/23.

²³⁹ Cf. ORTEGA; OCAÑA; FARELO. *op.cit.*, p. 31/35.

*el Estado estaba promoviendo demasiados progresos en el igualitarismo social y esto generó una reacción en las élites económicas con objeto de detener este avance. Era preciso que el capital se desembarazara de su dependencia del Estado y se liberara de las restricciones sociales; era preciso que el Estado se pusiera al servicio de la "competitividad" de las empresas, aceptando la supremacía de las "leyes del mercado".*²⁴⁰

Foi o momento estratégico para que os defensores do livre-mercado pudessem criar novamente as condições políticas e econômicas favoráveis à ação lucrativa, sem entraves de um Estado comprometido com a questão social.

O neoliberalismo surgiu não só como um receituário econômico para a superação da crise, mas como um suporte ideológico que modifica as estruturas e instituições do Estado e de toda a sociedade para que seus objetivos sejam alcançados. Nesse sentido, Juarez Guimarães sinaliza o alcance da dinâmica neoliberal:

*O neoliberalismo, no entanto, é mais do que uma racionalidade econômica ou a filiação a certos campos de políticas macroeconômicas. É um princípio de organização do Estado, um modelo de conceber suas instituições e suas hierarquias, suas relações com o mercado e sua estrutura de regulação, suas bases de contratação e seus sistemas de direitos e deveres, seus padrões de soberania e suas relações com o sistema financeiro internacional.*²⁴¹

O poder que garantiu o êxito e justificou as propostas políticas e econômicas neoliberais tem origem na forma incisiva com que essa ideologia se colocou como visão hegemônica e se converteu *"en la explicación científica oficial, cuando en realidad sólo era la que se ajustaba mejor a sus propios intereses"*²⁴²

²⁴⁰ Cf. ORTEGA; OCAÑA; FARELO. *op.cit.*, p. 31.

²⁴¹ GUIMARÃES, Juarez. **A esperança equilibrista**: o governo Lula em tempos de transição. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 33.

²⁴² Cf. ORTEGA; OCAÑA; FARELO. *op.cit.*, p. 35.

Realmente impressiona a forma rápida, uniforme e, podemos dizer, quase sem contestação, como as medidas neoliberais se impuseram claramente com o objetivo de incrementar os benefícios do capital em prejuízo dos trabalhadores.

Delgado aponta que a hegemonia do pensamento neoliberal se desenvolve através de dois processos. O primeiro é a

*formatação e a generalização de um pensamento de natureza ultraliberal, com pretensões de se tornar único pensamento econômico válido, supostamente sem competidores consistentes no que tange à explicação e gerenciamento da economia e da sociedade contemporâneas.*²⁴³

O segundo processo é a fragmentação e o recuo de parte do pensamento crítico ao capitalismo que o autor qualifica de "sem reciprocidade". Essa intimidação do pensamento crítico, segundo ele, se entrega à motivação de desvalorização do trabalho e do emprego como núcleo social sob os argumentos das inovações tecnológicas da terceira revolução industrial, da reorganização produtiva pós-fordista e da globalização dos mercados. No entanto, os ex-críticos não percebem a falácia desses argumentos, pois em plena revolução tecnológica dos anos de 1930, os níveis de desemprego eram altíssimos e a solução exitosa foi justamente a intervenção econômica e social do Estado bem como políticas de incentivo ao pleno emprego.²⁴⁴

4.1.2 A globalização econômica

²⁴³ DELGADO. Capitalismo, trabalho e emprego..., p.95.

²⁴⁴ DELGADO. Capitalismo, trabalho e emprego..., p. 99/103.

Em combinação com a ideologia neoliberal, a atual fase do sistema capitalista conta com o fenômeno, também hegemônico, da globalização. As interpretações sobre a globalização são tão amplas quanto sugere o seu significado. Assim, não colocaremos conceitos formulados por qualquer pensador, mas indicaremos alguns dos aspectos mais abordados e mais polêmicos usados para justificar ou desmistificar a atual fase do capitalismo.

O eixo das mudanças trazidas pela globalização põe em questão a configuração e o papel que o Estado nacional ocupa num contexto em que os mercados não estão mais restritos aos limites daquele, e as barreiras comerciais e financeiras estão sendo derrubadas para a livre circulação de mercadorias, de serviços e das transações financeiras.

A proposta neoliberal de um Estado mínimo nos moldes tradicionais do "*laissez-faire*" foi a estratégia encontrada para que as limitações ao lucro imposta pela forma evolutiva que o Estado alcançou, em especial o Estado de Bem-Estar Social ou mesmo aqueles que apenas aplicavam algumas políticas de bem-estar, fossem eliminadas. Nesse sentido, Ulrich Beck ressalta que "*(...) a política da globalização não almeja romper somente as correntes sindicais, mas também as do Estado nacional*".²⁴⁵

Celso Furtado enfatiza a importância da evolução do Estado, conquistada graças à atuação das forças sociais - em especial o movimento dos trabalhadores organizados, que de patrimonialista passou a ser instrumento democrático de conquistas sociais e de efetivação das mesmas.²⁴⁶

Ocorre que, com essa desfiguração dos Estados nacionais, todas as instituições minimizadoras das ações do livre mercado, e que se apoiavam na estrutura daquele, ficam profundamente prejudicadas, conduzindo ao que já estamos assistindo: aumento do

²⁴⁵ BECK, Ulrich. **O que é globalização?** equívocos do globalismo: resposta à globalização. São Paulo: Paz e Terra, p.16.

²⁴⁶ FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 22/23.

desemprego por um lado e a concentração de renda de outro, ou seja, o aprofundamento das diferenças sociais.²⁴⁷

Assim, a conquista histórica de direitos sociais e de cidadania que garantem a afirmação social do indivíduo e da democracia passou a ser posta em xeque. Há um comprometimento dos mecanismos de redistribuição de riqueza, dos núcleos institucionais que garantem a proteção e valorização do trabalho - como os direitos trabalhistas, e do amparo social das ações do Estado através dos benefícios da seguridade social e da prestação de bens e serviços públicos como a saúde e a educação.

Além, é claro, de oficializar um processo em que a livre movimentação de capitais, serviços e produção manipulam o mercado de trabalho e a tributação sem debate público ou qualquer negociação ou interferência dos governos, dos parlamentos e do poder judiciário. Forçam-se, assim, dependendo das forças políticas no poder, os governos dos Estados nacionais a se adaptarem a essa globalização excludente e autoritária como condição de participarem do mercado mundial. A frase de Beck é emblemática: *"Os empresários descobriram a pedra do reino. Eis a nova fórmula mágica: capitalismo sem trabalho mais capitalismo sem impostos."*²⁴⁸

Paul Hirst e Grahame Thompson têm opinião divergente a respeito dos Estados nacionais na globalização. Reconhecem as profundas mudanças na internacionalização da economia e as restrições colocadas às estratégias nacionais, mas apostam que os entendimentos extremados de globalização são um mito. A internacionalização da economia é um processo que ocorre desde 1840 e não há sinal nos países de capitalismo avançado de dissolução das economias nacionais. Alertam que *"O efeito-chave do conceito de globalização tem sido o de paralisar estratégias nacionais de reformas radicais, de*

²⁴⁷ FURTADO. *op.cit.*, p. 22.

²⁴⁸ BECK. *op.cit.*, p. 20.

considerá-las inviáveis diante do julgamento e da sanção dos mercados internacionais."²⁴⁹ E concluem:

*Se, no entanto, encararmos as mudanças econômicas mais complexas e mais ambíguas que os partidários extremados da globalização discutem, a possibilidade de estratégia política e de ação para um controle nacional e internacional de economias de mercado, com o objetivo de fomentar metas sociais, existe.*²⁵⁰

O combate ao gasto público se retrata na onda privatizadora, cujos fundos se dirigem a apoiar financeiramente as empresas privadas para fins de modernização, superação de crises e subvenção de contratos de fomento a emprego. Segundo Ortega, *"El poder económico preconiza, por un lado, la retirada del Estado de la vida económica y, por el otro, se aprovecha de su fuerza para reconducir a su favor parte del presupuesto estatal."*²⁵¹

A integração das economias mundiais é um fenômeno natural do sistema capitalista e, atualmente, com a revolução tecnológica nas áreas da comunicação e da informação se potencializa. Ocorre que a atual integração feita nos moldes liberais do livre mercado, como no século XIX, maximiza os lucros dos investidores por um lado mas, por outro, aumenta as contradições sociais.

Vejamos que, enquanto é estimulada a livre circulação de bens e capitais, o mesmo não ocorre em relação à mão-de-obra. Não há uma integração do mercado de trabalho que estimule a livre-circulação de pessoas e a criação de novos empregos. Ao contrário, as nações de capitalismo central adotam uma política altamente protecionista em relação à imigração. Criam uma espécie de *apartheid* do mercado de trabalho: concentração de altos salários e de mão-de-obra qualificada nos países desenvolvidos, e da mão-de-obra barata e de baixa qualificação nos países em mais pobres.

²⁴⁹ HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 14/17.

²⁵⁰ HIRST. *op.cit.*, p. 14.

²⁵¹ ORTEGA; OCAÑA; FARELO. *op.cit.*, p. 33.

A partir dessa análise, entendemos que não se pode dizer que existe uma integração econômica global, uma vez que esse fenômeno se restringe à investimentos econômicos e seus benefícios atingem de forma muito desigual países e pessoas, aprofundando as diferenças sociais.

4.1.3 O Estado de Bem-Estar Social: crise ou readaptação?

O discurso patrocinador da globalização econômica, como vimos, está carregado de ideologia em direção ao restabelecimento de um sistema capitalista que facilite a maximização do lucro em detrimento de todas as conquistas sociais e trabalhistas já alcançadas durante os séculos anteriores.

As discussões sobre a crise do Estado de Bem-Estar Social existem desde a sua consolidação nos anos pós-Segunda Guerra. As causas sempre variaram. Na década de 1950, os economistas liberais, temerosos que o setor público prevalecesse sobre o privado, especulavam que o gasto social teria um impacto inflacionário que impediria o crescimento da economia. Na década seguinte, a esquerda criticou a burocracia deste modelo e sua incapacidade de alcançar igualdade social. Com a crise da década dos anos de 1970 e 1980, lideranças governamentais e economistas liberais reforçaram e expandiram suas teses, em vista do elevado desemprego, da estagflação e dos elevados gastos do governo.²⁵²

Ocorre que essas diferentes previsões de crise se mostraram equivocadas diante da expansão econômica que acompanhou a crescimento do gasto público e da consolidação do Estado de Bem-Estar Social, com o aumento da oferta de bens e serviços estatais e dos

²⁵² Cf. FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Novos capítulos da crônica de uma morte sempre anunciada ou a crise do welfare state revisitada. **Revista Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, n. 9, p. 203/204.

benefícios, bem como a ampliação de direitos sociais e de cidadania nas décadas de 1960 e 1970.

O diagnóstico contemporâneo da crise do Estado de Bem-Estar Social está intimamente ligado ao processo de globalização. Os elevados gastos sociais e a pouca flexibilização trabalhista teriam conduzido o Estado a um nível de baixa competitividade perante as nações que não apostaram no Estado de Bem-Estar Social. Os sintomas apontados seriam: a existência de um desemprego estrutural, a incapacidade estatal nas suas funções tradicionais de normatizar, arrecadar e prover bens e serviços diante do impacto da globalização, o aumento da desigualdade social e as demandas de novos tipos de organização familiar.²⁵³

Para os defensores da globalização econômica liberal, os governos, para serem competitivos num cenário de investimentos internacionais em que o capital se movimenta livremente, devem garantir ao investidor confiança e previsibilidade. Para tanto, devem contribuir para a *"redução do valor dos benefícios sociais, a minimização da provisão estatal de serviços sociais e o alívio da carga fiscal que tem financiado o welfare state."*²⁵⁴

Nos governos que adotaram essa tese, houve uma tendência de redução do gasto social estatal nos programas mais abrangentes de saúde e educação. O espírito universalizador dos programas de bem-estar envolveu para programas de cunho assistencialistas dirigidos somente aos mais desfavorecidos, o que afeta profundamente a estrutura social até então construída para a direção de aprofundamento das desigualdades sociais. Ortega alerta que *"Este tipo de intervenciones no remedian las desigualdades sociales estructurales del capitalismo, sino que las perpetúan y las afianzan al mantener a las poblaciones atendidas bajo control, en guetos asistenciales y sin posibilidad de mejoras reales en su posición social"*.²⁵⁵

²⁵³ Cf. FARIA. *op.cit.*, p. 204.

²⁵⁴ FARIA *op.cit.*, p. 205.

²⁵⁵ ORTEGA. *op.cit.*, p. 32.

Politicamente, as grandes corporações econômicas pressionam e orientam governos que a elas reverenciam na tomada de decisões em reformas institucionais e na elaboração de políticas. O desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social é o instrumento coerente da aceitação da ortodoxia neoliberal, aceitação que deve ser encarada como escolha política e não imposição, pelos Estados. Segundo Faria

*o prestígio do ideário macroeconômico neoliberal, que prega a redução da intervenção governamental e busca apontar distorções sobre o mercado geradas pelos mecanismos de proteção social e por sistemas tributários altamente progressivos, constitui o arcabouço que dá sustentáculo à pressão por reformas fiscais e sociais, cujo objetivo é ampliar a competitividade e gerar um "clima econômico" favorável.*²⁵⁶

Apesar do empenho da campanha ideológica que anuncia a inevitável crise do *Welfare State*, as políticas estatais e o crescimento econômico dos países de capitalismo avançado não confirmaram esse quadro de crise.

Vários estudos apontam para expansão tanto do gasto social como no número de benefícios na década de 1980 e 1990.²⁵⁷ Segundo a pesquisa de Paul Pierson, nos Estados Unidos e na Inglaterra, apesar do discurso político de Reagan e Thatcher de ataque ao Estado provedor de bens e serviços sociais, parece que pouco foi feito no sentido contrário a este modelo. Os países escandinavos, adeptos do modelo social-democrata, apesar das reestruturações da década de 1990, superaram a crise econômica e mantiveram os sistemas de proteção social.²⁵⁸

²⁵⁶ FARIA. *op.cit.*, p. 206.

²⁵⁷ Faria se baseia nos trabalhos publicados dos pesquisadores Peter Flora, *Growth to limits. The western european welfare states since world war II*. vol. 1 e 2, 1986 e vol. 3 e 4, 1987; e Paul Pierson- *Dismantling the welfare state? Reagan, Thatcher, and the politics of retrenchment*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995. FARIA. *op.cit.*, p. 206.

²⁵⁸ FARIA. *op.cit.*, p. 207.

4.1.3.1 O desempenho de competitividade dos países que adotam o modelo de Estado de Bem-Estar Social na economia mundial

O Fórum Econômico Mundial (*World Economic Forum*) publicou em setembro de 2006 mais uma edição anual do seu Relatório de Competitividade Global (*Global Competitiveness Report*)²⁵⁹. Esse Relatório elege e explicita parâmetros sócio-econômicos para medir o grau de competitividade de cada nação na fase atual do capitalismo globalizado, e aplica tais parâmetros na elaboração de uma lista que ordena os 125 países pesquisados em termos de competitividade global.

Antes de analisar essa lista e as posições relativas alcançadas pelos países cujas instituições adotam formas típicas do Estado de Bem-Estar Social, é necessário examinar mais de perto os parâmetros sócio-econômicos aplicados pelo Relatório, bem como sua metodologia.

Do Relatório de 2001 ao Relatório de 2005, a competitividade de cada nação era medida com base em parâmetros que formavam o Índice de Crescimento da Competitividade (*Growth Competitiveness Index*). A partir de 2006, em função do crescente número de países pesquisados (com características muito díspares entre si) e de novos avanços notadamente no aspecto tecnológico de um capitalismo cada vez mais voltado para o aspecto internacional, o Fórum passou a adotar o Índice de Competitividade Global (*Global Competitiveness Index*), que busca medir a competitividade dos países num contexto mais amplo²⁶⁰.

Os parâmetros que conformam o Índice de Competitividade Global são divididos em nove pilares: 1. Instituições Básicas (públicas e privadas); 2. Infraestrutura econômica; 3.

²⁵⁹ WORLD ECONOMIC FORUM, **The Global Competitiveness Report 2006-2007 – Creating an Improved Business Environment**, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2006.

²⁶⁰ Sobre essa mudança, vide o Sumário Executivo preparado por Augusto Lopez-Claros, WORLD ECONOMIC FORUM, *op.cit.*, pp.xiii-xiv.

Macroeconomia; 4. Saúde e educação primária da população; 5. Educação superior e especialização técnico-profissional; 6. Eficiência dos mercados de bens e serviços, de trabalho e financeiro; 7. Prontidão tecnológica; 8. Sofisticação das empresas; 9. Inovação tecnológica²⁶¹.

Os pesos atribuídos a cada um desses nove pilares variam em função do estágio de desenvolvimento do país e de sua renda *per capita*. Quanto menor a renda *per capita* do país pesquisado, maior é o peso atribuído aos pilares que conformam os requisitos básicos de competitividade (transparência política, controle da corrupção, independência e eficiência do Judiciário, ética nas empresas, infraestrutura econômica, indicadores macroeconômicos, saúde e educação primária da população). Quanto maior a renda *per capita* do país pesquisado, maior é o peso atribuído aos pilares que medem fatores ligados à eficiência dos mercados, à prontidão tecnológica, à sofisticação das empresas e à inovação.

Quanto à metodologia da pesquisa, há uma combinação de duas fontes de dados. Por um lado, colhem-se e comparam-se dados concretos e objetivos (*hard data*) sobre a sociedade e a economia de cada país (inflação, déficit público, PIB *per capita*, relação dívida pública/PIB, taxa de investimento da economia, *spread* bancário, taxa de analfabetismo, percentual da população matriculada no ensino superior, expectativa de vida etc.). Por outro lado, alguns parâmetros (desvio de recursos públicos, transparência do sistema político, independência do Poder Judiciário, peso da burocracia governamental etc.) são medidos com base num questionário respondido por milhares de executivos de empresas (de diversos tamanhos e setores) sediadas nos países pesquisados. Essa enquete entre os executivos (*Executive Opinion Survey*) é operacionalizada, em cada país, com o auxílio de instituições parceiras do Fórum Econômico Mundial. No Brasil, entre essas instituições estão a Fundação Dom Cabral e o Movimento Brasil Competitivo, além de professores e pesquisadores.

²⁶¹ Para um detalhamento desses parâmetros, cf. o Apêndice A do Relatório (páginas 48 e 49).

Vejamos como se saíram no levantamento do Fórum Econômico Mundial os países que mantêm instituições do Estado de Bem-Estar Social. Entre os 5 países mais competitivos do mundo (Suíça, Finlândia, Suécia, Dinamarca e Singapura), há nada menos do que 3 países nórdicos que há décadas mantêm estruturas típicas do Estado de Bem-Estar Social. Esse resultado global demonstra claramente que carece de base empírica a tese muito propalada de que o Estado de Bem-Estar Social induz a perdas de competitividade e eficiência econômicas. Vejamos os resultados mais de perto.

Dentre os diversos pilares que compõem o Índice de Competitividade Global, os países que adotam instituições do Estado de Bem-Estar Social ostentam rigorosamente as primeiras posições em todo o mundo quanto aos itens ligados à transparência e à confiabilidade das instituições públicas e das empresas, à educação superior, à prontidão tecnológica e a instituições responsáveis por produzir inovação na economia. Estes foram os fatores que determinaram que houvesse 3 Estados de Bem-Estar Social (Finlândia, Suécia e Dinamarca) entre os cinco países mais competitivos no mundo.

No pilar relativo à eficiência dos mercados, os Estados de Bem-Estar Social foram classificados entre a 15.^a e a 20.^a posição (Suécia em 19.^o, Noruega em 16.^o, Finlândia em 17.^o). A exceção foi a Dinamarca, que ocupou a 6.^a posição. Com base na enquete respondida por empresários e executivos, em alguns quesitos relativos à flexibilização dos direitos trabalhistas esses países foram classificados entre as últimas posições. Entre esses quesitos, sempre avaliados pela ótica do empresariado, podemos citar a flexibilização das práticas de admissão e dispensa de empregados²⁶² e a flexibilização na definição do valor dos salários²⁶³.

²⁶² No quesito em que se perguntou aos entrevistados se os aspectos relativos à contratação e à dispensa de empregados eram determinados de maneira flexível pelos empregadores ou eram determinados rigidamente pela legislação trabalhista, a Suécia foi classificada em 124.^o lugar, a Noruega em 113.^o, a Finlândia em 92.^o lugar. Já a Dinamarca e a Islândia foram considerados como países com alto grau de flexibilização, tendo ocupado respectivamente o 8.^o e o 6.^o lugares. O Brasil ficou em 112.^o lugar.

²⁶³ No quesito em que perguntou aos entrevistados se os salários eram determinados de forma centralizada ou individualmente em cada empresa, a Finlândia ficou em 123.^o lugar, a Suécia em 118.^o lugar e a Noruega em 109.^o lugar. A Dinamarca e a Islândia mais uma vez ocuparam postos mais próximos às posições flexíveis, tendo sido classificadas respectivamente em 85.^o e 74.^o lugares. O Brasil ficou em 106.^o lugar.

No quesito "vinculação do valor dos salários à produtividade do trabalhador", países como Finlândia e Suécia foram mal-classificadas pelos empresários (ocupando respectivamente o 60.º e o 70.º lugar), enquanto que a Dinamarca e a Islândia foram classificadas em 14.º e 8.º lugares.

O outro quesito em que os empresários e executivos, nas respostas ao questionário, condenaram os Estados de Bem-Estar Social às últimas colocações foi o relativo ao tamanho e aos efeitos da carga tributária²⁶⁴, bem como ao peso das exigências e controles governamentais tidos por burocráticos e exagerados (*bureaucratic red tape*)²⁶⁵.

A análise pormenorizada do Relatório de 2006 do Fórum Econômico Mundial nos permitiu chegar às seguintes conclusões:

- mesmo sendo considerados por empresários e executivos como países de rígida legislação trabalhista e de pouco espaço para negociações individuais, *os países que adotam políticas de bem-estar social ocuparam 3 das 5 primeiras posições entre os países de economia mais competitiva no capitalismo atual;*

- o próprio Fórum Econômico Mundial reconhece que, nos países desenvolvidos e com alta renda *per capita* (mais do que 17 mil dólares), a competitividade da economia não pode ser medida tão-somente em função da flexibilização das relações de trabalho, mas também em função de fatores como qualidade do ensino superior e da especialização técnico-profissional, prontidão tecnológica e capacidade de inovação, e nesses quesitos os países nórdicos ocupam as primeiras posições entre todos os países do mundo;

²⁶⁴ Quando perguntados se o nível de tributação no seu país limita severamente a disposição dos agentes econômicos para trabalhar ou investir, os executivos colocaram a Suécia em 118.º lugar, a Dinamarca em 117.º lugar e a Finlândia em 100.º. Curiosamente, a Islândia foi posicionada no 6.º lugar, pois os empresários desse país consideraram que a tributação tem pouco impacto sobre as decisões de investir e trabalhar. O Brasil, neste quesito, foi classificado por seus empresários como o ocupante da última posição no mundo, ou seja, como o país em que a carga tributária mais intensamente funciona como um severo desincentivador da decisão de investir e trabalhar.

²⁶⁵ Quando perguntados "quanto tempo a gerência de sua firma passa atendendo as exigências de agentes do Poder Público?", as respostas dos empresários colocaram a Finlândia em último lugar (125.º), a Islândia em penúltimo, a Dinamarca em antepenúltimo e a Suécia logo acima, em 122.º lugar.

- é também o próprio Fórum Econômico Mundial que alerta para o fato de que, nos países em desenvolvimento com baixa renda *per capita* (como é o caso do Brasil), a busca da competitividade econômica deve pôr mais ênfase nos requisitos básicos como lisura das instituições políticas, eficiência da infraestrutura de transportes, controle das contas públicas e principalmente saúde e educação primária de qualidade para toda população;

- as exigências mais rígidas da legislação trabalhista dos Estados de Bem-Estar Social (propiciando mais segurança aos trabalhadores), aliadas a um alto nível de excelência nos serviços públicos de saúde, ensino fundamental²⁶⁶ e superior²⁶⁷ (o que indica que a alta carga tributária foi bem gerida e pouco desviada em episódios de corrupção ou ineficiência²⁶⁸), fez com que a força de trabalho desses países adquirisse um altíssimo grau de preparo, sofisticação e capacidade de inovação tecnológica²⁶⁹, fatores essenciais para que um país possa enfrentar o fenômeno da globalização sem traumas sociais;

- a ausência de uma excessiva flexibilização e precarização dos direitos trabalhistas trouxe consigo inúmeras vantagens comparativas para o mercado e o ambiente de trabalho nos Estados de Bem-Estar Social: as relações empregadores-empregados são muito mais cooperativas do que em países adeptos da flexibilização²⁷⁰, e há maior respeito à meritocracia no preenchimento de cargos nas empresas privadas²⁷¹.

A prosperidade econômica e social dos países nórdicos é resultado dos princípios do modelo social-democrata de *"harmonização dos ideários igualitários, crescimento e pleno*

²⁶⁶ Dinamarca, Finlândia e Islândia estão entre os dez primeiros países do mundo em termos de percentual de crianças matriculadas em escolas de ensino primário e secundário.

²⁶⁷ A Finlândia ocupa a primeira posição mundial em termos de população jovem matriculada na universidade (90%), cabendo à Suécia o 3.º lugar (84%), à Noruega o 5.º lugar (80%) e à Dinamarca o 8.º lugar (74%).

²⁶⁸ Os Estados de Bem-Estar Social têm excelentes posições nos quesitos ligados a favoritismo/nepotismo na administração pública e desperdício/ineficiência dos gastos públicos e programas governamentais.

²⁶⁹ Finlândia, Dinamarca e Suécia estão entre os 12 países em que há maior disponibilidade de cientistas e engenheiros. Suécia e Finlândia estão entre os 10 países com melhores instituições para pesquisas científicas e ocupam respectivamente o 2.º e o 3.º lugares em termos de colaboração universidades-empresas em pesquisas tecnológicas.

²⁷⁰ No quesito "cooperação nas relações empregadores-empregados", a Dinamarca ficou em 1.º lugar, a Islândia em 4.º lugar e a Noruega em 12.º lugar.

²⁷¹ No quesito da meritocracia no preenchimento dos cargos das empresas privadas, a Suécia obteve o 1.º lugar, a Noruega o 4.º e a Finlândia o 5.º.

*emprego; a otimização do emprego e minimização da dependência em relação a políticas de bem-estar".*²⁷²

Além do mais, existe uma pressão eleitoral da opinião pública e de grupos de interesses nesses países que agem no sentido de reestruturar os mecanismos de proteção social. Para Faria,

*Dado que o Estado de Bem-Estar Social representa hoje o status quo nas democracias pós-fordistas -e o grande apoio que o welfare state continua tendo entre os eleitores é uma maneira de se demonstrar isso, o seu desmantelamento passa a ser um empreendimento político particularmente difícil.*²⁷³

Já nos países da América Latina, Faria indica que a interferência impositiva de grupos econômicos nas políticas e instituições governamentais tem surtido efeito e levado a uma *"americanização" dos welfare states latino-americanos*".²⁷⁴

Guimarães esclarece que a construção do Estado de Bem-Estar Social no Brasil se iniciou quando a Constituição de 1988 incorporou direitos e princípios conquistados pela própria sociedade. No entanto, esse processo, ainda em fase incipiente, foi interrompido na década de 1990 pela crise fiscal do Estado e pela adoção de políticas neoliberais que sobrepôs o interesse privado ao público.²⁷⁵

O autor combate a tese da falência do Estado de Bem-Estar Social e propõe a superação do neoliberalismo através da elaboração de um novo princípio de organização do Estado que tenha legitimidade e base política para a sua consolidação.²⁷⁶ Para tanto, sugere a

²⁷² Cf. ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do welfare state na nova ordem mundial. **Lua Nova**, São Paulo, n.35, p.73/111, jan.1995, p. 85.

²⁷³ ORTEGA. *op.cit.*, p. 208.

²⁷⁴ ORTEGA. *op.cit.*, p. 209/210.

²⁷⁵ GUIMARÃES. *op.cit.*, p.50.

²⁷⁶ GUIMARÃES. *op.cit.*, p.34.

ênfase na economia do setor público e a retomada da construção do Estado de Bem-Estar Social no Brasil que:

*Retirárá as políticas sociais que estão há década encurraladas pela pressão dos ajustes fiscais e servirá de cenário para uma nova agenda histórica de expansão de direitos de cidadania. Consistirá, de fato, na grande resposta histórica no sentido da superação do quadro de desigualdade, violência e cultura de barbárie que assombra os avessos da cultura brasileira.*²⁷⁷

Nesse processo de superação do neoliberalismo rumo à reconstrução do Estado de Bem-Estar Social, o autor ressalta a importância da ampliação da formalização do mercado de trabalho e do combate ao desemprego estrutural que conduzirão à reconstrução das bases sociais para o fortalecimento da organização dos trabalhadores.²⁷⁸

4.1.3.2 O papel das instituições na condução dos Estados de Bem-Estar Social

Vimos que os elevados gastos sociais e a pouca flexibilidade do mercado de trabalho que caracterizam o Estado de Bem-Estar Social, em especial o modelo adotado pelos países nórdicos, não comprometeram a competitividade desses países. Ao contrário, permitiu a eles a formação educacional de uma força de trabalho qualificada e o desenvolvimento tecnológico de ponta.

A teoria neoinstitucionalista, uma das teorias que explicam o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social, sustenta ser fundamental para a expansão deste a influência do

²⁷⁷ GUIMARÃES. *op.cit.*, p.50.

²⁷⁸ GUIMARÃES. *op.cit.*, p.50/51.

processo de tomadas de decisões pelos atores políticos e as formas institucionais prévias que possibilitam estes grupos de interesse atuar coletivamente.²⁷⁹

Nesse sentido, Esping-Andersen, ao analisar comparativamente as dinâmicas de diferentes países na condução do Estado de Bem-Estar Social, sustenta que *"os mecanismos políticos e institucionais de representação de interesses e de construção do consenso político interferem tremendamente na condução dos objetivos de bem-estar social, emprego e crescimento."*²⁸⁰

Faria nos dá o exemplo do modelo sueco, no qual a atuação dos sindicatos foi essencial para a expansão daquele. As políticas públicas de incentivo ao estabelecimento de sindicatos fortes foram fundamentais para que estes se tornassem atores sociais contribuintes do processo de consolidação do Estado de Bem-Estar Social. Os sindicatos assumiram a responsabilidade de administração dos fundos de desemprego e conseguiram alcançar altíssimas taxas de sindicalização.²⁸¹

Assim, os sindicatos fortalecidos possuem condições políticas para participarem e influírem no processo de tomada de decisões. Atuam em parceria com o Estado para que as políticas sociais sejam implementadas e reagem politicamente quando existe uma ameaça de redução dos benefícios. Esping-Andersen fala dos prejuízos sociais quando as instituições não possuem bases institucionais que favoreçam a sua atuação eficaz:

O problema é que países com instituições fracas são incapazes de negociar acordos entre interesses conflitantes, e, conseqüentemente, objetivos conflitantes de bem-estar, emprego e eficiência resultam mais facilmente em trade-offs de soma zero. A desvalorização dos salários, por exemplo, é mais provável sob um sindicalismo fragmentário. Sistemas de negociação fracos ou fragmentários podem

²⁷⁹ FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Uma genealogia das teorias e modelos do Estado de Bem-Estar Social. **Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais**. Rio de Janeiro, nº 46, 2º semestre de 1998, p.46/47.

²⁸⁰ ESPING-ANDERSEN. *op.cit.*, p. 77.

²⁸¹ FARIA. *op.cit.*, 47.

*bloquear, mais do que facilitar, a capacidade das economias de se adaptarem às mudanças.*²⁸²

Essa determinação do papel das instituições na condução do Estado de Bem-Estar Social pode ser verificada nas diferentes soluções que os países adotaram para enfrentar os desafios contemporâneos, como a adequação do sistema de seguridade social às novas demandas sociais (mudanças na estrutura familiar, no ciclo de vida) e o desemprego.

Os Estados Unidos e a Inglaterra adotaram medidas que levaram ao enfraquecimento da ação coletiva, em especial dos sindicatos, com o objetivo de facilitar a implementação de políticas liberais de desregulamentação do mercado de trabalho e de redução de encargos sociais e de impostos com a promessa de combate ao desemprego. O que ocorreu foi o crescimento de empregos precários de baixos salários e o aumento das diferenças sociais.²⁸³

4.2 O sindicato no capitalismo atual: crise ou declínio?

Historicamente, os sindicatos sempre ocuparam no sistema capitalista posição de destaque enquanto importantes atores de transformação social. Nos anos de 1980, grande parte dos estudos e pesquisas, após identificarem um período de crescimento do sindicalismo nos anos de 1970, previu um cenário posterior de crise no qual o sindicato estaria em declínio, tendendo a desaparecer, e que o mesmo já não desempenharia mais papel relevante na sociedade.²⁸⁴

²⁸² ESPING-ANDERSEN. *op.cit.*, p.77.

²⁸³ Cf. ESPING-ANDERSEN, *op.cit.*, p. 90/93.

²⁸⁴ Dentre eles RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do sindicalismo**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

Deve-se reconhecer que o movimento sindical está realmente vivendo um momento de crise, identificada na queda na taxa de filiação, no recuo das atividades grevistas e na diminuição da influência sindical na política. No entanto, a maioria dos estudos que defendem a tese de que os sindicatos estão em declínio baseia-se na observação do movimento sindical dos países de capitalismo avançado: Europa Ocidental e América do Norte, e a partir daí generalizam a conclusão sobre a tendência mundial.

Boito Júnior enfatiza que para uma análise mais apropriada sobre o destino da crise do sindicalismo, devem-se individualizar as principais regiões econômicas. Observadas as diferenças nacionais, enquanto na América do Norte, Europa Ocidental, Japão e América Latina há um recuo do movimento sindical; nos países escandinavos, o sindicalismo continua a crescer e cumpre importante função na condução do Estado de Bem-Estar Social. Na Europa oriental, com a recém conquistada liberdade sindical, há um ressurgimento do sindicalismo e, nos países asiáticos de industrialização recente, os trabalhadores já começam a se organizar.²⁸⁵

O autor reconhece que em função do sindicalismo estar em recuo nos países em que era mais forte e consolidado, e do crescimento ocorrer em países de incipiente organização dos trabalhadores, pode-se dizer que *"É certo, então, que o recuo do sindicalismo é a tendência dominante, mas o fenômeno, em escala internacional, é desigual e contraditório."*²⁸⁶

No entanto, o autor também demonstra que as taxas de sindicalização e de greve nos países da América do Norte, Europa Ocidental, Japão e América Latina caíram em relação ao período de expansão do sindicalismo nos anos de 1970 e início de 1980. No entanto, se comparadas aos anos de 1960 há uma relação de estabilidade.

²⁸⁵ BOITO JÚNIOR, Armando. A crise do sindicalismo. In: SANTANA, Marco Aurélio; Ramalho, José Ricardo (org.). **Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 322/324.

²⁸⁶ BOITO JÚNIOR. *op.cit.*, p. 324.

Boito Júnior, depois de verificado o refluxo do movimento sindical, procura identificar as causas da crise para descobrir se ela é definitiva ou provisória. Pois se as causas forem econômicas e estruturais, realmente é mais provável a decadência do sindicalismo. Mas se forem conjunturais, ligadas à mudança do papel do Estado nas políticas sociais, na conjuntura política nacional e internacional, o sindicato pode voltar a exercer a sua influência.²⁸⁷

4.2.1 Teses que defendem o declínio dos sindicatos

Silver, em estudo publicado sobre a dinâmica dos movimentos dos trabalhadores, aponta as explicações acadêmicas mais conhecidas sobre a "crise terminal" dos movimentos trabalhistas e analisa se as transformações políticas e econômicas apresentadas por essas teses são compatíveis com o sindicalismo. A autora aponta uma corrente que se baseia na chamada "tese da mobilidade do capital" e outra fundamentada na "tese das transformações recentes na organização da produção e do processo de trabalho". Ambas são de natureza econômica.²⁸⁸

4.2.1.1 Tese da mobilidade do capital

A primeira corrente, observadora das consequências da mobilidade do capital, característica marcante do atual movimento de globalização, entende que a crise dos sindicatos contemporâneos decorre das modificações estruturais trazidas por aquela no

²⁸⁷ BOITO JÚNIOR. *op.cit.*, p. 320.

²⁸⁸ Cf. SILVER., *op.cit.*, p. 21/22.

mercado de trabalho e na soberania dos Estados. A formação de um mercado de trabalho único global no qual todos os trabalhadores são obrigados a competir enfraquece o poder de barganha²⁸⁹ dos mesmos. Além disso, o fim das barreiras à movimentação de capitais compromete a soberania dos Estados, abala a democracia substantiva e as políticas de bem-estar social. Os Estados se tornam incapazes de controlar o fluxo de capital e são pressionados pelos investidores a diminuir os gastos sociais, ficando, assim, impossibilitados de garantir proteção social e direitos trabalhistas.²⁹⁰

A tese predominante sustentada pelo consenso do pensamento único é a de que a globalização econômica compromete inevitavelmente a soberania dos Estados. No entanto, já estão se consolidando visões mais críticas que percebem que as tentativas de mudanças na concepção do Estado, em especial na do modelo de Estado de Bem-Estar Social, possuem cunho meramente político e ideológico e não puramente econômico.²⁹¹

A sigla TINA, "*There is no alternative*", utilizada por Margaret Thatcher, representa a armadura ideológica neoliberal que pressiona os Estados na elaboração de políticas internas econômicas que beneficiem os investidores e que inevitavelmente comprometem as proteções estatais sociais, em especial as normas trabalhistas e previdenciárias. Silver destaca a visão crítica da globalização que vê na TINA "*um escudo feito de propósito para resguardar governos e corporações da responsabilidade política por medidas que favoreçam a distribuição maciça de benefícios do trabalho para o capital.*"²⁹²

²⁸⁹ A autora explica as diferentes formas de poder de barganha dos trabalhadores classificadas por Erick Olin Wright. O poder de barganha pode ser de associação ou estrutural. Aquele se traduz nas formas de manifestação de poder da organização coletiva, como os sindicatos e os partidos. Já o estrutural se divide em poder de barganha de mercado, que se origina de mercados de trabalho restritos (habilidades escassas, níveis de baixo desemprego, alternativas de renda ao trabalhador que não o salário); e em poder de barganha no local de trabalho, que é em função da localização estratégica dos trabalhadores em processos produtivos bem integrados. Vide SILVER., *op.cit.*, p. 29.

²⁹⁰ Cf. SILVER., *op.cit.*, p. 21/22.

²⁹¹ Cf. HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 17/18.

²⁹² Cf. SILVER., *op.cit.*, p. 24.

A globalização econômica, na verdade, se dá através do exercício da soberania de Estados fortes econômica e politicamente sobre Estados ainda "colonizados" que não exercem o poder soberano. Veja-se o exemplo dos Estados Unidos que adotam medidas comerciais altamente protecionistas em relação ao seu mercado interno e pregam e impõem a abertura aos demais países.

Ainda segundo a tese das conseqüências da mobilidade do capital, há uma tendência à movimentação do capital de áreas de altos salários para áreas de baixos salários. Silver contesta a relação dessa tendência à crise do movimento sindical. Primeiro ela demonstra que, segundo o relatório de 2000 da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, o fluxo de investimento estrangeiro direto (IED) permanece nos países de capitalismo central, onde se concentram os altos salários.²⁹³

Hirst e Thompson compartilham da visão de Silver e em seus estudos concluem que:

*a mobilidade do capital não está produzindo uma transferência maciça de investimentos e de empregos dos países avançados para os países em desenvolvimento. Ao contrário, o investimento externo direto é altamente concentrado nas economias industriais avançadas, e o Terceiro Mundo continua marginalizado, tanto em relação aos investimentos como às trocas, exceto em uma pequena minoria de novos países industrializados.*²⁹⁴

Silver reconhece que em relação ao investimento industrial houve uma migração para países de baixos salários, mas não de forma a destruir o movimento sindical. Houve, na verdade, junto com o deslocamento de capital, o deslocamento do conflito e a recriação do movimento sindical em outras áreas, apesar de haver o enfraquecimento deste nas anteriores.²⁹⁵

²⁹³ SILVER., *op.cit.*, p. 22/23.

²⁹⁴ HIRST; THOMPSON. *op.cit.*, p. 15.

²⁹⁵ SILVER., *op.cit.*, p. 22/23.

A contribuição do movimento sindical nos países de industrialização tardia significou não apenas melhores condições de trabalho e salário, mas também uma forte mobilização pela construção da democracia nesses países.

4.2.1.2 Tese das transformações recentes na organização da produção e do processo de trabalho

Para a segunda corrente explicativa, a profunda transformação na organização produtiva e no processo de trabalho "*minou as bases tradicionais do poder de barganha dos trabalhadores*". O ambiente de trabalho fordista de produção em massa, que reunia os trabalhadores e sustentava a figura da classe trabalhadora estável, foi substituído, em função das exigências de um mercado competitivo, por modelos de produção flexível e por relações de trabalho instáveis, com a generalização da terceirização, dos contratos temporários e da informalidade. Essa flexibilização dos mercados de trabalho leva à fragmentação da classe trabalhadora e enfraquece a ação coletiva.²⁹⁶

Márcio Túlio Viana, ao analisar as transformações da organização produtiva, identifica que os efeitos mais negativos para a ação coletiva foram a terceirização, que possibilitou a generalização de subempregos, e o desemprego. Nesse contexto, o aumento do trabalho precário, a insegurança e a competitividade levam o trabalhador a se individualizar e a se opor à organização coletiva. Para o autor a crise dos sindicatos é estrutural:

A crise do individual agrava a do coletivo: o sindicato já não luta para crescer, mas para sobreviver. E também o seu enfraquecimento

²⁹⁶ Cf. SILVER., *op.cit.*, p. 21/22.

*tende a ser estrutural, na medida em que o são os fatores que o geram: instabilidade, precarização, desemprego.*²⁹⁷

Viana ressalta que o modelo de organização pós-fordista ainda convive com o fordismo, mas estão ausentes os principais elementos que este modelo introduziu e que possibilitaram um maior equilíbrio da relação de trabalho: políticas sociais, incrementos salariais e sindicatos fortes.²⁹⁸

Para o autor a horizontalização da produção que fragmenta as empresas e espalham os trabalhadores, a heterogeneidade que agora os identifica e as relações instáveis de emprego correspondem a um universo incompatível com aquele em que os sindicatos se expandiram:

*Antes, os trabalhadores passavam toda uma vida na mesma categoria profissional, na mesma empresa ou pelo menos na mesma cidade e na mesma situação formal de empregados. Eram tão estáveis quanto os produtos, a empresa e até os valores da sociedade em que viviam. Por isso, era fácil encontrá-los e agregá-los.*²⁹⁹

A empresa consegue gerenciar as unidades produtivas espalhadas, mas o sindicato não teria mostrado essa capacidade de agregar coletivamente os trabalhadores espalhados em diversos locais de trabalho: "o novo modo de produzir não corresponde ao sindicato".³⁰⁰ Ainda, segundo Viana:

*Hoje, os trabalhadores - especialmente os terceirizados - vagam no espaço e no tempo. Vão e voltam, passando do emprego ao desemprego, ao subemprego e a um novo emprego, numa relação de permanente curto-circuito. É difícil identificá-los e reuni-los, pois o sindicato não tem a mesma plasticidade.*³⁰¹

²⁹⁷ VIANA, Márcio Túlio. A proteção social do trabalhador no mundo globalizado: o Direito do Trabalho no limiar do século XXI. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, Belo Horizonte, v.3, n.5 e 6, 1º e 2º sem. 2000, p. 178.

²⁹⁸ VIANA. A proteção social do trabalhador ..., p.178.

²⁹⁹ VIANA, Márcio Túlio. Terceirização e sindicato: um enfoque para além do Direito. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, Belo Horizonte, vol. 7, nº 13 e 14, 1º e 2º sem. 2004, p. 68.

³⁰⁰ VIANA, Márcio Túlio. Quando a livre negociação pode ser um mau negócio. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, vol. 106, Ed. Revista dos Tribunais, 2002, p. 186.

³⁰¹ VIANA. Terceirização e sindicato..., p. 68.

Leôncio Martins Rodrigues, para avaliar a tendência do sindicalismo no cenário de crise, faz um estudo comparativo das taxas de sindicalização dos países desenvolvidos, nos quais os sindicatos atuaram como ator político e econômico relevante.³⁰² Conclui que depois da expansão do movimento sindical na década de 1970, nos países da Europa Ocidental e da América do Norte, a década seguinte marcou o início do declínio. Na década de 1980, observa que na maioria daqueles países³⁰³ *"a dessindicalização era um movimento mais amplo e profundo e o futuro da instituição sindical enquanto tal parecia comprometido."*³⁰⁴

Rodrigues avalia que, na verdade, o sindicalismo estaria vivenciando não uma crise, mas um declínio.³⁰⁵ Segundo ele, a par das influências políticas e institucionais, as mudanças estruturais da economia na sociedade pós-industrial e seus efeitos no mercado de trabalho é que devem ser realmente enfatizados. O atual processo de desindustrialização em direção à sociedade de serviços representa um cenário diferente daquele em que o sindicalismo se expandiu e os elementos daquele não mais subsistiriam:

*grandes concentrações de trabalhadores em áreas geográficas e industriais; produção em série; más condições de trabalho e baixos salários; homogeneidade da força de trabalho; peso da classe operária no interior da estrutura social; forte diferenciação entre as camadas sociais; existência de mecanismos de exclusão política e social das classes assalariadas; estilo autoritário de gerência; etc.*³⁰⁶

³⁰² RODRIGUES. *op.cit.*, p. 11/12.

³⁰³ O autor apresenta três grupos característicos na tendência da sindicalização nos anos 80: Países de baixa sindicalização (índice inferior a 30%): Estados Unidos, França, Japão, Suíça e Holanda; países de média sindicalização (mais de 30% e menos de 50%): Alemanha, Áustria, Austrália, Canadá, Islândia, Itália, Luxemburgo e Reino Unido; e países de alta sindicalização (acima de 50%): Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia. RODRIGUES. *op.cit.*, p. 30.

³⁰⁴ RODRIGUES. *op.cit.*, p. 19/20.

³⁰⁵ O autor diferencia crise de decadência, aquela teria um *"caráter negativo provisório num processo que retomaria à normalidade"* e esta representa o *"definhamento inexorável e irreversível"*. RODRIGUES. *op.cit.*, p. 20.

³⁰⁶ RODRIGUES. *op.cit.*, p. 301.

A tese do autor é a de que *"as características gerais da sociedade pós-industrial abrem pouco espaço para a organização sindical, embora a extensão desse espaço possa ser diferente quando se avaliam sociedades nacionais específicas."* ³⁰⁷

Se para Rodrigues o fim do sindicalismo está ligado às mudanças estruturais da sociedade pós-industrial, que extingue os elementos de coesão dos trabalhadores, próprios da era fordista, e agora se concentra nas atividades de serviços, outros autores o justificam em razão do fim do trabalho na sociedade pós-industrial.

Para Aristide Zolberg, as transformações do final do século XX estão conduzindo a uma sociedade pós-industrial em que não haverá trabalhadores, muito menos classe trabalhadora, de forma que o sindicalismo também estará fadado naturalmente ao desaparecimento. ³⁰⁸

As mudanças na organização produtiva também estão vinculadas à discussão sobre o crescimento do desemprego. O desemprego reduz o poder de barganha de mercado dos trabalhadores e pode ser apontado como um dos fatores de comprometimento da ação eficaz dos sindicatos.

Delgado se posiciona de forma crítica em relação à tese do desemprego estrutural, pois entende que o incremento e a duração prolongada do desemprego são *"resultantes da nova orientação econômica imposta aos países capitalistas desenvolvidos pelo receituário liberal em expansão - responsável no ocidente, nos últimos 20/25 anos, por taxas de desocupação inusitadas se comparadas aos índices tradicionais do Welfare State."* ³⁰⁹

Segundo o autor, o crescimento do desemprego é consequência da política econômica neoliberal que privilegia o lucro em detrimento das questões sociais. A manutenção dos juros altos na economia garante lucros privilegiados aos investidores; mas em consequência tais

³⁰⁷ RODRIGUES. *op.cit.*, p. 301.

³⁰⁸ ZOLBERG, Aristide. Response: Working-Class Dissolution. *International Labor and Working Class History*. vol. 47, 1995. *Apud*. SILVER., *op.cit.*, p. 19.

³⁰⁹ DELGADO. Capitalismo, trabalho e emprego..., p. 109.

juros reduzem o investimento público e privado no setor produtivo da economia e reduzem as chances de crescimento econômico do país. Assim, o desemprego aumenta e as diferenças sociais se aprofundam.³¹⁰

O autor reconhece a profundidade das conseqüências da revolução tecnológica no mundo do trabalho, mas afirma que elas não são absolutas. Sustenta que enquanto alguns postos de trabalho foram extintos, outros incorporaram a tecnologia e novos foram criados em função dela. Ressalta também a face positiva da tecnologia que eleva a produtividade, diminuindo o preço das mercadorias; cria novas necessidades de consumo, que também ampliam o mercado de trabalho e aumentam a expectativa de vida. Por fim, enfatiza o papel do Estado que, ao mesmo tempo em que estimula o avanço tecnológico, deve também se preocupar em criar políticas públicas geradoras de emprego.³¹¹

Delgado também atribui como uma das causas da crise do sindicalismo nos anos de 1980 a *"nova linha de enfrentamento das questões sociais por parte das lideranças ultraliberais ascendidas ao poder desde 1979/1980, que se mostraram duras e inflexíveis com a atuação e reivindicações sindicalistas."*³¹²

Aqueles que vaticinam o fim do sindicalismo se fundamentam, então, em mudanças estruturais na economia dita pós-industrial como a mobilidade do capital, a nova organização produtiva e o novo processo de trabalho. Bem como nas teses de que o industrialismo está fadado ao desaparecimento, sendo substituído progressivamente pela prestação de serviços, e de que a sociedade pós-industrial está caminhando rumo ao fim do trabalho.

³¹⁰ DELGADO. Capitalismo, trabalho e emprego..., p. 115/116. A política monetária, típica do neoliberalismo, contém várias outras medidas provocadoras do baixo crescimento econômico e do alto desemprego, tais como, capital financeiro especulativo, restrições monetárias diversas (recolhimentos compulsórios, por exemplo), restrição de crédito, etc. A respeito, a entrevista de Maurício Godinho Delgado dada ao jornal Estado de Minas de 16 de abril de 2006 no suplemento Empregos, p.5.

³¹¹ DELGADO. Capitalismo, trabalho e emprego..., p. 37/40.

³¹² DELGADO. DELGADO. Capitalismo, trabalho e emprego..., p. 109. O autor cita a atuação de Thatcher de não negociação na greve de mineiros de 1984 a 1985 e Silver cita em seu trabalho a ofensiva da política anti-sindical de Ronald Reagan que praticamente destruiu o movimento sindical americano.

4.2.1.3 Desmistificando as teses de declínio do sindicalismo

Para desmistificarmos essas teses, recorreremos à análise de Silver quanto aos impactos da mobilidade do capital e da reestruturação produtiva sobre os movimentos organizados dos trabalhadores.

A autora se propôs a observar na principal indústria do século XX, a automobilística, a dinâmica das manifestações dos trabalhadores. Em épocas de insatisfação da classe trabalhadora, ou seja, nos períodos de forte mobilização dos trabalhadores, que se revestem de um elevado poder de barganha, seja associativo ou estrutural, observou-se um padrão de comportamento das empresas em resposta a essas manifestações.³¹³

A primeira resposta analisada é a chamada "solução espacial" criada pelas empresas. Quando os trabalhadores, dotados de um forte poder de barganha no local de trabalho, alcançavam vitórias expressivas, através de sindicatos fortes, nos contratos de trabalho, as empresas automobilísticas optavam pela estratégia de deslocamento de capital. Assim, explica-se a mudança geográfica do epicentro da produção automobilística mundial, coincidindo com os picos de manifestação sindicais: a partir da América do Norte, em 1930 e 1940, para a Europa ocidental, nos anos de 1960 e 1970, e, posteriormente, nos anos de 1980 e 1990, para os países de industrialização emergente.³¹⁴

Silver observou que a dinâmica da produção em massa capitalista recriava praticamente as mesmas contradições sociais nas relações de trabalho em diferentes locais, e em todos eles surgiam "*movimentos trabalhistas fortes e eficientes*". Segundo a autora,

³¹³ Cf. SILVER., *op.cit.*, p. 53/81.

³¹⁴ Cf. SILVER., *op.cit.*, p. 53/55.

*Ainda assim, toda vez que surgia um movimento trabalhista forte, os capitalistas deslocavam a produção para locais de mão-de-obra mais barata e supostamente mais dócil, enfraquecendo os movimentos de trabalhadores nos locais de desinvestimento, mas fortalecendo o trabalho nos novos locais de expansão.*³¹⁵

Nos Estados Unidos, no auge da industrialização automobilística nos anos 30, alguns trabalhadores, mesmo em época de alto desemprego e de sindicatos fragilizados, apoderaram-se das várias divisões de trabalho da produção em massa. Através do forte poder de barganha no local de trabalho, realizaram greves de ocupação que mobilizaram muitos trabalhadores e fortaleceram o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Automobilística. A General Motors foi obrigada a negociar com o sindicato melhores contratos de trabalho. Depois de várias tentativas de desestruturar os sindicatos - como deslocamentos internos de produção, inovações de automação e políticas de cooptação dos sindicatos - as corporações automobilísticas resolveram investir em países da Europa ocidental, o que, junto com as políticas anti-sindicais de Reagan nos anos de 1980, desmontaram os sindicatos desse setor.³¹⁶

O eixo da produção mundial se deslocou para a Europa ocidental nos anos de 1950 e 1960. Depois de um período de fraca militância sindical, nos anos de 1970 greves foram articuladas de forma a paralisar o processo produtivo (poder de barganha no local de trabalho) e causar prejuízo às montadoras, houve uma expansão do movimento sindical e de conquistas por melhores salários. De forma similar às empresas americanas, depois de introduzir a tecnologia de automação e o "sindicalismo responsável", novos locais foram escolhidos para reforçar a indústria automotiva.

O Brasil foi um desses países, pois a ditadura militar havia sufocado o movimento sindical e implementado o sindicalismo corporativista. A enorme expansão automobilística dos anos de 1970 gerou contradições sociais similares às anteriores e criou neste país um importante movimento sindical. Silver relata:

³¹⁵ SILVER., *op.cit.*, p. 53.

³¹⁶ SILVER., *op.cit.*, p. 58/60.

*Nos anos finais da década de 1970, quando os movimentos operários estavam sofrendo derrotas decisivas nos países centrais, um novo movimento sindical surgiu no Brasil, encerrando quase uma década e meia de passividade operária. Uma intensa onda de greves, em 1978, inaugurou um período de ativismo que sobreviveu (e cresceu) ao longo de uma década repressão e recessão, nos anos de 1980.*³¹⁷

Os ganhos dos sindicatos brasileiros, segundo a autora, foram desde a melhora nos contratos de trabalho, como o incremento salarial, o reconhecimento oficial de sindicatos independentes do Estado, até no *"papel ativo na promoção de uma democratização mais ampla, especialmente com a inclusão de artigos na nova constituição"*. No entanto, *"o movimento operário não conseguiu conquistar uma das cláusulas pelas quais haviam lutado fortemente: garantias de estabilidade empregatícia incorporadas à Constituição"*.³¹⁸

Depois do esgotamento da relação entre investimentos e sindicatos atuantes em países como o Brasil e a África do Sul, a Coreia do Sul foi o destino dos investimentos em função dos baixos salários, das péssimas condições de trabalho e de sindicatos ligados ao regime autoritário na década de 1980. A dinâmica do movimento sindical neste país não foi diferente das anteriores. A autora aponta, ainda, a tendência atual do deslocamento da produção automobilística e, é claro, da militância sindical para países de baixos salários: o México e a China.

Assim, Silver contesta a *"tese da corrida ao fundo do poço"* que atribui a crise do sindicalismo à mobilidade de capitais e formula a sua tese: *"para onde vai o capital o conflito vai atrás"*.³¹⁹

Ao perceberem que a "solução espacial" chegaria ao seu limite e que a mesma não traria soluções estáveis em longo prazo, as corporações automobilísticas, mirando-se no

³¹⁷ SILVER., *op.cit.*, p. 64/65.

³¹⁸ SILVER., *op.cit.*, p. 66.

³¹⁹ SILVER., *op.cit.*, p. 53.

sucesso da experiência japonesa e preocupados com a competitividade, passaram a adotar a "solução tecnológica" em busca da lucratividade e do controle da mão-de-obra.

Ao contrário da dinâmica produtiva fordista de massa que recriava movimentos trabalhistas específicos, a experiência da organização automobilística japonesa foi moldada em função da existência de um forte movimento sindical japonês às vésperas da industrialização. Assim, criou-se um sistema produtivo horizontal de subcontratações que dificultava a reunião dos operários e que permitia a formação de dois grupos diferenciados de trabalhadores: o primeiro, nuclear, constituído por trabalhadores estáveis que se comprometem cooperativamente com a empresa; o segundo, por trabalhadores da rede de fornecedores com vínculos instáveis, flexíveis e baratos.³²⁰

A inspiração do modelo japonês³²¹ para as empresas fordistas ocidentais não foi só pelo controle da mão-de-obra, mas também em função do corte de custos que a produção enxuta possibilitava. Foram as inovações toyotistas na organização produtiva que motivaram a tese já mencionada que prevê o enfraquecimento do poder de barganha dos trabalhadores e a decadência dos sindicatos.

Ocorre que as empresas fordistas não substituíram totalmente sua organização produtiva pelo modelo toyotista, mas pinçaram alguns elementos deste. Silver ressalta que o modelo pós-fordista adotado pelas empresas ocidentais difere do toyotista. As inovações introduzidas pelas regras flexíveis de trabalho, o trabalho em equipe, a qualidade total, a entrega *just-in-time* e a terceirização não tiveram a correspondente compensação por políticas de emprego. Por exemplo, ela registra que a estabilidade no emprego dada a empregados que garantam cooperação com os empregadores não foi adotada pelas empresas ocidentais.

³²⁰ SILVER., *op.cit.*, p. 54.

³²¹ As montadoras japonesas também adotaram a "solução espacial", quando os salários no país estavam muito elevados elas transferiram suas fábricas para o leste e sudeste da Ásia e por causa das medidas protecionistas dos EUA e da Europa ocidental também se expandiram nestes países. SILVER., *op.cit.*, p. 75.

A autora sustenta também a tese de que essas transformações não afetaram de forma tão negativa a organização dos trabalhadores: *"Na verdade, em algumas situações, os métodos de produção enxuta aumentaram a vulnerabilidade do capital a interrupções no fluxo de produção e o poder de barganha dos operários no local de trabalho"*.³²²

Silver sustenta que as modificações na organização produtiva não tiveram efeitos unilaterais benéficos aos capitalistas, mas também deram instrumentos à mobilização dos trabalhadores. Como o sistema *just-in-time* não possui estoques, a presteza da produção e entrega das mercadorias vincula diretamente a eficiência daquele. Assim, os trabalhadores têm, em potencial, um elevado poder de barganha no local de trabalho, pois qualquer interrupção na produção e na entrega compromete todo o sistema produtivo. Além disso, as várias ramificações geográficas da rede de produção descentralizada são propícias a interrupções do fluxo produtivo que afetariam, assim, os demais setores. A autora afirma que *"há motivos para se concluir que, quanto mais globalizadas as redes de produção, mais amplas são as potenciais ramificações geográficas das interrupções, incluindo aí aquelas causadas pelos trabalhadores."*³²³

A terceira análise de Silver é o relacionamento dos movimentos de trabalhadores com os ciclos de produtos, seria a chamada "solução de produto" encontrada pelos empresários para enfrentar as crises de lucratividade e para maior controle sobre os trabalhadores. O ciclo de produtos é identificado através da produção capitalista predominante em determinada época, apesar de haver outros que se iniciam e se findam. Por exemplo, no século XIX foi a indústria têxtil e no século XX, a automobilística.³²⁴

A autora identificou que ocorre formação de movimentos trabalhistas tanto dentro de um mesmo setor industrial, apesar das mudanças geográficas e tecnológicas que o acompanham, como vimos anteriormente, mas também em setores produtivos diferentes. E

³²² SILVER., *op.cit.*, p. 54.

³²³ SILVER., *op.cit.*, p. 23.

³²⁴ SILVER., *op.cit.*, p. 82/83.

que as primeiras vitórias do movimento sindical se dão nos países em que houve a inovação industrial. Assim, os sindicatos dos trabalhadores nas indústrias têxteis eram a vanguarda no Reino Unido no final do século XIX e, no século XX, nos Estados Unidos foram os trabalhadores da indústria automobilística.³²⁵

Tanto no ciclo da indústria têxtil como no da automobilística, observa-se que o movimento sindical, até alcançar sua força e consolidação, enfrentou momentos de crise. Ambos vivenciaram a derrota do movimento dos artesãos e o enfrentamento destes à introdução de novas tecnologias que extinguiram postos de trabalho, baratearam a mão-de-obra, além de terem comprometido o poder de barganha baseado em habilidades (de mercado).³²⁶

No entanto, Silver ressalta que *"Um efeito secundário dessas derrotas - em ambos os casos- foi o surgimento e a expansão de uma nova categoria de trabalhadores: os que zelavam pelo funcionamento das máquinas."*³²⁷

Essa nova categoria de trabalhadores fortaleceu movimentos sindicais e realizou greves bem sucedidas, *"essas lutas resultaram em acordos trabalho-capital estáveis e asseguraram benefícios materiais significativos para os trabalhadores e décadas de paz industrial."*³²⁸

Enquanto a indústria automobilística era verticalizada e o fluxo contínuo da produção em massa fordista propiciava o exercício do poder de barganha no local de trabalho (interrupção do fluxo produtivo), a têxtil, organizava-se principalmente de forma descentralizada em várias empresas com diferentes empregadores. Então, nesta apesar do baixo poder de barganha no local de trabalho, a mobilização dos trabalhadores ocorria em função do elevado poder de barganha associativo, ou seja, através de sindicatos fortes.

³²⁵ SILVER., *op.cit.*, p. 87/89.

³²⁶ SILVER., *op.cit.*, p. 89.

³²⁷ SILVER., *op.cit.*, p. 90.

³²⁸ SILVER., *op.cit.*, p. 91.

E hoje, qual seria o ciclo produtivo predominante e qual seria a natureza do poder de barganha que nele os trabalhadores exerceriam?

A complexidade e a flexibilidade produtiva do capitalismo contemporâneo não nos permitem visualizar apenas um ciclo produtivo. Silver indica alguns possíveis produtos centrais na nossa época: a indústria de semi-condutores, a prestação de serviços, a educação e os serviços pessoais.³²⁹

O sucesso da indústria microeletrônica está no fato de que as demais indústrias utilizam os semi-condutores, a computadorização, em quase todos os seus produtos e processos. No entanto, apesar da produção de grande alcance, a indústria de semi-condutores é composta de duas fases distintas. A primeira é a da criação tecnológica que está restrita aos países de renda elevada do capitalismo central e se utilizam de reduzida mão-de-obra extremamente qualificada e de processos altamente automatizados. Nessa é pouco provável o surgimento de um movimento de trabalhadores organizados. A segunda fase é a da montagem das placas que emprega um maior número de mão-de-obra caracterizada pela baixa qualificação e se concentra em países de baixos salários, mas que também se direciona para a automação. Os países asiáticos, em especial a China, destacam-se na expansão de indústria de montagem de produtos eletrônicos.³³⁰

Assim, baseando-se na tese de que "para onde vai o capital o conflito vai atrás", na observação histórica de recriação de conflitos sociais e trabalhistas inerentes ao sistema econômico capitalista, a previsão é de que importantes movimentos trabalhistas irão se formar na China. Silver reforça que

considerando o tamanho e a centralidade da China- tanto no Leste da Ásia quanto globalmente-, o impacto dos movimentos, caso eles surjam, provavelmente terá reverberações mundo afora, como o

³²⁹ SILVER., *op.cit.*, p. 108/122.

³³⁰ SILVER., *op.cit.*, p. 108/109.

*impacto da revolução camponesa desse país , em meados do século XX.*³³¹

A crescente importância do setor de prestação de serviços decorre tanto da descentralização produtiva, que exige uma rede de gerenciamento e de coordenação para o seu funcionamento, quanto da financeirização do capital. Demandam atividades de suporte como advocacia, consultoria, contabilidade, finanças, telecomunicações, propaganda, secretariado, limpeza, segurança, entre outras.

Portanto, se o setor de prestação de serviços tem fornecido uma grande quantidade de postos de trabalho, torna-se potencial para a formação de movimentos trabalhistas.

Silver cita o caso dos faxineiros dos grandes edifícios de Los Angeles que, apesar dos baixos salários, da baixa qualificação e do reduzido poder de barganha, foram vitoriosos na campanha "Justiça para os faxineiros" pela renda mínima que expandiu a ação sindical em tempos de baixa agitação trabalhista nos Estados Unidos. O sucesso dessa organização trabalhista se deu pela mobilização que eles fizeram em toda a comunidade. Ao invés de pressionarem as empresas terceirizadas, utilizadas pelos tomadores de serviço para evitarem a vinculação empregatícia e os sindicatos, eles foram diretamente aos proprietários das salas e dos edifícios em que trabalhavam. *"(...) a campanha de renda mínima procurou fazer que governos, grandes corporações e universidades assumissem a responsabilidade não só pelo tratamento dos trabalhadores contratados diretamente, como também pela conduta de seus prestadores de serviço."*³³²

Nas atividades de prestação de serviços em que a facilidade do deslocamento da execução atrapalha o poder de barganha de mercado e no local de trabalho, Silver propõe que o fortalecimento do poder de barganha associativo se dê em nível global: *"para que o poder*

³³¹ SILVER., *op.cit.*, p. 109.

³³² SILVER., *op.cit.*, p. 113.

de barganha associativo seja eficiente, ele teria de se basear não na comunidade, mas no plano em que se dá a mobilidade do capital, ou seja, no nível global."³³³

Quanto à indústria da educação, há uma tendência verificada de expansão a partir das exigências de uma sociedade em que a informação e o conhecimento pretendem ser a base da economia. O papel do trabalhador na educação, o professor, ainda não foi atingido substancialmente pela tecnologia de forma que esta substitua aquele, e ainda se preserva a necessidade de contato do professor com o aluno. Isso demonstra que o setor educacional é resistente a soluções tecnológicas e espaciais, o que fortalece o poder de barganha estrutural dos professores. A facilidade de mobilização dos professores também se dá em função do impacto que causa na sociedade.³³⁴

Por último, há os serviços pessoais que são aqueles que substituem as atividades antes realizadas em casa. Geralmente concentrados na informalidade, possuem um fraco poder de barganha no local de trabalho, por estarem espalhados geograficamente, e no de mercado, pela natureza de baixa qualificação da atividade e pelo elevado número de trabalhadores desempregados. Silver aponta que a única forma de fortalecer os trabalhadores deste setor é incrementar o poder de barganha associativo.³³⁵

Recentemente foi noticiada a criação de um sindicato pioneiro no ramo de *fast-food*, o Sindicato Americano dos Entregadores de Pizza, com o objetivo de reivindicar melhores salários e melhorar a segurança dos entregadores. Ainda com poucos filiados, apenas onze, já conseguiram que alguns empregadores concedessem aumento.³³⁶

4.2.1.4 Sinais de recuperação do movimento sindical

³³³ SILVER., *op.cit.*, p. 116.

³³⁴ SILVER., *op.cit.*, p. 116/12.

³³⁵ SILVER., *op.cit.*, p. 121/123.

³³⁶ Entregadores de pizza, uni-vos - irritado com baixo salário, americano cria sindicato pioneiro no setor de fast-food. **O Globo**. Rio de Janeiro, 24 de set. 2006. Economia, p. 44.

Verificamos então que, historicamente, o capitalista cria mecanismos para se adaptar às crises econômicas e para controlar a mão-de-obra. Esses mecanismos mudam ao longo do tempo: a economia de livre-mercado, a gerência científica de Taylor, as inovações do fordismo, o neoliberalismo, a mobilidade de capitais, as organizações produtivas pós-fordistas, a flexibilização do mercado de trabalho, entre outros.

E, ao mesmo tempo, os sindicatos, frutos do próprio capitalismo, historicamente têm demonstrado que se adaptam a essas mudanças do ambiente produtivo e da economia.

Portanto, as transformações atuais na economia e no sistema produtivo, fatores apontados como determinantes para a decadência dos sindicatos, ocorrem ao longo da história do capitalismo e sempre significaram desafios impostos aos sindicatos.

Quanto ao argumento de que os novos postos de trabalho em expansão não favorecem a organização sindical, concordamos com a análise de Boito Júnior de que *"a história do movimento sindical está repleta de setores aparentemente pouco propensos à sindicalização que, dadas determinadas condições históricas, passaram massivamente à luta sindical."*³³⁷

Um exemplo é a respeito da sindicalização dos trabalhadores não-qualificados do setor industrial e de serviços no final do século XIX, antes restrita aos trabalhadores qualificados, e que foi responsável pela expansão dos sindicatos no século XX. Claro que depois de um processo de crise enfrentado com a introdução de novas tecnologias, com a organização taylorista-fordista que levou os trabalhadores qualificados à decadência, e de muita luta dos não-qualificados.³³⁸

³³⁷ BOITO JÚNIOR. *op.cit.*, p. 327.

³³⁸ Cf. BOITO JÚNIOR. *op.cit.*, p. 327/328.

Outro exemplo é a recente maciça sindicalização da classe média pelos trabalhadores professores, médicos e funcionários públicos, antes pouco provável em função da visão elitista destes em acharem que o sindicalismo era próprio de trabalhadores manuais.

No entanto, para se absorver todas essas mudanças é necessária a maturação temporal para que o movimento sindical de novos setores da economia se estabeleça. Boito Júnior destaca que ao contrário do movimento operário do século XIX e XX que contavam em seu favor a ideologia socialista, hoje os trabalhadores contam com a adversidade do pensamento neoliberal:

*[...] não se cria um movimento sindical do dia para a noite. Os novos setores em que cresce o emprego e que ganham importância econômica também precisam de tempo para se organizar sindicalmente, tanto mais porque eles começam a fazê-lo em situação mais desfavorável do que a situação na qual se organizaram os setores sindicais tradicionais.*³³⁹

Independentemente de a atual sociedade ser caracterizada pelo pós-fordismo e pela presença incisiva das novas tecnologias da informação e da comunicação, continuamos fazendo parte da sociedade capitalista com todas as suas características e contradições sociais. Concordamos com Boito quando ele afirma que *"[...] no capitalismo, o trabalhador é explorado, trabalha coletivamente, possui liberdade pessoal e vincula-se ao processo produtivo através do contrato de trabalho. Todos esses fatores permitem e até podem estimular a organização sindical."*³⁴⁰

Hoje, os sindicatos lidam com uma questão social bem diferente daquela vivida nos "anos dourados" em que o fordismo e o keynesianismo propunham medidas de recuperação produtiva e econômica que valorizavam o emprego, o salário e uma relativa estabilidade do trabalhador. O crescimento de formas precárias de emprego, a flexibilização dos direitos

³³⁹ BOITO JÚNIOR. *op.cit.*, p. 327.

³⁴⁰ BOITO JÚNIOR. *op.cit.*, p. 328/329.

trabalhistas e o desemprego têm contribuído para o aumento cada vez mais assustador das diferenças sociais.

Essa realidade demonstra que os sindicatos não podem mais ficar restritos à defesa do trabalhador assalariado e formalmente empregado. O campo social desprotegido em razão da precarização do trabalho é muito maior e atinge também os trabalhadores formais. Além do fato de que, politicamente e tradicionalmente, é reconhecido que os sindicatos se tornaram responsáveis não só pela questão trabalhista, mas também a social. O que demonstra a sua importância como agente político e social.

Muitas manifestações nesse sentido têm demonstrado que os sindicatos estão se preparando para agir conjuntamente com outros movimentos sociais na defesa de uma sociedade mais justa.

Uma amostra dessa reação são as recentes mobilizações que temos assistido em diferentes partes do mundo. A grande manifestação que os movimentos sociais fizeram durante a reunião da Organização Mundial do Comércio em Seattle, em 1990, contra a globalização. O Fórum Social Mundial que se reúne anualmente, desde 2001, para discutir alternativas à política neoliberal e forma uma rede global que conecta diversos movimentos sociais de todo o mundo. A greve geral na França, em março de 2006, liderada pela *Confédération Générale du Travail* (CGT) e pelo movimento estudantil que reuniu mais de um milhão de pessoas contra a proposta de lei que previa a demissão de jovens com menos de 26 anos sem justa causa e aviso prévio, durante o contrato de experiência de dois anos.³⁴¹

Compreendemos, então, que as transformações introduzidas na economia e na organização produtiva, bem como a influência do pensamento neoliberal, modificaram o ambiente e as condições de ação que as formas tradicionais de sindicatos estavam acostumadas a lidar. Isso os levou a enfrentar novos desafios e a amargar um período de crise

³⁴¹ Sindicatos e estudantes planejam nova greve na França. **BBCBrasil.com**, (s.l.), 29 de março de 2006. disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2006/03/060329_francaovagrevemc.shtml> Acesso em 10/09/06.

e incerteza. No entanto, observando a dinâmica dos sindicatos no sistema capitalista, verificamos várias fases de reorganização produtiva e econômica que levaram os sindicatos a momentos de crise e de posterior superação. Atualmente percebemos algumas manifestações de reação dos sindicatos ao se organizarem para reivindicações sociais mais abrangentes.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa aqui desenvolvida pretendeu compreender se as mudanças ocorridas no sistema capitalista contemporâneo comprometeriam a eficácia das ações e a própria existência dos sindicatos.

Quando falamos de sindicatos, falamos principalmente da ação coletiva organizada dos trabalhadores assalariados.

Entendemos que a análise em questão não poderia estar desvinculada de uma abordagem mais ampla sobre a posição que os sindicatos vêm ocupando no sistema capitalista. Então remontamos às origens do capitalismo e às origens do sindicato e tentamos relacionar a convivência de ambos com os determinantes econômicos, políticos e sociais em cada época.

A partir do momento em que o capitalista intervém no sistema produtivo e expropria os meios de produção do trabalhador, só resta a este vender a força de trabalho em troca de salário para sobreviver. Forma-se, então, uma relação de trabalho com base na contraposição de interesses. O capitalista pretende incrementar seus lucros, para isso se organiza para conseguir um maior controle sobre o trabalhador e dele obter maior produtividade por menores salários. Por outro lado, o trabalhador intenta obter melhores salários e trabalhar em um período menor para poder, com o seu salário, usufruir a melhor maneira de seu trabalho.

Ocorre que na lógica do sistema capitalista a correlação de forças entre o empregador e o empregado é bastante discrepante. Enquanto o empregador possui um arcabouço econômico, político e social que lhe garante segurança e influência para negociar o contrato de trabalho, o trabalhador, agindo individualmente, não consegue obter o mesmo efeito.

Então, diante do contexto de exploração própria do sistema capitalista e da ciência da fragilidade da ação individual, os trabalhadores se unem para agir coletivamente na defesa de seus interesses profissionais e coletivos.

O instrumento que corporifica essa ação coletiva organizada dos trabalhadores é o sindicato. O sindicato se traduz no ser coletivo obreiro que representa os interesses dos trabalhadores frente ao empregador e mesmo ao Estado.

A força política e social que os trabalhadores adquiriram ao se reunirem nos sindicatos fez com que os empregadores e o Estado adotassem mecanismos para conter o avanço de suas reivindicações. Leis que proibiam a reunião de pessoas e o funcionamento dos sindicatos, perseguições de trabalhadores filiados e de líderes sindicais e métodos de cooptação dos sindicatos marcam a história do movimento sindical.

No decorrer do capitalismo, a trajetória dos sindicatos sempre se caracterizou pelo enfrentamento de adversidades tanto pela luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, quanto pela manutenção de sua própria existência.

Nos primórdios da Revolução Industrial, final do século XVIII e início do século XIX, o sindicalismo representava apenas a aristocracia do trabalho, ou seja, os trabalhadores qualificados. Organizados eles controlavam o mercado de trabalho e restringiam o exercício do ofício somente aos filiados. No entanto, tiveram que lidar com aspectos que o sistema industrial capitalista impôs a eles: redução dos postos de trabalho com a introdução de máquinas, concorrência com os trabalhadores sem qualificação e o desemprego. Aspectos estes que significavam a intensificação do trabalho e a redução do valor do salário. Além disso, não possuíam proteção legal contra os abusos do empregador e não participavam da política institucional do Estado.

A ação coletiva amadurece como forma de preservação dos trabalhadores e do sindicato. Além da luta por melhores condições de trabalho, reivindicam direitos políticos e

sociais: o direito de se associarem e o sufrágio universal. A luta por uma sociedade democrática desde o início contou com o papel ativo das organizações sindicais.

No final do século XIX, as modificações no ambiente de trabalho como a concentração da produção em grandes fábricas, a introdução de novas tecnologias, além dos efeitos do liberalismo de livre-mercado no contrato de trabalho, foram o elo de união dos trabalhadores, apesar da heterogeneidade da classe operária formada por trabalhadores qualificados e não-qualificados e imigrantes.

A organização coletiva teve que se ampliar para abranger todos aqueles trabalhadores assalariados, qualificados ou não e de diferentes ofícios. Sindicatos de âmbito nacional ganhavam força e tiveram o impulso ideológico do movimento socialista e anarquista.

Com a influência revolucionária, pretenderam criar uma alternativa para o sistema econômico vigente. Temerosos, o Estado e os empregadores aproximaram-se dos sindicatos e reconheceram oficialmente os mesmos.

No século XX, novos desafios se apresentaram aos sindicatos. A profunda taxa de desemprego e a miséria dos trabalhadores na depressão econômica da década de 1930. Posteriormente, em período de recuperação econômica em meados do século, a nova organização produtiva taylorista- fordista prenunciava que os dias do sindicalismo estavam contados. Pois seriam extintos os postos de trabalho dos trabalhadores qualificados e as novas formas de trabalho altamente alienantes tenderiam a fragmentar e dividir os trabalhadores. No entanto, o contrário ocorreu: os trabalhadores se uniram e os sindicatos se adaptaram e se fortaleceram sob a nova organização produtiva.

Depois de observarmos os desafios superados pelos sindicatos, percebemos que eles foram atores essenciais na conquista de uma sociedade mais justa e democrática. Eles generalizaram para a sociedade todas suas lutas por direitos políticos e sociais. Foram também a maior fonte de direito material para o Direito do Trabalho. As reivindicações históricas dos

trabalhadores por salário, jornada de trabalho, segurança e higiene do ambiente de trabalho, liberdade e autonomia sindical foram reconhecidas e incorporadas pelas normas heterônomas. A generalização dos direitos trabalhistas foi imprescindível para a mitigação dos efeitos do sistema liberal capitalista nas relações sociais, pois significou a busca pela igualdade e paz social.

Até aqui já tínhamos argumentos e fatos suficientes para responder a pergunta da nossa dissertação: diante da atual estrutura e dinâmica do capitalismo atual, os sindicatos ainda são importantes atores sociais?

A fase atual do capitalismo sem dúvida impõe aos sindicatos novos desafios. A carga ideológica do pensamento único neoliberal e a ausência de um contraponto da mesma natureza que sustente e incentive os sindicatos levam à impressão de que não há saída para o sindicalismo.

As mudanças na organização produtiva transformaram o ambiente de trabalho no qual os sindicatos contemporâneos tradicionalmente atuam. A empresa se horizontalizou em redes que dividiram geograficamente os trabalhadores. A terceirização, a subcontratação e a informalidade precarizaram o trabalho e fragilizaram o trabalhador e os sindicatos. O aumento do desemprego em função da automação e da mobilidade do capital leva os trabalhadores a competirem entre si.

Somado a esse quadro, os Estados capitalistas que vêm adotando medidas de liberalização econômica e política, recuam na garantia de políticas públicas de proteção social. Há uma evidente desvalorização ideológica do emprego e medidas de flexibilização dos direitos trabalhistas e de enfraquecimento da ação sindical aprofundam realmente o quadro de crise da ação dos sindicatos.

No entanto, o estudo histórico da dinâmica dos sindicatos nos mostra a capacidade dos mesmos em se adaptarem às mudanças do capitalismo. Da mesma forma que o sistema

capitalista durante séculos se modificou para sobreviver, os sindicatos também criaram mecanismos que garantiram a sua atuação na defesa dos interesses dos trabalhadores. Lembremos que os sindicatos não nasceram na fábrica fordista, mas ainda no sistema de produção fabril descentralizada e doméstica. A classe trabalhadora nunca fora homogênea e a diversidade de ocupações e de qualificações não impediram a sua união. Trabalho precário e desemprego sempre foram presentes na economia capitalista e num dos períodos de maiores taxas de desemprego, na década de 1930, a política adotada para combatê-lo foi a intervenção do Estado e a implementação de medidas fomentadoras do pleno emprego.

A análise sobre o futuro dos sindicatos e sua importância no capitalismo não pode ser feita com o enfoque apenas na conjuntura atual, mas sim dentro de um processo histórico dinâmico.

Assim, entendemos que apesar de serem grandes os desafios enfrentados atualmente pelos sindicatos, as causas da crise não são estruturais e insuperáveis, mas conjunturais. O que significa que o sindicalismo não está fadado ao desaparecimento ou a ocupar um lugar irrelevante enquanto agente de transformação social.

O que justifica e legitima a existência dos sindicatos são as contradições do sistema capitalista e estas não parecem ter desaparecido. Ao contrário, elas estão mais acirradas. A demanda pela proteção aos trabalhadores é cada vez mais crescente em face da precarização do trabalho, da informalidade, da flexibilização dos direitos trabalhistas e do crescente desemprego. Nesta fase do capitalismo de notório aprofundamento das diferenças sociais, de continuidade da exploração do trabalhador e da fragilidade individual deste na relação de trabalho mostram que os sindicatos se tornam indispensáveis.

A importância dos sindicatos no capitalismo atual é a mesma desempenhada por ele historicamente. A desigualdade dos sujeitos da relação de trabalho ainda permanece. A proteção dos interesses dos trabalhadores e a defesa dos direitos trabalhistas, sociais e

políticos são a contribuição fundamental que os sindicatos oferecem para a construção permanente de uma sociedade democrática que busca a igualdade e a paz social.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. **O que é globalização?** equívocos do globalismo: resposta à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 282 p.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 2v. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992, 1.318 p.

BOITO JÚNIOR, Armando. A crise do sindicalismo. In: SANTANA, Marco Aurélio; Ramalho, José Ricardo (org.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003, 319/333 p.

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 5ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1993, 239 p.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, 379 p.

BRUNHOFF, Suzzane de. **A hora do mercado: crítica do liberalismo**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991, 182 p.

CASTEL, Robert. **Las metamorfosis de la cuestión social**. Buenos Aires: Paidós, 1997.

CORIAT, Benjamin. **El taller y el cronómetro**. Disponível em <http://argentina.indymedia.org/uploads/2006/05/01_coriat__el_taller_y_el_cron_metro__1_.rtf> Acesso em: 20 jun 2006.

DELGADO, Maurício Godinho. **Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução**. São Paulo: LTr, 2006, 149 p.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2004, 1.471 p.

DESAI, Meghinad. **A vingança de Marx: a ressurgência do capitalismo e a morte do socialismo estatal**. São Paulo: Códex, 2003, 479 p.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 14ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1996, 170 p.

ENTREGADORES de pizza, uni-vos - irritado com baixo salário, americano cria sindicato pioneiro no setor de *fast-food*. **O Globo**. Rio de Janeiro, 24 de set. 2006. Economia, p. 44.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do *welfare state* na nova ordem mundial. **Lua Nova**, São Paulo, n.35, p.73-111, jan.1995, 73/111 p.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Novos capítulos da crônica de uma morte sempre anunciada ou a crise do welfare state revisitada. **Revista Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, n. 9, p. 203/229.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Uma genealogia das teorias e modelos do Estado de Bem-Estar Social. **Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais**. Rio de Janeiro, nº 46, 2º semestre de 1998, p. 39/71.

FONSECA, Mariana. Reconstrução do emprego. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 16 abr. 2006. Suplemento Empregos, p. 5.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998, 83 p.

GUIMARÃES, Juarez. **A esperança equilibrista: o governo Lula em tempos de transição**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004, 166 p.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002, 364 p.

HOBSBAWM, E.J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 366 p.

HOBSBAWM, E.J. **A era do capital: 1848-1875**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, 459p.

HOBSBAWM, E.J. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 598 p.

HOBSBAWM, E.J. **A era dos impérios: 1875-1914**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 546 p.

HOBSBAWM, E.J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, 460 p.

HOBSBAWM, E.J. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, 445 p.

HUNT, E.K. **História do pensamento econômico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989, 541 p.

KÖLER, Holm-Detlev; MÁRTIN, Antonio. **Manual de la sociología del trabajo y de las relaciones laborales**. Madrid: Delta, 2005, 660 p.

LIBÂNIO, João Batista. **Introdução à vida intelectual**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002, 298 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. URSS: Progresso, 1987, 70 p.

MAYHEW, Henry. **London labour and the London poor**. vol.II. [S.l.] [s.n.], 1862.

OJEDA AVILÉS, Antonio. **Derecho sindical**. 8ª ed. Madrid: Tecnos, 2003, 996 p.

ORTEGA, Antonio Santos; OCAÑA, Carmen Montalbá; FARELO, Rocio Moldes. **Paro, exclusión y políticas de empleo: aspectos sociológicos**. Valencia: Tirant lo blanch, 341 p.

ORTEGA, Antonio Santos e ROSA, María Poveda. **Trabajo, empleo y cambio social**. 2ª ed. Valencia: Tirant lo blanch, 325 p.

PALOMEQUE LOPEZ, Manuel- Carlos. **Derecho del trabajo e ideología**. 5ª ed. Madrid: Tecnos, 1995, 167.

PEREIRA, Lusia Ribeiro; LOURENÇAO VIEIRA, Martha. **Fazer pesquisa é um problema?** Belo Horizonte, [s.n.], 2.000.

POLANYI, Karl. **A grande transformação** - as origens de nossa época. 11ª tiragem. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000, 349 p.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2001, 348 p.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do sindicalismo**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, 335 p.

SANTANA, Marco Aurélio; Ramalho, José Ricardo (org.). **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003, 333 p.

SILVER, Beverly J. **Forças do trabalho**: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005, 228 p.

SINDICATOS e estudantes planejam nova greve na França. **BBCBrasil.com**, (s.l.), 29 de março de 2006. disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2006/03/060329_francanovagrevemc.shtml> Acesso em 10/09/06.

SOTELO, I. El modelo socialdemócrata y Estado Social. **El País**. Madrid. 27 jul. 2004, p. 11.

SMITH, Adam. **The wealth of nations**. Nova York: [s.n.], 1937.

SMITH, J. **Memoirs of Wool**. vol.II. [S.l.]: [s.n.], 1747.

SWARD, Keith. **The legend of Henry Ford**. Nova York: [s.n.], 1948.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Shop management**. Nova York: [s.n.], 1903.

TAYLOR, Frederick Winslow. **The principles of scientific management**. Nova York: [s.n.], 1911.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. v. I. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, 204 p.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. vol. II. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 347 p.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. vol. III. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 440 p.

TOFLER, Alvin. **A terceira onda**. 27ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003, 491 p.

VIANA, Márcio Túlio. A proteção social do trabalhador no mundo globalizado: o Direito do Trabalho no limiar do século XXI. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, Belo Horizonte, v.3, n.5 e 6, 1º e 2º sem. 2000, p.171/191.

VIANA, Márcio Túlio. Quando a livre negociação pode ser um mau negócio. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, vol. 106, Ed. Revista dos Tribunais, 2002, p. 184/188.

VIANA, Márcio Túlio. Terceirização e sindicato: um enfoque para além do Direito. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, Belo Horizonte, vol. 7, n. 13 e 14, 1º e 2º sem. 2004, p.50/82.

ZOLBERG, Aristide. **Response: Working-Class Dissolution**. International Labor and Working Class History. vol. 47. [S.l.]: [s.n.], 1995.

WORLD ECONOMIC FORUM, **The global competitiveness report 2006-2007** – Creating an Improved Business Environment, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2006, 570 p.